Tecido produtivo

- Destaca-se uma forte especialização da região em torno da indústria transformadora. Esta especialização é transversal à região, havendo contudo um destaque para os municípios de Aveiro, Águeda e Ovar.
- A esta especialização acresce ainda que os níveis de qualificação deste setor são mais elevados do que a média nacional.
- Dentro da indústria transformadora, destaca-se uma forte especialização nas indústrias metalúrgicas e minerais, da fabricação de mobiliário, iluminação ou da indústria química.
- Denota-se o peso de Aveiro na prestação de serviços públicos da região. De facto, é o único município onde a especialização do emprego no setor da educação, saúde e apoio social excede os 30% da média nacional.
- Desde 2008 o tecido empresarial da região tem tido um desempenho melhor que o resto do país no que toca ao saldo entre empresas dissolvidas e novas empresas constituídas (o saldo é positivo na CIM Região de Aveiro e negativo no restante país).
- Está a assistir-se a uma reconfiguração do tecido produtivo da região com um número muito significativo de falências em setores tradicionalmente significativos na região, em particular na indústria transformadora, e o surgimento de empresas em setores com mais conhecimento incorporado, como a consultoria técnica e científica.
- O grau de abertura ao exterior é bastante elevado no território da CIM Região de Aveiro.
- O valor das exportações excede o valor das importações em quase todos os municípios da CIM Região de Aveiro.

(ver anexo)

2.5. Outras Capacidades Instaladas

- **O tecido associativo da região é marcado pela agregação de uma grande diversidade de funções nas associações (culturais, desportivas, sociais).**
- **Os municípios de Aveiro, Águeda e Ovar são aqueles que apresentam a maior quantidade de associações.**
- **As valências que se encontram com maior frequência são as culturais e desportivas.**
- **O setor social tem forte presença e garante saliente empregabilidade.**

(ver Anexo)

2.6. Análise dos financiamentos do Programa Operacional Regional do Centro da CI Região de Aveiro

- **Ao nível da Região Centro, o Baixo Vouga está entre as sub-regiões que concentram o maior volume de investimento, juntamente com o Baixo Mondego e o Médio Tejo e tem também um investimento *per capita* bastante elevado.**
- **No contexto da CIM Região de Aveiro, a maior parte do investimento concentra-se no setor público (92%).**
- **Aproximadamente 70% do investimento na Região de Aveiro é realizado em equipamentos e 23% em infraestruturas (muito ligado a um forte investimento no parque escolar). O investimento imaterial é bastante residual.**
- **No que se refere ao tipo de intervenção, 95% do investimento incide em intervenções novas ou no existente, sendo o investimento alocado a estudos de apenas 5%.**
- **Aveiro, como maior centro urbano da região, é o município onde o investimento na componente de natureza imaterial é mais significativo (23%).**
- **Os municípios de Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro e Ílhavo são aqueles que concentram o maior número de projetos e investimentos.**
- **Oliveira do Bairro destaca-se pela quantidade de investimento aprovado por projeto, assim como pelo volume de investimento *per capita*, que é muito elevado. Este destaque deve-se, em grande parte, a um investimento significativo na renovação do parque escolar.**

(ver Anexo)

3. Prioridades e linhas de intervenção

Esta estratégia, ao identificar as ações, as orientações estratégicas e os desafios de políticas públicas num quadro, comum a toda Comunidade Intermunicipal, relativo aos investimentos respeitantes ao próximo período de programação financeira 2014-2012, procura traduzir o que serão as prioridades desta Região. O Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2014-2020 (ver respetivo documento) reflete, assim, uma articulação de esforços para fazer face aos desafios que a Região de Aveiro enfrenta e aos objetivos estratégicos que pretende atingir neste período.

Ao reconhecer que este é um contributo da CIM Região de Aveiro e da Universidade de Aveiro para a definição da estratégia de crescimento e de inovação da Região de Aveiro, afirma-se que este resulta do envolvimento de um conjunto significativo *stakeholders* em diversas fases da sua elaboração. Para além das sessões públicas realizadas especificamente para o sector empresarial e para o sector da educação e social, diversas reuniões bi-lateriais foram promovidas com agentes e associações no sentido de aprofundar, validar, consubstanciar e recolher contributos para o que é, neste documento, a versão final da estratégia da Região de Aveiro. Reconhece-se, também desta forma, que o seu sucesso depende da eficaz articulação dos diversos *stakeholders* e da apropriação da mesma pelos agentes relevantes do território.

A apresentação de uma orientação comum, intermunicipal e interinstitucional, representa um esforço significativo de articulação de prioridades e instrumentos de políticas públicas no sentido de identificar ações que contribuam para a visão regional e para os objetivos estratégicos que se procuram atingir.

Figura 6 – Arquitetura do PADET

O diagnóstico efetuado suporta os elementos centrais da Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial ao longo do período 2014/2020, que é constituída pela consideração de uma Visão e correspondente Missão, de três Objetivos Estratégicos, da identificação de domínios de Especialização Regional, bem como de Desafios Estratégicos nucleares, remetendo depois, do

ponto de vista da operacionalização, para um conjunto de Eixos de Intervenção, que se repartem por Metas e respetivas Ações a adotar.

Fica assim estabelecida, do ponto de vista conceptual, uma arquitetura do Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2014-2020, conforme se ilustra esquematicamente (Figura 6).

3.1. Visão, Missão e Objetivos Estratégicos

As regiões e os territórios não se afirmam apenas pelo que foram ou são hoje, mas também pelo que anseiam ser. Não o fazendo de forma desgarrada da realidade, das capacidades instaladas e dos recursos endógenos, a visão da região deve, também, ajudar a orientar a estratégia.

Uma Região inclusiva, empreendedora e sustentável, que reconhece no seu território o potencial para inovar e criar oportunidades para as actuais e futuras gerações.	**VISÃO**

Esta formulação da Visão para a Região de Aveiro foi entendida, ao longo do processo de definição estratégica, como um trabalho em curso. Esta foi, até à enunciação final, resultado do processo de auscultação e envolvimento dos *stakeholders* regionais e em particular das ações a desenvolvida em termos de envolvimento e participação dos cidadãos.

A Região de Aveiro aposta no conhecimento, empreendedorismo qualificado e inovador, na actractividade do território e na eficiência dos seus serviços públicos, para criar uma comunidade inclusiva, empreendedora e com qualidade de vida.	**MISSÃO**

A concretização da visão ocorre através da orientação dada pelos mecanismos e recursos que irão ser privilegiados por esta estratégia. A missão, que traduz a aposta da Região de Aveiro no conhecimento, no empreendedorismo e na atratividade do seu território, procura, assim, traduzir aqueles que serão os instrumentos preferenciais a privilegiar e os objetivos a atingir.

Em estreita e inseparável relação com o conhecimento e a inovação, são objetivos estratégicos (Figura 7):

- a promoção da qualidade de vida,
- a criação de um contexto favorável ao empreendedorismo
- a construção de mecanismos de boa governação
- a atratividade do território

Figura 7 – Visão, missão e objetivos estratégicos

A sua concretização possibilita a resposta aos *desafios societais* que enfrentamos, tais como o emprego e a necessária internacionalização da economia regional, com a promoção da inclusão e da sustentabilidade, com a garantia de instrumentos de escala de governação e de promoção da coesão territorial.

3.2. Áreas de Especialização da Região de Aveiro

Para a definição de uma estratégia de desenvolvimento territoial importou garantir a articulação, a definição de prioridades e a identificação do potencial associado às diferentes interações entre as áreas referentes às *estratégias de especialização inteligente*: território, políticas públicas e conhecimento. Assim, o trabalho de análise desenvolvido em cada uma destas interações permitiu uma identificação mais cuidada das áreas com maior "capital de conhecimento, investigação e inovação".

Esta identificação é resultado:

A. da **Caracterização e Diagnóstico** da Região, onde se procurou evidenciar os fatores-chave distintivos da Região de Aveiro, quer no que concerne aos setores de atividade mais relevantes, quer no que concerne às necessidades de intervenção mais prementes em termos de políticas públicas. Esta caracterização possibilitou um diagnóstico que assinalou o comportamento dos setores de atividade económica com mais expressão na região, como procurou identificar as principais oportunidades resultantes dos seus recursos endógenos (*cf. Anexo - ponto A.1*);

B. de se assumir e reconhecer o potencial do **Conhecimento e da Inovação** como "motor" do desenvolvimento da Região de Aveiro, não porque este decorre de qualquer *boa intenção* ou meramente do incentivo proporcionado pelo próximo quadro europeu, mas porque é possível identificá-lo no Sistema de Ciência e Tecnologia. Por esta razão, o presente documento identifica as áreas onde a Universidade de Aveiro apresenta melhores condições de contribuir de forma significativa em termos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (*cf. Anexo - ponto A.2*);

C. do alinhamento com as **orientações estratégicas** europeias, nacionais e regionais, ao identificar as prioridades já estabelecidas às mais diversas escalas e ao procurar consolidar os instrumentos já estabelecidos nos mais diversos setores de atividade (*cf. Anexo - ponto A.3*);

D. da auscultação de um conjunto significativo de ***stakeholders*** regionais, cuja contribuição foi relevante para a dimensão qualitativa do diagnóstico e para a consolidação da visão para a Região de Aveiro;

E. de uma articulação com um conjunto significativo e um histórico relevante de **estratégias municipais e intermunicipais** já existentes;

F. do reconhecimento do papel que desempenha o intermunicipalismo e a escala de decisão e implementação de **políticas públicas ao nível das sub-regiões**. Reconhece-se, assim, em alinhamento com os pressupostos do quadro europeu para o período 2014/2020, as vantagens significativas que esta escala apresenta quando comparada com mecanismos e instrumentos de escala regional ou nacional; e

G. do enquadramento dos **investimentos nacionais já previstos** para a Região.

Ao reconhecer a inovação como central na sua estratégia, a Região de Aveiro coloca-se, assim, perante um conjunto de desafios relevantes. Para a concretização de uma estratégia assente na inovação, importa reconhecer que esta, ainda que resultante da aplicação do conhecimento, necessita de redes que articulem diversos *stakeholders*, de uma estratégia capaz de ser adaptável às novas necessidades e de organizações sociais, políticas e económicas permeáveis e aprendentes.

Assim, para além das condições presentes no território, nomeadamente as associadas ao Sistema Científico e Tecnológico e ao respetivo "capital de conhecimento, investigação e inovação", **importa atender às características da economia regional e da respetiva cultura empresarial**.

Neste âmbito, a Região é caracterizada por uma forte densidade empresarial e por um aparelho produtivo com significativa vocação exportadora (em contraciclo com o comportamento nacional, apresentando consecutivos *superavits* comerciais), especialmente nos domínios do setor industrial, com diversas empresas de referência nacional. Apenas os distritos de Lisboa e Porto ultrapassam esta Região em termos de peso relativo no quadro nacional no que diz respeito a volume de negócios, valor acrescentado bruto e exportações (cf. AIDA, 2013). Naturalmente, e em consonância com o diagnóstico apresentado, a indústria transformadora apresenta valores ainda mais significativos dado o seu relevo e impacto regional. Os setores metalúrgico, químico, alimentar, automóvel, de minerais não metálicos e de equipamentos elétricos representam mais de 60% do volume de negócios industriais da Região.

De acordo com um estudo recente (julho de 2013) da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, os agentes dos setores acima referidos identificam como fatores comuns mais relevantes para a competitividade e internacionalização a qualificação dos trabalhadores e a inovação tecnológica. O mesmo estudo indica que cerca de 55% das empresas desenvolvem atividades de inovação e desenvolvimento tecnológico, salientando também, neste âmbito, a cooperação com a Universidade de Aveiro.

No entanto, para além dos setores tradicionais, importa sublinhar o surgimento de setores industriais de forte componente tecnológica exportadora. É já relevante a proporção do VAB das empresas de setores de média-alta tecnologia na Região de Aveiro, atingindo 19,2%. Mais significativo é o facto de estes valores ultrapassarem em larga medida a média do registado na Região Norte (7,1%) e na Região Centro (8,1%) (cf. AIDA, 2013).

Os fatores de diferenciação económica da Região de Aveiro resultam, assim, quer do dinamismo empreendedor já existente, da transformação ou evolução de setores tradicionais em atividades de maior integração de tecnologia e inovação, na relação com o sistema científico e tecnológico, dos fatores geográficos e de acessibilidades e dos recursos institucionais presentes no território.

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, que aqui se apresenta, procura – tendo como referência a *especialização inteligente* – identificar um conjunto limitado e prioritário de áreas de especialização regional que de forma mais significativa possam contribuir para o crescimento económico – coeso e sustentável – da Região.

Identificam-se, assim, as seguintes Áreas de Especialização Regional (apresentadas de forma esquemática na Figura 8):

Áreas de Especialização Regional

1º - O **Mar e a Ria**, mais do que marcas identitárias da Região de Aveiro são recursos incontornáveis para a sua estratégia. Para além da identidade territorial que lhe conferem, o Mar e a Ria constituem-se como recursos de especialização inteligente pelas mais diversas razões: o relevante contributo para o setor turístico, a sua articulação com a atividade industrial e das pescas, o potencial de desenvolvimento com a incorporação de conhecimento e inovação, a estreita interdependência com o equilíbrio ambiental e com a eco-eficiência da região, o potencial associado ao setor da energia, são alguns bons exemplos da razão para a evidente inclusão desta área.
Reconhece-se, ainda, a importância que o Mar, enquanto território e recurso, pode ter na economia nacional, e em particular na Região Centro, num novo modelo de desenvolvimento económico. Uma atenção particular a este recurso deverá possibilitar a afetação de recursos financeiros para o investimento, a formação e a investigação ligados ao Mar e à Ria.
Neste âmbito é possível identificar um conjunto significativo e diverso de áreas com elevado potencial de especialização e que, devidamente articuladas com um programa regional de competitividade e inovação, possibilitarão a criação de emprego e de riqueza associados ao Mar e à Ria: Projetos Integrados de Valorização e Qualificação; Turismo; Aquacultura; Salicultura; Desportos Náuticos; Indústria de Construção e Reparação Naval; Energia; Indústria de Pesca e de Transformação de Pescado; Formação e Investigação; Portos e Logística; e a Defesa da Orla Costeira.

2º - O setor **Agroalimentar e Florestal** apresenta nesta Região condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. O território da Região de Aveiro é particularmente diverso, apesar da sua escala, e é, numa parte significativa, constituído por terrenos com elevado potencial agroalimentar. O conjunto de atividades económicas desenvolvidas neste setor, o reconhecimento de um conjunto de produtos alimentares distintos, com a certificação de alguns deles, a importância de algumas fileiras como a dos frutos vermelhos, e as condições naturais e diferenciadas que a proximidade ao Mar e à Ria possibilitam, criam um conjunto de desafios significativos.
Quanto ao setor Florestal, reconhecendo as competências instaladas no Sistema de C&T em termos de investigação e desenvolvimento, bem como o seu potencial de articulação com a atividade turística e de empreendedorismo, não é difícil encontrar, na região, evidências de especialização. Salienta-se, ainda: o facto de quase metade do território da Região de Aveiro ser florestal; a presença de setores industriais relevantes, como o das indústrias de base florestal, altamente exportadoras, de elevado valor acrescentado nacional e responsável por elevado volume de emprego; o potencial de inovação associado à fileira florestal e da biomassa, a experiência e as vantagens regionais já existentes no domínio da investigação florestal.

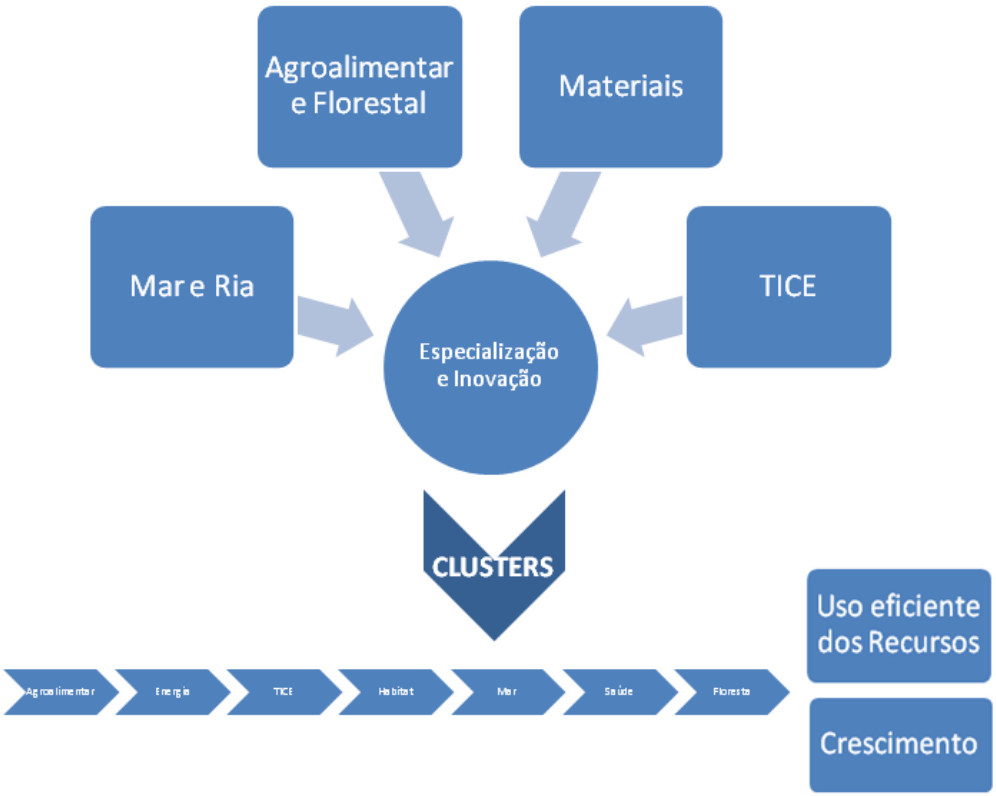
3º - A área dos **Materiais**, entendida não só na sua expressão industrial, mas também na sua articulação com outros setores: da saúde à construção, da energia à qualidade de vida. Na sua expressão industrial, com o impacto mais relevante em termos de atividade económica nesta região (particularmente no que diz respeito à Indústria Transformadora), este tem sido, de forma mais significativa, o setor com maior reconfiguração do tecido produtivo com a incorporação do conhecimento e da inovação na sua cadeia de valor. Quer na sua fileira mais

dinâmica, quer na fileira mais tradicional, as indústrias cerâmicas, metalúrgicas, químicas e de equipamentos apresentam condições privilegiadas de, em estreita articulação com o potencial de investigação e desenvolvimento disponível no Sistema de C&T, continuar o processo de reconfiguração e de internacionalização. Na área dos materiais encontram-se, ainda, por explorar um conjunto significativo de mercados novos associados, por exemplo aos setores biomédico, energético e das TICE, essencialmente decorrentes da incorporação de conhecimento e inovação.

4º - A área das **Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica** corresponde a um setor de atividade económica e institucional (Aveiro Digital) que distingue a região e a posiciona internacionalmente, particularmente porque este reflete a incorporação intensiva de Investigação e Desenvolvimento na sua atividade. Esta é mais uma das áreas que para além de encontrar no Sistema de C&T as condições necessárias para o seu desenvolvimento, tem também uma expressão significativa em termos de atividade económica e de emprego, e apresenta condições muito significativas, pela sua própria natureza, para poder atuar de forma transversal às mais diversas áreas de políticas públicas regionais: saúde, educação, mobilidade, empreendedorismo, inovação social, governação.
Dados recentes (Eurostat 2012 e Comissão Europeia, 20 de março de 2012) apontam para uma insuficiência, já em 2015, no mercado de trabalho europeu de profissionais especializados neste sector, que rondará os 700.000 trabalhadores. A mudança significativa que a economia tem assistido, particularmente com o desenvolvimento de novas áreas de negócio que decorrem da inovação tecnológica e da sua articulação com outros setores económicos, vem colocar o setor das TICE como prioritário para a economia europeia das próximas décadas.

As áreas de especialização regional, enquadradoras dos mecanismos e instrumentos associados aos incentivos que contribuirão para a definição dos eixos de intervenção estratégicos, estão em **estreita articulação com os *polos e clusters*** com especial incidência regional e que permitem a sua inserção em cadeias de valor que contribuam para o crescimento económico e para o desenvolvimento regional inclusivo e sustentável. Assim, para além da integração nos **evidentes *clusters* Agroalimentar e Florestal, do Mar e das TICE, importa assegurar a articulação com os da Energia, do Habitat Sustentável e da Saúde**. São estes instrumentos de política pública e de articulação com os agentes económicos que possibilitarão garantir que a Região de Aveiro tem condições para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, assentes em dois pilares centrais: o do uso eficiente de recursos e o do crescimento.

Figura 8 – Áreas de especialização e inovação



Em muitas destas áreas é necessário, ainda, definir instrumentos e políticas municipais e regionais. Este documento não pretende, nem poderia, encerrar a discussão e a sua definição estratégica. É também por estas razões que algumas das ações identificadas no Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial – a seguir apresentado – correspondem à necessidade de estudar, articular e definir Políticas ou Agendas Regionais em determinados setores de políticas públicas.

Ao defini-las como preferenciais e identificando orientações e pressupostos estratégicos, mas, ao mesmo tempo, não encerrando a discussão nem apresentando nenhuma solução definitiva, este Plano de Ação reconhece e sublinha um conjunto de prioridades em termos de definição de políticas futuras.

O Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2014-2020 da Região de Aveiro pretende apresentar um conjunto de mecanismos, objetivos de políticas e ações que permitam, com base nas áreas de especialização inteligente, contribuir para atingir os objetivos e responder aos desafios estratégicos identificados.

3.3. Domínios de intervenção

3.3.1. As orientações estratégicas no quadro europeu

Da análise dos documentos europeus, nacionais e regionais distinguem-se essencialmente três questões centrais.

1. Em primeiro lugar, pode identificar-se um conjunto de linhas de orientação estratégicas que têm a ver com a lógica de implementação dos fundos no novo período de programação comunitária.
2. O segundo tem a ver com os temas que se espera serem privilegiados por esses fundos.
3. Por fim, serão identificados alguns dos desafios que se colocam à região face às orientações estratégicas e temáticas identificadas.

As grandes **linhas de orientação** estão associadas a um conjunto de aspetos que são salientados pela documentação europeia:

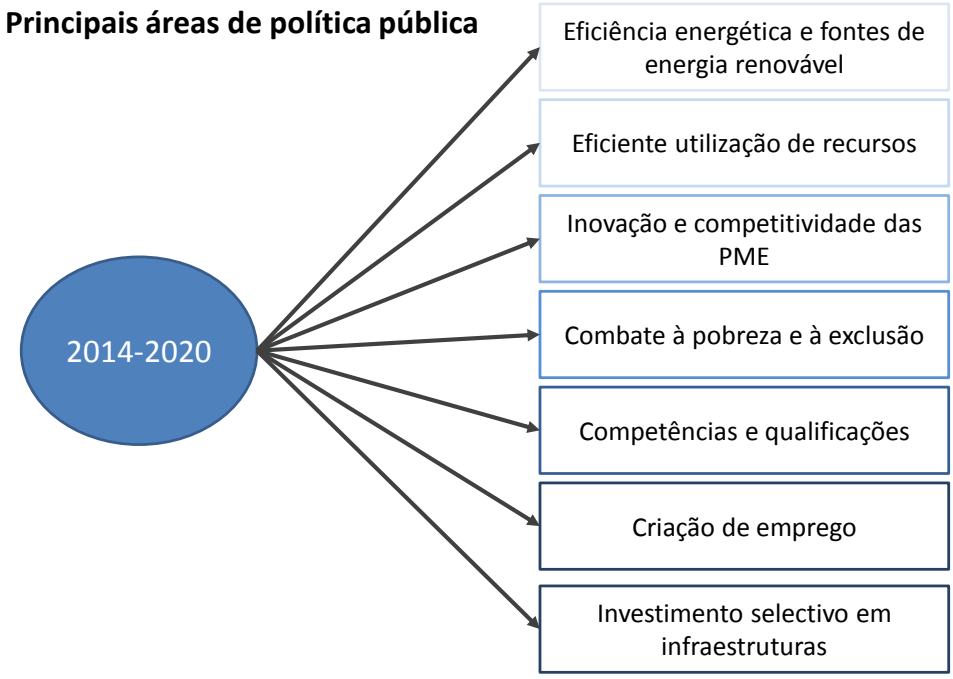
1. **Concentração temática em função dos objetivos da Europa 2020:** Investigação e inovação; Alterações climáticas e energia; Educação e formação; Emprego; Inclusão social; Investimento seletivo em infraestruturas;
2. **Investimento que estimule crescimento (*growth friendly expenditure*):** Apoio das PME no acesso ao crédito e na internacionalização; Políticas ativas de criação de emprego; Inserção no mercado de trabalho (adaptação das competências às necessidades do mercado de trabalho, estímulos para grupos mais desfavorecidos); Empreendedorismo de base tecnológica; Tecnologias verdes;
3. **Programação integrada:** Desenvolvimentos locais liderados por comunidades locais em todos os fundos (seguindo o exemplo do LEADER); Operações Integradas (permitindo, ao invés do atual período, que uma só operação seja financiada por diversos fundos); Planos de Ação Conjuntos (que podem fazer parte de um ou de vários programas operacionais em função dos objetivos almejados); Estratégias territoriais integradas (integração de investimentos de vários eixos prioritários de diferentes programas operacionais; podem constituir estratégias para o desenvolvimento urbano ou ainda a cooperação intermunicipal; a sua gestão pode ser delegada para órgãos locais);
4. **Abordagem territorializada à Europa 2020:** Coesão territorial; Identificação das características e constrangimentos específicos; Priorização, concentração e áreas de intervenção dos investimentos; Abordagens intersetoriais, interjurisdicionais e internacionais; Coordenação multinível que garanta a apropriação da Europa 2020 pelos atores locais e regionais; Valorização da cooperação (inter-regional, transnacional e transfronteiriça);
5. **Eficiência na aplicação dos fundos:** Aproximação das regras de elegibilidade e financeiras entre diferentes fundos; Princípios de gestão e controlo comuns; Redução da carga administrativa; Alargamento da submissão eletrónica de documentação; Foco nos resultados; Monitorização (nomeadamente através de sistemas de indicadores);
6. **Consideração de condicionalismos:** *Ex ante* (garantir condições para suportar a implementação dos fundos; ex.: sistemas de contratação públicos); *Ex post* (pequena dotação aplicada em função do cumprimento dos objetivos); Macroeconómicos

(enquadramento dos fundos nos problemas sociais, económicos ou financeiros que um país atravessa).

7.

Em termos temáticos identificam-se sete grandes eixos (Figura 9):

Figura 9 – Principais áreas de política pública



1. **No âmbito da "Eficiência energética e fontes de energia renováveis" é salientado:** Planeamento para as alterações e redução de emissões; Energias renováveis e *smart grids*; Alteração modal para modos de transporte amigos do ambiente e a ligação a redes europeias e internacionais; Prioridade dada ao investimento nos portos articulada com o desenvolvimento das ligações principais nacionais e internacionais; Reabilitação urbana e iluminação pública; Eletrificação das linhas; Financiamento de transportes limpos em cidades médias ou *clusters* de cidades.
2. **No âmbito da "Eficiente utilização de recursos" é salientado:** Economia eficiente e de baixo carbono (eficiência na utilização de recursos em PMEs e em edifícios públicos, redução de emissões da agricultura, etc.); Estratégias de adaptação às alterações climáticas; Sistemas de monitorização; Prevenção de desastres e minimização de riscos; Proteção ambiental.
3. **No âmbito da "Inovação e competitividade das PME" é salientado:** Competitividade da economia portuguesa; Empreendedorismo, inovação e serviços avançados para as empresas; Mecanismos de financiamento para as PMEs; Transferência de conhecimento, desenvolvimento dos sistemas de I&D das empresas e de ambientes favoráveis à inovação; I&D& Inovação; Redes de C&T orientadas para a exportação; Reorganização, estimulando a concentração e os consórcios; Parcerias internacionais e cooperação

científica; Atração de fundos; Quadro fiscal para promover inovação e incorporação do investimento próprio nas empresas; Eco-inovação, *clusters* e polos de competitividade; Capacidade empreendedora; Agenda digital.

4. **No âmbito do "Combate à pobreza e à exclusão" é salientado:** Integração de pessoas em risco de exclusão; Promoção de formação para desempregados de longa duração e de baixas qualificações; Economia social; Saúde de proximidade.
5. **No âmbito das "Competências e qualificações" é salientado:** Participação de jovens no mercado de trabalho; Serviços de aconselhamento e requalificação para áreas mais relevantes no mercado de trabalho; Aumentar o investimento para a formação inicial; Qualidade da educação e formação; Melhorar o acesso a cuidados da infância precoces; Combate ao abandono escolar; Mecanismos de orientação de carreiras; Formação especializada e profissionalizada; Melhorar a formação em áreas como a agricultura e as pescas; Ligação entre formação e o mundo profissional; Nova geração de técnicos; Oferta doutoral.
6. **No âmbito da "Criação de emprego" é salientado:** Medidas ativas e eficientes para a inserção do mercado de trabalho; Mobilidade geográfica e setorial; Aprendizagem ao longo da vida; Economia social; Certificação; Formação nas empresas e estágios profissionais; Requalificação dos licenciados; Identificação de profissionais essenciais no futuro.
7. **No âmbito do "Investimento seletivo em infraestruturas" é salientado:** Investimentos coerentes e inovadores; Reavaliação e justificação criteriosa em investimentos teoricamente elegíveis em algum tipo de infraestruturas: rodoviárias, banda larga, educacionais ou desportivas.

Os destaques temáticos que resultam da estratégia europeia, quando articulados com as linhas de orientação acima apresentadas, permitem-se identificar três áreas de intervenção de política pública, totalmente consonantes com os desafios de Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo sublinhados pela União Europeia: a área do **Crescimento Económico**, do **Ambiente e Sustentabilidade**, e das **Comunidades e Inclusão.** Acrescem duas outras que resultam diretamente da necessidade de garantir suporte às medidas de políticas públicas necessárias e que são transversais às áreas temáticas identificadas: a do **Território e Atratividade**, e a da **Governança e Serviços Públicos.**

3.3.2. O alinhamento regional

A Região Centro de Portugal definiu a sua estratégia e respetivo Programa Operacional (POR - em discussão pública, aquando da conclusão deste documento). O CRER 2020 assume como desígnio central a criação de valor decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente. A EDT da Região de Aveiro procura contribuir de forma significativa para os desafios e metas presentes no referido enquadramento estratégico ao nível da NUTS II.

O posicionamento estratégico da Região Centro, nomeadamente nas vertentes de qualificação, inovação, empreendedorismo e inclusão, terá, através da implementação da EDT da Região de Aveiro, um impulso significativo. As ambições regionais e respetivas prioridades nucleares estão vertidas, de forma evidente, na estratégia da NUTS III. Salienta-se, ainda, o facto dos domínios diferenciadores temáticos da região centro, identificados no contexto da respetiva Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) estarem perfeitamente articulados com a identificação efetuada ao nível da Região de Aveiro. Assim, as opções tomadas a este nível nos domínios diferenciadores sub-regionais das TICE, do Mar e da Ria, dos Materiais e do sector Agroalimentar e Florestal, constituirão uma base de reforço da industrialização já existente na Região Centro.

A centralidade do conhecimento e da inovação apresentadas na EDT da Região de Aveiro vem reforçar as condições para o cumprimento das metas estabelecidas ao nível Regional (NUTS II). Os processos e centros de transferência de conhecimento, especialmente associados à Universidade de Aveiro, vêm dotar a região de um conjunto significativo de estruturas de apoio às atividades produtivas e estabelecem as condições para a consolidação de um sistema de inovação regional – aspeto central na especialização inteligente.

As áreas de interligação, em que assentam as apostas da RIS3 do Centro, resultantes da articulação dos domínios diferenciadores regionais, bem como as respetivas Apostas Indicativas, tornam evidente a articulação tanto das áreas de especialização da Região de Aveiro, quanto das suas opções estratégicas, com o enquadramento estabelecido para a Região Centro.

Áreas de especialização da Região de Aveiro por área de interligação (Região Centro):
1. Soluções industriais sustentáveis: TICE, Agroflorestal,
2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais: TICE, Mar e Ria, Agroflorestal,
3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida: TICE, Materiais
4. Inovação territorial: TICE, Materiais

Tendo em vista a visão estratégica da Região Centro, a EDT da Região de Aveiro consubstancia os instrumentos de políticas públicas necessários a garantir o melhor contributo para que esta seja alcançada: contribuir para situar a Região centro como *Innovation Leader*; representar 20% do PIB nacional; diminuir em 10% as assimetrias regionais, também ao nível sub-regional; ter 40% da população jovem com formação superior, e apresentar uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

Se atendermos às relações entre a ambição regional e os eixos prioritários definidos no Plano de Ação da EDT da Região de Aveiro (consultar documento próprio) verificamos as seguintes articulações:

	Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo	Proteger e valorizar os recursos naturais da Região	Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva	Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora	Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos
Situar-se como Innovation Leader	X	X	X		X
Representar 20% do PIB nacional	X	X			
Diminuir em 10% as asimetrías regionais	X		X	X	X
Ter 40% da população jovem com formação superior	X		X		
Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional	X		X		

Quanto às relações entre os desafios estratégicos da Região de Aveiro e as prioridades nucleares do Plano de Ação Regional, encontramos o mesmo alinhamento:

	Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo	Proteger e valorizar os recursos naturais da Região	Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva	Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora	Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos
Sustentar e reforçar a criação de valor	X	X		X	
Estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão				X	X
Afirmar um tecido económico resiliente, industralizado e exportador	X			X	
Reforçar a coesão territorial		X		X	X
Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador	X		X		
Dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes		X			
Consolidar a capacitação institucional					X

Tendo em consideração a nota já efetuada neste documento (ponto 1.1.5) a propósito da simultaneidade da definição das estratégias nacional, regional e da região de Aveiro, julgamos estar evidenciado e fundamentado o alinhamento entre as prioridades nucleares e os eixos de atuação da Região de Aveiro e a estratégia regional prosseguir no Centro de Portugal.

As prioridades nucleares assumidas e eixos de atuação definidos para o período 2014-2020 pela região Centro (Sustentar e aumentar a criação de valor; estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão; Gerar, Captar e Reter talento; Reforçar a Coesão Territorial; Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas existentes; Consolidar a Capacitação Institucional) encontram na EDT da Região de Aveiro e, em particular, nos cinco desafios estratégicos que enquadram o respetivo Plano de Ação, total correspondência e alinhamento. O quadro seguinte, procura tornar este alinhamento mais evidente, ao fazer corresponder esses desafios estratégicos e os contributos esperados da implementação do Plano de Ação aos indicadores de posicionamento da Região Centro.

Indicadores	**Desafios estratégicos prioritários para a Região de Aveiro** (EDT 2014-2020 - RA)
Crescimento e Competitividade	1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo 4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora
Internacionalização	
1. Exportações de bens	
2. Investimento direto estrangeiro	
Investigação, Desenvolvimento e Inovação	
3. Investimento em I&D	
4. Regional Innovation Scoreboard	
5. Doutorados	
Dinâmica Empresarial	
6. Empresas gazela	
7. Criação líquida de empresas	
Criação de Valor e Produtividade	
8. Produto Interno Bruto	
9. Produtividade do trabalho	
Potencial Humano	3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva
Educação e Formação	
10. Abandono escolar precoce	
11. População jovem com formação superior	
12. Resultados de exames nacionais	
Formação de Ativos	
13. Formação ao longo da vida	
População e Emprego	
14. População residente	
15. Taxa de desemprego	
16. Taxa de desemprego jovem	

Qualidade de Vida	5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos
17. Satisfação dos residentes	
18. PIB por habitante	
Coesão	3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva
Coesão Social	
19. Beneficiários do RSI	
20. Distribuição do rendimento	
Coesão Territorial	
21. Dispersão da variação populacional	
22. Dispersão do rendimento familiar	
Sustentabilidade Ambiental e Energética	2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região
23. Energias renováveis	
24. Emissão de gases com efeito estufa	
25. Eficiência energética	

No Plano de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial (ver documento próprio) são apresentados os indicadores de monitorização e metas a atingir para cada um dos eixos estratégicos aí definidos, bem como as categorias de beneficiários e entidades a envolver.

3.3.3. Os desafios que se colocam à Região de Aveiro

O diagnóstico efetuado (ver Anexo) e a sua articulação com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais permitem-nos identificar um conjunto específico de desafios para a região de Aveiro, por área temática de políticas públicas. O Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial 2014-2020 deverá refletir estas preocupações e materializar os mecanismos que melhor se articulem com os desafios aqui apresentados, quer na identificação dos seus pressupostos estratégicos, quer na definição e enquadramento das metas.

Assim, em termos de **Crescimento Económico** identificam-se os seguintes desafios:

- Incentivos direcionados para as áreas de especialização da Região;
- Estratégias de I&D, educação e formação, em particular vocacionadas para aproveitar o perfil de especialização da região;
- Apoio à internacionalização do tecido empresarial, de modo a potenciar ainda mais a capacidade exportadora da Região;
- Certificação de produtos endógenos com potencial económico;
- Estudo das fileiras agroalimentar, da habitação e do mar para valorização do seu potencial económico;
- Desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade industrial previstas no segundo eixo da Europa 2020, face ao peso da indústria transformadora na região;
- Necessidade de reorientar os investimentos numa ótica de retorno económico, perante a tendência para a concentração nas entidades públicas.

Quanto ao **Ambiente e Sustentabilidade** identificam-se os seguintes desafios:

- Promoção de *clusters* de tecnologias verdes, nomeadamente ligando fileira da habitação às exigências acrescidas no desempenho energético na construção;
- Promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis;
- Articulação da agenda para a sustentabilidade com todas as áreas de políticas públicas, nomeadamente em termos de eficiência energética e hídrica;
- Exploração dos valores paisagísticos e ecológicos, nomeadamente ligados à identidade da ria;
- Implementação do PIMTRA;
- POLIS II;
- Baixo Vouga Lagunar.

Relativamente às **Comunidades e à Inclusão** identificam-se os seguintes desafios:

- Análise dos setores da região para perceber as necessidades de qualificação;
- Ligação formação-mercado de trabalho, nomeadamente estreitando os laços entre a UA ou o SC&T ... e o tecido produtivo da região, promovendo a formação ao longo da vida;
- Requalificação profissional, face ao crescimento acelerado do desemprego qualificado;
- Estímulo a projetos de Inovação Social que possibilitem novas respostas aos desafios da coesão social;
- Adequação e qualificação da oferta, especialmente no domínio das políticas sociais e de saúde ao comportamento demográfico da Região;

- Fomento de integração de políticas de saúde/desporto/cultura.

No que diz respeito ao **Território e Atratividade**, salientam-se:

- Promoção da regeneração urbana, tendo em conta a existência de um parque urbano degradado;
- Ordenamento urbano, agrícola e florestal de forma a combater a ocupação desestruturada e excessivamente dispersa do território;
- Estruturação da rede dispersa de centros urbanos numa ótica policêntrica de diferenciação funcional e extensão dos serviços às áreas mais rurais;
- Valorização do potencial turístico da Região;
- Promoção da identidade Regional, valorizando-a economicamente.

Finalmente, quanto à **Governança e Serviços Públicos**, importa assinalar:

- Integração de políticas municipais, de acordo com as exigências para uma maior concertação
- Articulação dos serviços prestados pelo setor público e setor privado;
- Valorização da inovação como marca regional, constituindo-a como *smart region*
- Assumir a subsidiariedade como central à Reforma do Estado e ao reforço do Poder Local e Regional.

Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro 2014-2020

Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020

- Anexo -

programa operacional assistência técnica
FEDER
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Ficha técnica

Título
Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020
Região de Aveiro
Anexo | Setembro 2013 (revisão v.2 Junho 2014)

Com base no Estudo Técnico elaborado por:
Universidade de Aveiro
Coordenação
Filipe Teles
Equipa
Gonçalo Santinha
João Lourenço Marques
Luisa Pinho
Cristina Roque da Cunha
Jan-Hendrik Wolf
Monique Borges
Promotor
CIRA

CIRA.Estratégia2020.Documento3.Anexo

Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020

Anexo - Perspetivas de Desenvolvimento e Inovação Regional

A.1. Caracterização e diagnóstico da Região de Aveiro 4

A.1.1 Enquadramento territorial 4

A) Características gerais da região 4

B) Parque habitacional 8

A.1.2 Caracterização ambiental 14

A) Qualidade da água 14

B) Qualidade do ar 17

C) Áreas protegidas 19

D) Suscetibilidade à desertificação 21

E) Fenómenos meteorológicos/climáticos extremos 22

F) Emissões de poluentes 23

A.1.3. Análise demográfica 25

A) Tendências de evolução da população na CI Região de Aveiro 25

B) Estrutura etária da população na CI Região de Aveiro 27

C) Projeção da população da NUTS III do Baixo Vouga para 2030 29

A.1.4. Análise socioeconómica 32

A) Exclusão social 32

B) Qualificações e emprego 40

C) Tecido produtivo 45

D) Fluxos de mão-de-obra 56

A.1.5. Outras Capacidades Instaladas 63

A) Definição das tipologias e valências 63

B) Resultados 63

A.1.6. Análise dos financiamentos do Programa Operacional Regional do Centro da CI Região de Aveiro 66

A) A CI Região de Aveiro no contexto da Região Centro 66

B) Os municípios da CI Região de Aveiro 67

C) Dimensões fundamentais dos investimentos 71

A) Taxonomia de investimento 74

B) Sistemas de Incentivos 76

A.2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Sistema Científico Regional 78

A.3.1. Documentos comunitários de orientação estratégia de referência 100

A.3.2. Documentos nacionais de orientação estratégia de referência 107

A.3.3. Documentos regionais de orientação estratégia de referência 111

Anexo - Perspetivas de Desenvolvimento e Inovação Regional

A.1. Caracterização e diagnóstico da Região de Aveiro

Com este diagnóstico pretende-se dar sentido a um conjunto de informação que existe sobre o território da CI Região de Aveiro (Mapa 1), de forma a informar a análise SWOT e as recomendações finais. São incluídas seis dimensões de análise: o enquadramento territorial, a caracterização ambiental, a análise demográfica, a socioeconómica, a das outras capacidades instaladas e a de financiamentos. Para cada uma destas dimensões são analisados diferentes subtemas e no final de cada secção é feita uma síntese das principais conclusões a retirar.

A.1.1 Enquadramento territorial

Neste ponto é apresentado um enquadramento do território em análise. Para este fim é feita uma análise das principais características de ocupação do território, os principais usos que são dados ao solo, a distribuição dos equipamentos de educação e de saúde e também as características e dinâmicas do parque habitacional.

A) Características gerais da região

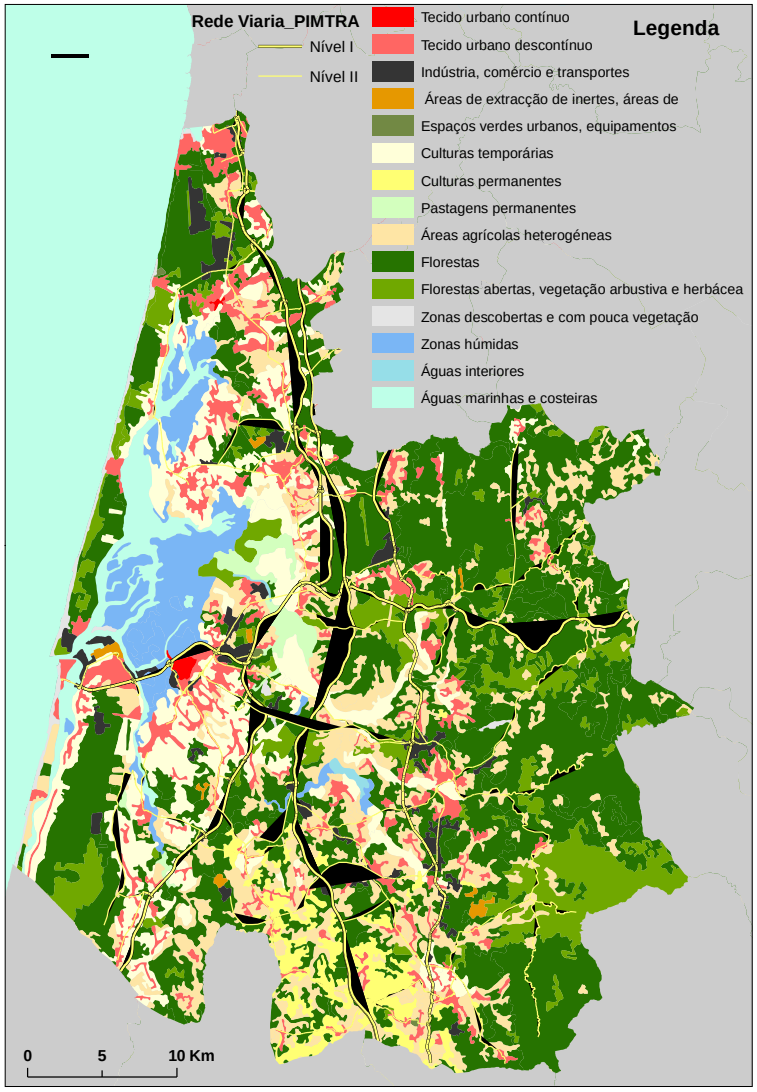
A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro foi constituída em 2008 e compreende os municípios da NUTS III do Baixo Vouga, com exceção da Mealhada: Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos. No seu conjunto abrange cerca de 370.400 pessoas.

Mapa 1 – Os municípios da CI Região de Aveiro

Geograficamente os municípios da CI Região de Aveiro encontram-se fortemente marcados pela Ria de Aveiro. Como se pode constatar no mapa que se segue (Mapa 2), existe uma área muito considerável da região que se encontra coberta de águas marinhas e interiores, assim como de zonas húmidas

associadas a estas águas. No que concerne à ocupação urbana do território, esta ocorre na sua maioria na zona entre a ria e as florestas do interior ao longo dos principais eixos viários da região. Como já tem sido amplamente referido em estudos sobre a região (ver por exemplo Carvalho et al 2011[1]), o padrão de ocupação do território é notoriamente disperso com múltiplas manchas de tecido urbano descontínuo a misturar-se com áreas agrícolas e naturais.

Mapa 2 – Ocupação do solo, no Corine Land Cover 2006



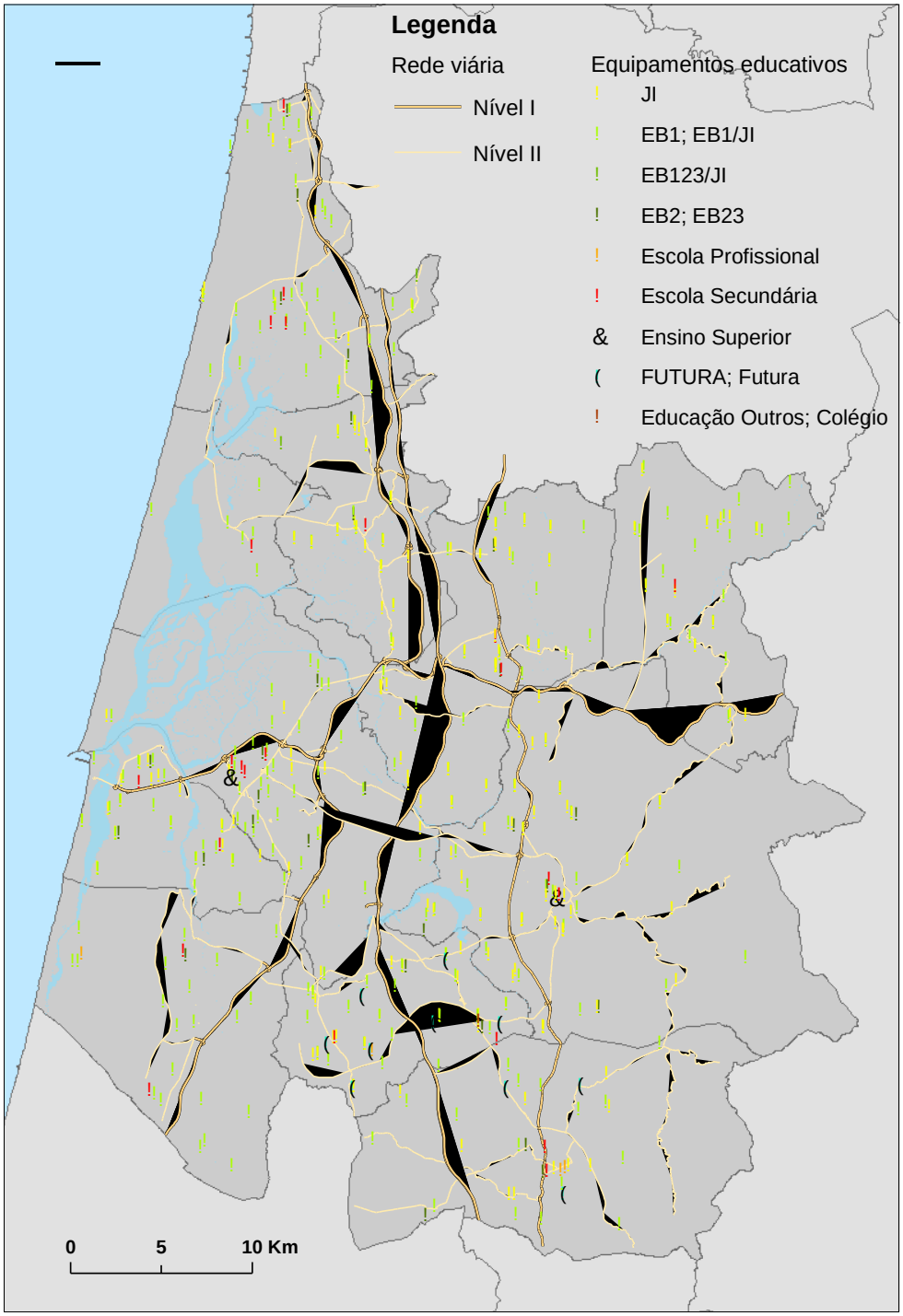
Fonte: Elaboração própria (origem: Agência Portuguesa do Ambiente), rede viária de acordo com Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da região de Aveiro (PIMTRA)

Em relação às acessibilidades, a CI Região de Aveiro é servida por diversas auto-estradas: a A1, a A29 e a A17 que atravessam a região de Norte a Sul e a A25 que atravessa Este a Oeste. Esta rede é complementada com estradas de nível inferior, onde se destaca a IC2. Em termos ferroviários, a região é atravessada pela linha do Norte, tendo serviços urbanos no trecho entre Aveiro e Porto, e pela Linha do Vouga. A estas infraestruturas acrescem ainda o Porto de Aveiro e a Plataforma logística de Aveiro.

[1] Carvalho *et al* (2011), "Custos e Benefícios, à Escala Local, de uma Ocupação Dispersa", Mimeo.

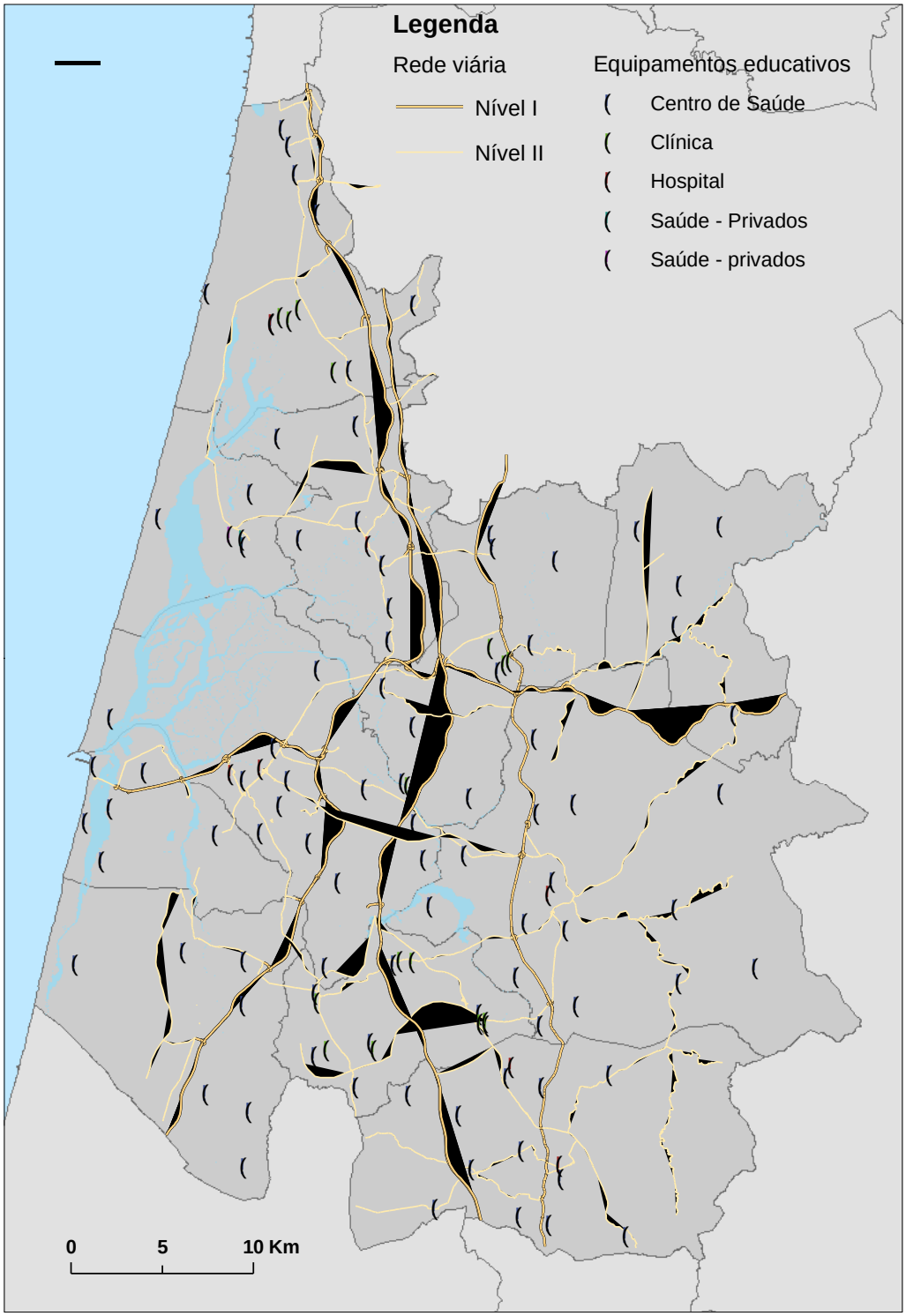
Os equipamentos educativos e de saúde seguem essencialmente o padrão de distribuição da população sendo, ao nível da educação, de destacar a Universidade de Aveiro e os seus respetivos polos (Mapa 3 e 3a).

Mapa 3 – Equipamentos educativos



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados PIMTRA)

Mapa 4 – Equipamentos de saúde



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados PIMTRA)

B) Parque habitacional

As cidades enquanto palco de constantes transformações apresentam características próprias que resultam de um processo contínuo de ajuste às exigências próprias dos processos de intervenção que nelas ocorrem. O parque habitacional surge assim como um elemento de suporte para as dinâmicas urbanas e territoriais, com particular importância para a consolidação e estruturação do território.

O reconhecimento da importância do parque habitacional resulta, portanto, do papel central que este assume enquanto elemento estruturante do tecido urbano e no contexto socioeconómico. Neste sentido, o padrão habitacional de cada espaço urbano apresenta características diferenciadoras em função, por exemplo, dos tipos de ocupação e uso do solo, dos padrões de mobilidade (sistema de transporte e rede viária), da oferta de serviços, equipamentos e atividades complementares. Por isso, a sua compreensão e análise são determinantes, pois permitem, por um lado, identificar carências e potencialidades perante a realidade em constante transformação e, por outro, perspetivar e adequar a oferta de infraestruturas e equipamentos.

No contexto atual, o setor da habitação depara-se com algumas fragilidades. Depois de períodos intensos de construções novas, atualmente colocam-se novos desafios ao parque habitacional, que se evidenciam pelo maior número de obras de reabilitação registados na última década (os dados publicados pelo INE permitem constatar que entre 2001 e 2011 se registou uma diminuição de 36,0% no número de edifícios muito degradados e de 40,4% no número de edifícios com necessidade de grandes reparações). Embora se tenham verificado esforços crescentes neste sentido, o deficiente estado de conservação do edificado (em 2011, os edifícios a necessitar de reparações ou degradados representavam 30% do parque habitacional) é uma realidade e remete para necessidades globais de reabilitação. A temática da reabilitação tem-se vindo, assim, a afirmar como uma área determinante nos processos de integração social e urbana. Por isso, a compreensão destes indicadores reveste-se de particular importância, assumindo-se como um instrumento de apoio à decisão no desenho de políticas públicas e estratégias territoriais.

Posto isto, pretende-se caracterizar e sistematizar territorialmente o perfil e a dinâmica do parque habitacional nos municípios da CI Região de Aveiro com base numa escala de análise desagregada por freguesia. Para o efeito procedeu-se a uma análise multivariada composta por duas partes:

i) uma Análise Fatorial de Componentes Principais (AFCP) que permitiu organizar a informação e torná-la mais interpretável; e
ii) uma análise de clusters que permitiu estruturar os território em conjuntos considerados homogéneos partilhando características comuns.

Para este fim recolheu-se um conjunto de dados de domínio público, publicados pelo INE, referentes a informação censitária de 2011. As variáveis utilizadas nesta análise foram:

- a densidade populacional;
- a densidade de alojamentos e edifícios;
- os alojamentos de residência habitual, secundária ou uso sazonal e vagos;
- os alojamentos por família;
- a dimensão dos edifícios, especificamente, o número de pisos;
- a taxa de variação de edifícios e alojamentos;
- os edifícios a necessitar de reparações.

Da análise destes dados, foi possível identificar cinco grandes indicadores, nomeadamente:

1. densidade de ocupação urbana;
2. tipo de uso da habitação;
3. volumetria do edificado;
4. dinâmica do parque habitacional e, por fim,
5. degradação da habitação.

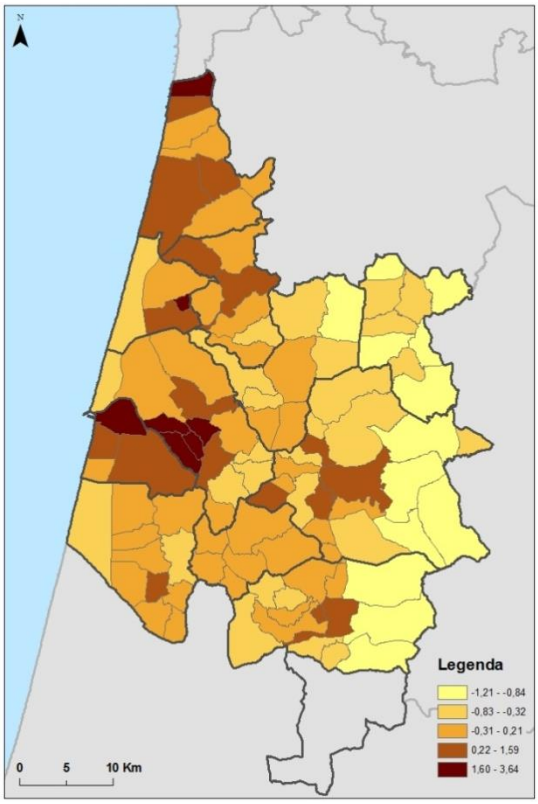
Apresentam-se seguidamente os resultados destas análises (nos Mapas 4 a 8 são apresentados de forma padronizada a variação relativa ao valor médio sub-regional, que podem ser negativos ou positivos conforme estejam acima ou abaixo da média dos indicadores respetivos).

i) Dimensões fundamentais do parque habitacional

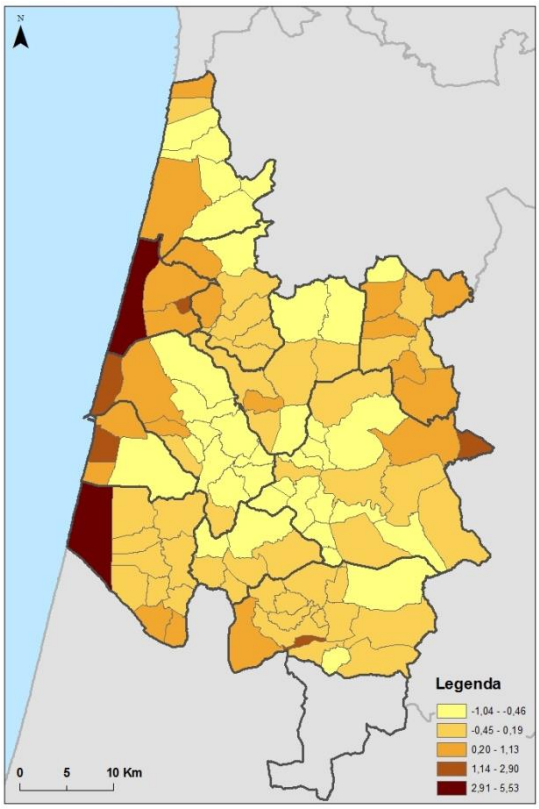
- **1.Densidade de ocupação urbana**

A densidade de ocupação urbana (Mapa 4) resulta da agregação da densidade populacional, de alojamentos e edifícios. Com valores de densidade de ocupação acima da média estão os municípios de Aveiro, Ílhavo e Ovar. As freguesias do Interior da NUTS surgem como territórios onde a densidade urbana é bastante abaixo da média. De forma similar, surgem algumas freguesias litorais (como é o caso da Gafanha da Boa Hora, São Jacinto e Torreira).

Mapa 5 – Densidade de ocupação urbana



Mapa 6 – Tipo de uso da habitação



Fonte: Elaboração própria

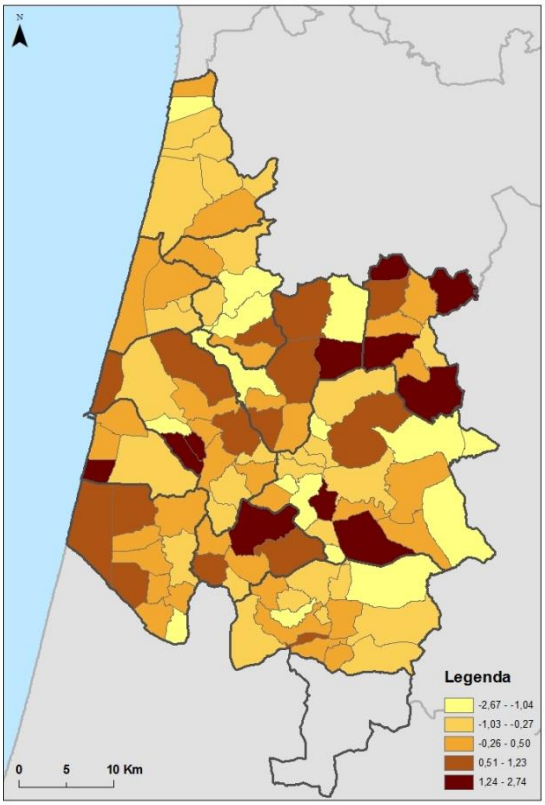
- **2. Tipo de uso da habitação**

Ao tipo de uso de habitação (Mapa 5) estão associadas variáveis que evidenciam a forma de ocupação da habitação, designadamente, os alojamentos de residência habitual, de residência secundária ou uso sazonal e ainda os alojamentos por família. Neste contexto contrastam duas realidades: i) como seria de esperar, dada a proximidade à zona balnear, uma faixa litoral contínua que se caracteriza pela existência de um maior número de alojamentos por família e de habitações utilizadas como segunda habitação e ii) uma mancha entre os municípios de Aveiro e Águeda e algumas freguesias do norte da NUTS, que apontam para o domínio dos alojamentos de 1ª habitação (mapa 5).

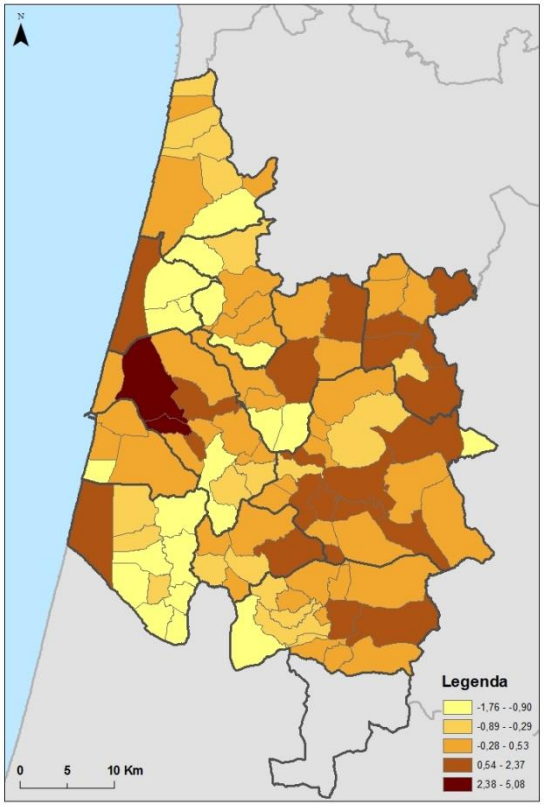
- **3. Volumetria do edificado**

Encontram-se associadas à volumetria do edificado variáveis de dimensão, especificamente, o número de pisos dos edifícios. Territorialmente é possível identificar valores expressivos de construção em altura nos concelhos do interior e algumas freguesias localizadas na faixa litoral (quase contínua) da NUTS, assim como no concelho de Aveiro (nomeadamente as freguesias de Vera Cruz e Glória). Em contraste, evidenciando a predominância de edifícios térreos, estão a maioria das freguesias do concelho de Vagos e de Murtosa (Mapa 6).

Mapa 7 – Volumetria do edificado



Mapa 8 – Dinâmica do parque habitacional



Fonte: Elaboração própria

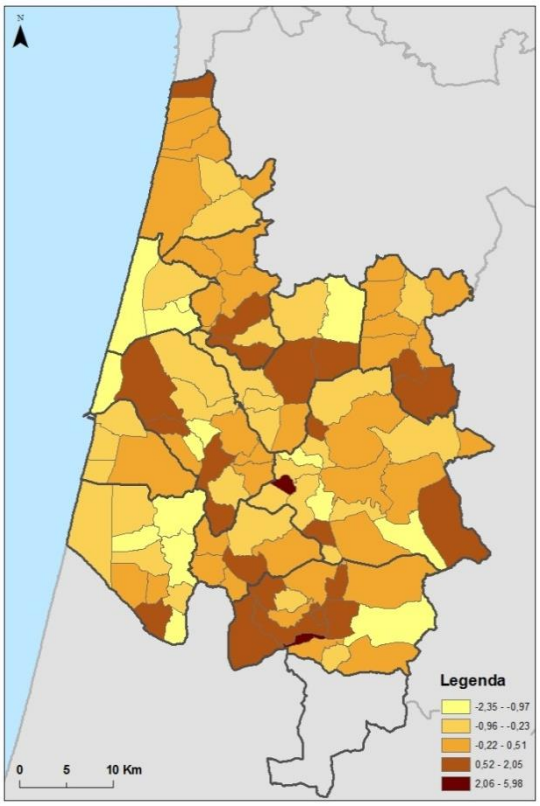
- **4. Dinâmica do parque habitacional**

O indicador de dinâmica do parque habitacional é explicado pelas variáveis correspondentes à taxa de variação de alojamentos e edifícios no período entre 2001 e 2011. Ao analisar este indicador é importante não esquecer que a dinâmica construtiva observada nas últimas décadas justifica um parque habitacional relativamente jovem. Os valores positivos estão associados aos territórios de dinâmica construtiva recente. No contexto desta análise não é possível identificar um padrão territorial bem definido (Mapa 7).

- **5. Degradação**

Por fim, a degradação da habitação (Mapa 8), que está associada aos edifícios a necessitar de reparação e aos alojamentos vagos. É importante realçar que a relação destas duas variáveis nem sempre é imediata, estando dependente da escala de análise. Contudo, nesta amostra surgem fortemente correlacionadas. Destacam-se algumas freguesias dos concelhos de Anadia, Aveiro, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, enquanto territórios onde os alojamentos a necessitar de reparações atingem proporções importantes no conjunto total de alojamentos e ainda, onde há uma percentagem significativa de alojamentos vagos. Em oposição evidenciam-se, por exemplo, os municípios de Vagos e Murtosa.

Mapa 9 – Nível de degradação do parque habitacional



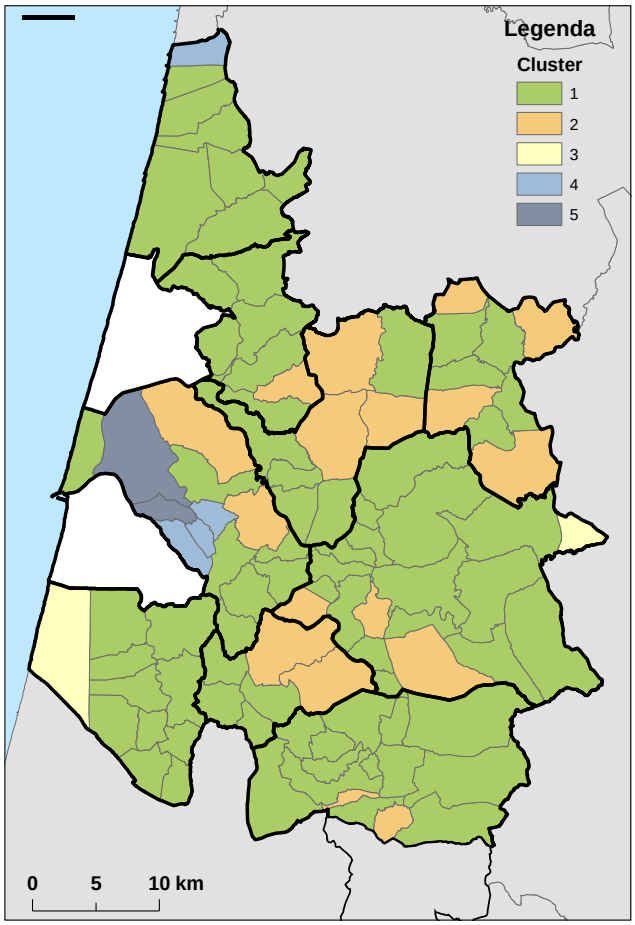
Fonte: Elaboração própria

ii) Caracterização territorial do parque habitacional

Com o objetivo de identificar grupos homogéneos, associando as freguesias com características semelhantes, foi aplicada uma análise de clusters[2]. O critério de agregação foi feito com base nos cinco indicadores obtidos através da AFCP, anteriormente apresentados. Optou-se por evidenciar um conjunto de 5 agrupamentos para a análise do parque habitacional na Região de Aveiro. A tabela associada ao Mapa 9 permite perceber a relação de cada indicador no respetivo *cluster*. De seguida apresenta-se uma breve descrição de cada um dos *clusters* obtidos.

[2] Foram testados vários métodos e concluiu-se que o método que melhor agrupava as freguesias do Baixo Vouga era o método Wards.

Mapa 10 – Clusters territoriais do parque habitacional



	Densidade da ocupação urbana	Tipo de uso da habitação	Volumetria do edificado	Dinâmica do parque habitacional	Degradação
Cluster 1	-0,21	-0,17	-0,18	-0,30	-0,02
Cluster 2	-0,35	-0,21	0,38	1,40	0,35
Cluster 3	-0,55	4,40	0,13	-0,51	-0,68
Cluster 4	2,89	0,37	-0,23	0,47	-0,53
Cluster 5	1,72	0,63	4,26	-1,33	0,58

Fonte: Elaboração própria

Cluster 1

Este cluster é territorialmente caracterizado por uma mancha que se prolonga pela faixa central da NUTS (que inclui a maioria das freguesias dos concelhos de Ovar, Estarreja e Anadia e algumas freguesias dos concelhos de Aveiro, Ílhavo e Vagos) até grande parte das freguesias no interior da NUTS (designadamente dos concelhos de Águeda e Sever do Vouga). Estas unidades territoriais caracterizam-se por densidades de ocupação urbana muito abaixo da média, onde predominam edifícios térreos e alojamentos de habitação de residência habitual. Contudo, neste cluster surgem também associadas algumas freguesias localizadas nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Águeda e na proximidade de zonas balneares (como é o caso das freguesias de Gafanha do Carmo e São Jacinto). É importante referir que nestas últimas os alojamentos de habitação secundária ou de uso sazonal prevalecem sobre os alojamentos de residência habitual.

Cluster 2

Este cluster agrupa um conjunto de freguesias do interior norte da Região de Aveiro (em particular do concelho de Albergaria-a-Velha). Estas destacam-se pela significativa dinâmica construtiva recente, pela existência de construção em altura e por uma grande parte dos alojamentos serem residência habitual.

Mapa 11 – Massas de água da região

Fonte: http://www.apambiente.pt/_zdata/planos/PGRH4/RB%5CParte%02%5C7.Diagnostico%5Crh4_p2_s7_1_rt_final.pdf

Tabela 2 – Classificação do estado final das águas superficiais

Classe de Qualidade	Rios		Águas de Transição		Águas Costeiras		Total	
	N.º	km	N.º	ha	N.º	ha	N.º	%
Excelente	2	25	0	0	1	3030	3	1,5
Bom	141	1662	2	1990	1	6209	144	71,3
Razoável	35	749	1	897	3	61496	39	19,3
Medíocre	12	420	3	2422	0	0	15	7,4
Mau	1	122	0	0	0	0	1	0,5

Fonte: Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis – www.apambiente.pt

Relativamente às massas de água em incumprimento, a maioria apresenta uma classificação de "Razoável", sendo que, na maioria dos casos, a classificação atribuída depende de um só parâmetro de avaliação. De referir, contudo, que para as águas de transição a classificação mais frequente foi a de "Medíocre" (50% das massas de água).

No que diz respeito às massas de água mais degradadas, encontram-se frequentemente associadas a um aumento de densidade populacional e com maior ocupação urbana, sendo o estado final, das massas de água de superfície classificadas como igual ou inferior a "razoável", maioritariamente determinados pelos elementos biológicos.

B) Qualidade do ar

Como foi mencionado inicialmente, o "Índice de Qualidade do AR" é calculado com base nos dados recolhidos por estações de medição da qualidade do ar. As duas estações, existentes no território da CI Região de Aveiro, estão localizadas em concelhos mais próximos do litoral, pelo que, replicar os resultados obtidos para os restantes municípios, sobretudo os mais interiores, será sempre um risco do ponto de vista da credibilidade desses resultados.
Assim, assumindo este risco, partindo do pressuposto que os dados destas estações caracterizam a qualidade do ar de todo o território CI Região de Aveiro, verifica-se que em 2011 a classe predominante é Bom (Tabela 3). Aliás, as duas estações, embora com valores diferentes, apresentam uma distribuição relativamente semelhante para as cinco classes de qualidade do ar.

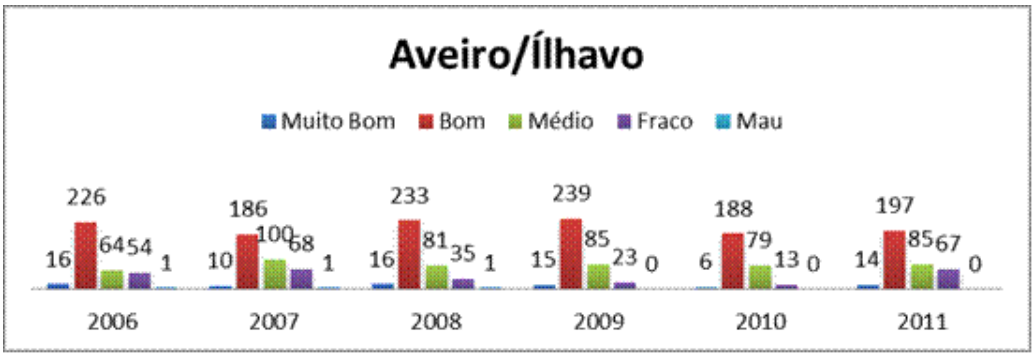
Tabela 3 – Índice de qualidade do ar (Dia) por localização geográfica e classes de qualidade, 2011

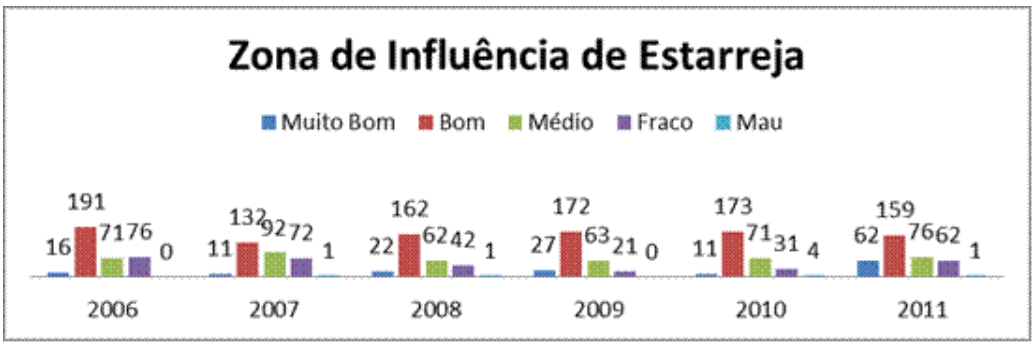
Localização geográfica	Classes de Qualidade (Dias)					
	Total	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Zona de Influência de Estarreja	360	62	159	76	62	1
Aveiro/Ílhavo	363	14	197	85	67	0

Fonte: INE, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Qualar -base de dados online sobre qualidade do ar.

Os gráficos seguintes confirmam que, sucessivamente ao longo dos anos, o ar obtém maioritariamente a classificação 'bom' em ambas as estações (Figura 11).

Figura 2 – Índice de qualidade do ar por localização geográfica e classes de qualidade, 2006-2011



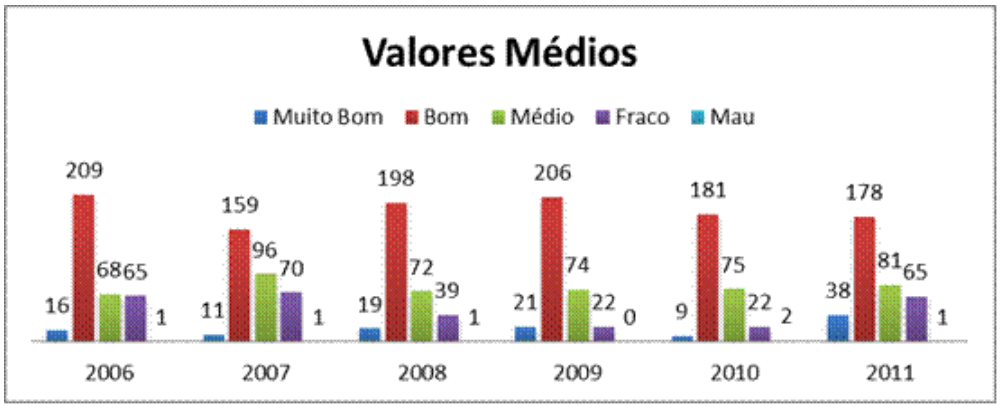


Fonte: INE, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Qualar -base de dados online sobre qualidade do ar.

Através do cálculo dos valores médios por classe, para os seis anos de amostragem, obtém-se o gráfico da figura 12, que permite obter valores mais próximos daquela que será a realidade do território da CI Região de Aveiro.

A classe Bom é claramente dominante embora apresente uma amplitude de valores algo acentuada. O facto pode ser explicado pela variação do número de recolhas em cada ano. Em 2011 foram analisados 362 dias, enquanto em 2010 apenas ocorreram 289 análises.

Figura 3 – Valores médios do índice de qualidade do ar por localização geográfica e classes de qualidade, 2006-2011



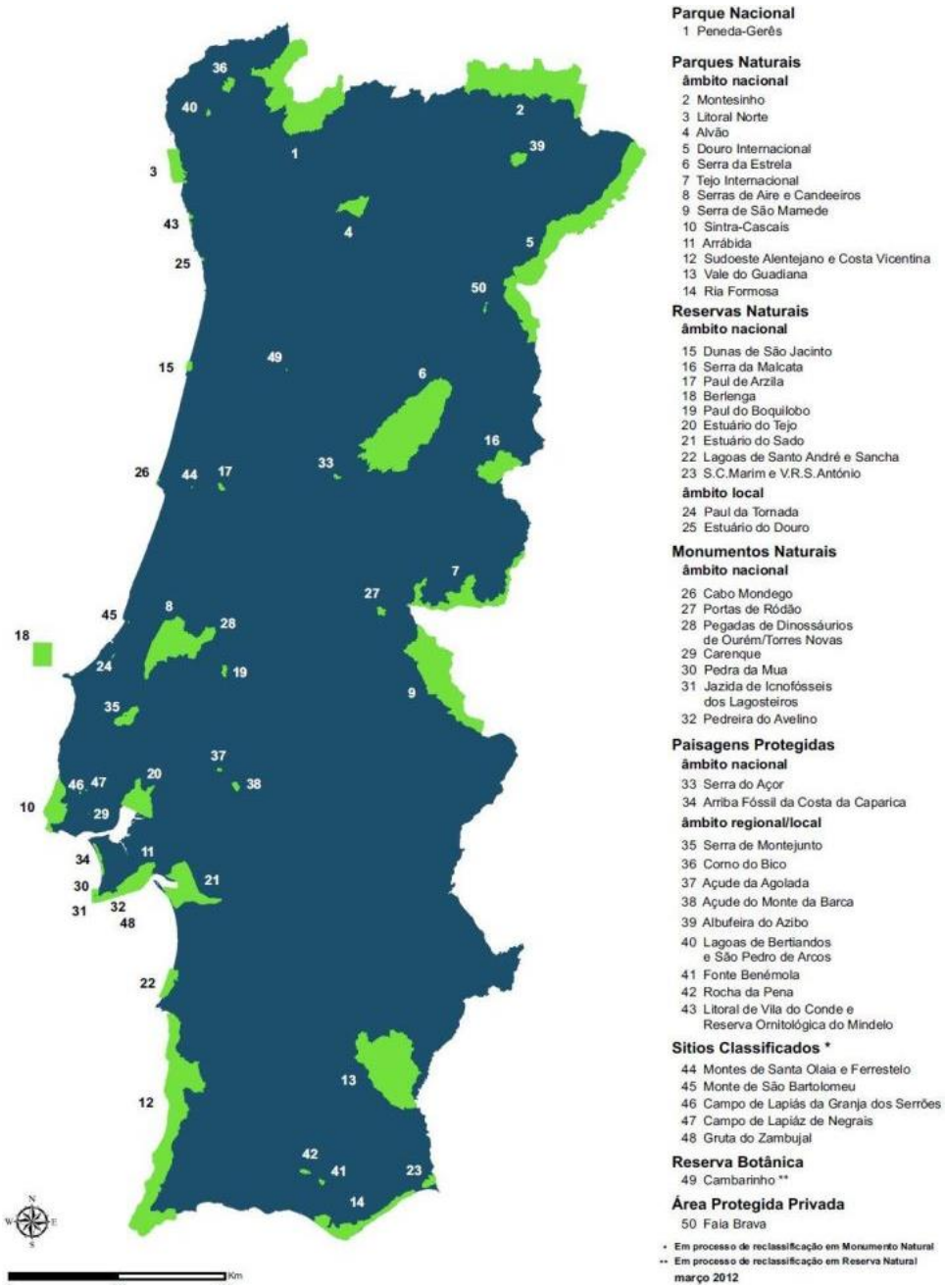
Fonte: INE, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Qualar -base de dados online sobre qualidade do ar.

Em suma, pode-se concluir que a qualidade do ar da região é boa, havendo contudo que assinalar o aumento recente do número de dias classificados como Médio e Fraco, cuja progressão poderá indicar a necessidade da adoção de medidas que promovam a melhoria da qualidade do ar.

C) Áreas protegidas

As áreas protegidas de âmbito nacional (Mapa 11), para as quais o Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho) determina a elaboração de planos de ordenamento, possuem planos em vigor.

Mapa 12 – Rede nacional de áreas protegidas (em março de 2012)



Fonte: ICNB, 2012

Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

A Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (ver mapa Rede Nacional das Áreas Protegidas), com uma área de 666ha, está sob a regulação do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto - PORNDSJ (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005 de 21 de março).

O PORNDSJ estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na execução do Plano, com vista a assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies, comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente, quando estes requerem intervenção humana para a sua perpetuação.

Estabelece como objetivos específicos:

1) Promover a conservação do ecossistema dunar e dos seus habitats e espécies;

2) Assegurar a conservação e a valorização do património natural da área protegida e da zona de proteção especial em que se encontra integrada;

3) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural da zona em que se insere, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;

4) Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação do público, bem como incentivar e mobilizar a sociedade civil para a conservação dos ecossistemas dunares e zonas húmidas litorais.

No decurso dos procedimentos do processo de ordenamento foram estabelecidos novos limites para a Reserva Natural, através do DR n.º 24/2004 de 12-07 tendo em vista a criação de uma zona tampão de proteção ao ecossistema dunar e uma adequação dos limites da Reserva Natural à Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro (DL n.º 384-B/99 de 23-09).

Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro e Sítios de Importância Comunitária

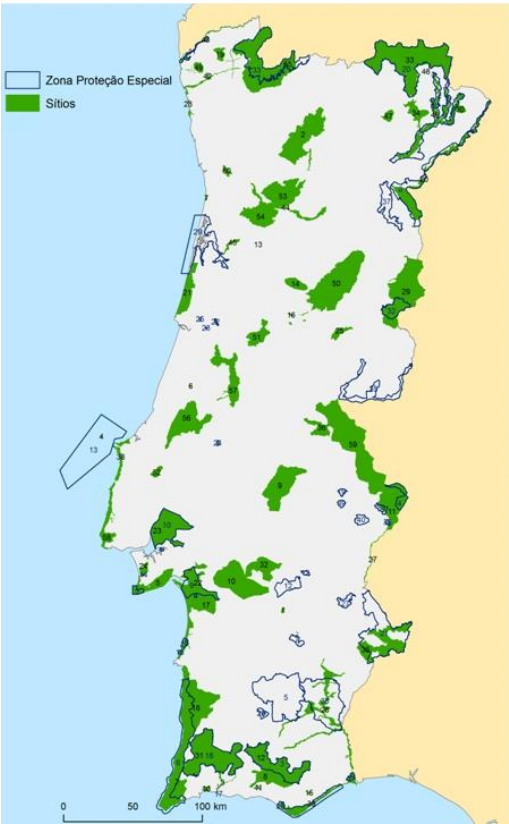
A Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, constituída em 1998 e redefinida pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro de 1999, abrange uma área total de 51.406,63ha (área terrestre = 30.669,71ha + área marinha = 20.736,92ha) e ultrapassa os limites territoriais da NUTS III Baixo-Vouga (Baixo Vouga - 57 % e Baixo Mondego - 1 %), uma vez que se estende até ao concelho de Mira.

Resumidamente, a ZPE da Ria de Aveiro pode ser caracterizada como um sistema lagunar complexo, constituído por uma rede principal de canais de maré permanentemente ligados e por uma zona terminal de esteiros com canais estreitos e de baixas profundidades. A ligação ao mar faz-se através de uma barra existente no cordão litoral.

Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-Agrícola do Vouga. Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, sendo que a área alberga regularmente mais de 20.000 aves aquáticas, e um total de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas.

Além da ZPE da Ria de Aveiro existem mais 3 Sítios de Importância Comunitária (SIC) no território da CI Região de Aveiro. São eles a Barrinha de Esmoriz, o Rio Vouga e as Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas (Mapa 12).

Mapa 13 – Rede Natura 2000: Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial (junho de 2012)



1	Açude da Murta	1	Alvito / Cuba	41	Ribeira de Quarteira
2	Cabo Espichel	2	Alvão / Marão	42	Rio Lima
3	Caldeirao	3	Arade / Odelouca	43	Rio Minho
4	Campo Maior	4	Arquipélago da Berlenga	44	Rio Paiva
5	Castro Verde	5	Arrabida / Espichel	45	Rio Vouga
6	Costa Sudoeste	6	Azabuxo / Leiria	46	Rios Sabor e Maçãs
7	Cuba	7	Barrinha de Esmoriz	47	Romeu
8	Douro Internacional e Vale do Águeda	8	Barrocal	48	Samil
9	Estuário do Sado	9	Cabeção	49	Serra d'Arga
10	Estuário do Tejo	10	Cabrela	50	Serra da Estrela
11	Estuários dos Rios Minho e Coura	11	Caia	51	Serra da Lousã
12	Evora	12	Caldeirão	52	Serra de Montejunto
13	Ilhas Berlengas	13	Cambarinho	53	Serra de Montemuro
14	Lagoa Pequena	14	Carregal do Sal	54	Serras da Freita e Arada
15	Lagoa da Sancha	15	Cerro da Cabeça	55	Serras da Peneda e Gerês
16	Lagoa de Santo André	16	Complexo do Açor	56	Serras de Aire e Candeeiros
17	Leixão da Gaivota	17	Comporta / Galé	57	Sicó / Alvaiazere
18	Monchique	18	Costa Sudoeste	58	Sintra / Cascais
19	Monforte	19	Corno do Bico	59	São Mamede
20	Montesinho / Nogueira	20	Douro Internacional	60	Valongo
21	Mourão / Moura / Barrancos	21	Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas		
22	Paul de Arzila	22	Estuário do Sado		
23	Paul de Madriz	23	Estuário do Tejo		
24	Paul do Boquilobo	24	Fernão Ferro / Lagoa de Albufeira		
25	Paul do Taipal	25	Gardunha		
26	Piçarras	26	Guadiana		
27	Reguengos	27	Guadiana / Juromenha		
28	Ria Formosa	28	Litoral Norte		
29	Ria de Aveiro	29	Malcata		
30	Rios Sabor e Maçãs	30	Minas de St. Adrião		
31	Sapais de Castro Marim	31	Monchique		
32	Serra da Malcata	32	Monfurado		
33	Serra do GerÛs	33	Montesinho / Nogueira		
34	São Vicente	34	Morais		
35	Tejo Internacional, Erges e Pônsul	35	Moura / Barrancos		
36	Torre da Bolsa	36	Nisa / Lage da Prata		
37	Vale do Côa	37	Paul de Arzila		
38	Vale do Guadiana	38	Peniche / Santa Cruz		
39	Veiros	39	Ria Formosa / Castro Marim		
40	Vila Fernando	40	Ria de Alvor		

Fonte: ICNB, 2012

D) Suscetibilidade à desertificação

O aumento da área suscetível à desertificação tem aumentado de forma evidente em Portugal continental no período entre as séries de 1961/90, 1979/2000 e 1980/2010, sendo ainda mais significativa se apenas se considerar o decénio 2000/2010, que, embora apenas diga respeito a uma série de dados para 10 anos, corresponde ao período de aplicação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (CNUCD) em Portugal (Tabela 4; Mapa 13).

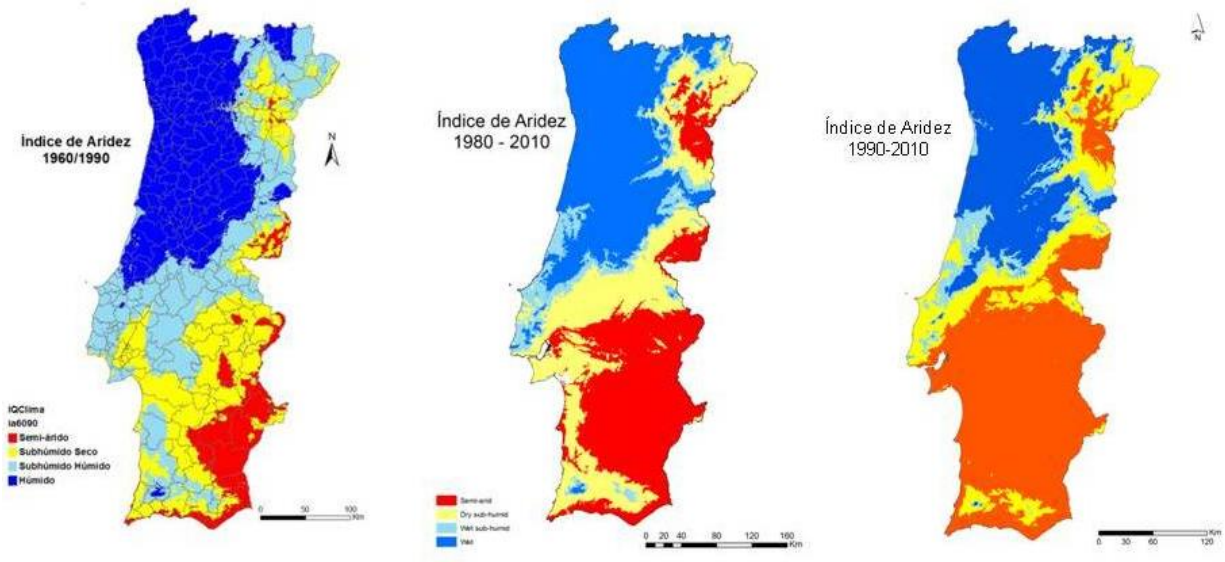
Pode-se concluir, a partir dos dados da série temporal 1980/2010 (anos hidrológicos), que cerca de 57% do território continental é suscetível à desertificação, sendo que para o período do decénio 2000/2010 esse valor é de 63%. O território da CI Região de Aveiro não é, no entanto, afetado de forma significativa pelos sucessivos avanços do índice de aridez no território nacional, inserindo-se mesmo numa das zonas mais húmidas do país.

Tabela 4 – Evolução do Índice de Aridez em Portugal continental

	1970 / 2000		1980 / 2010		2000 / 2010	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Semi-árido	2 105 820,80	23,64	2 722 932,46	30,56	3 970 308,00	44,57
Sub-húmido seco	2 623 519,25	29,45	2 361 923,68	26,51	1 605 375,00	18,02
Sub-húmido húmido	806 167,89	9,05	856 529,64	9,61	762 089,00	8,55
Húmido	3 318 712,35	37,25	2 912 834,52	32,70	2 571 090,00	28,86

Fonte: CNCCD, com base em Del Barrio et al, 2010; Sanjuan et al, 2011

Mapa 14 – Evolução do Índice de Aridez em Portugal continental nos últimos 50 anos



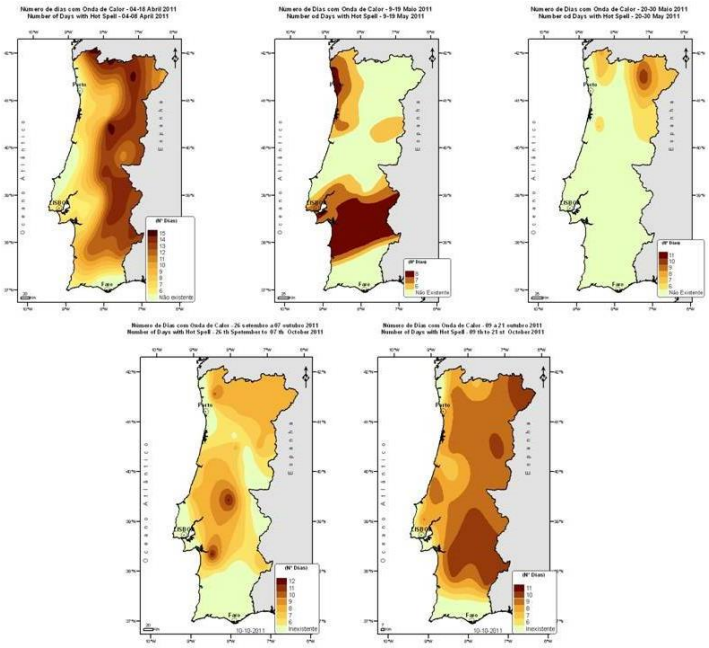
Fonte: CNCCD, com base em Del Barrio et al, 2010; Sanjuan et al, 2011

E) Fenómenos meteorológicos/climáticos extremos

Foram registadas cinco ondas de calor em 2011 (Mapa 14): uma em abril que afetou quase todo o Continente, atingindo uma maior duração nas regiões de Mirandela, Montalegre e Nelas; duas em maio, uma que afetou as regiões do litoral Norte e Centro e as regiões a sul do Tejo, exceto o Algarve e alguns locais do Baixo Alentejo, e outra que ocorreu apenas nas regiões do Norte, em especial no interior; duas em outubro, uma que afetou o Montijo, Lavradio, Sines, Alvega e Alcácer do Sal, e outra que atingiu praticamente todo o Continente, com exceção do Algarve, regiões de Lisboa, Montijo e faixa litoral do Minho.

Nesse mesmo ano, registaram-se duas vagas de frio, uma em janeiro, em Castelo Branco, e outra em fevereiro, em Braga e no litoral a sul de Setúbal.

Mapa 15 – Ondas de Calor, em 2011



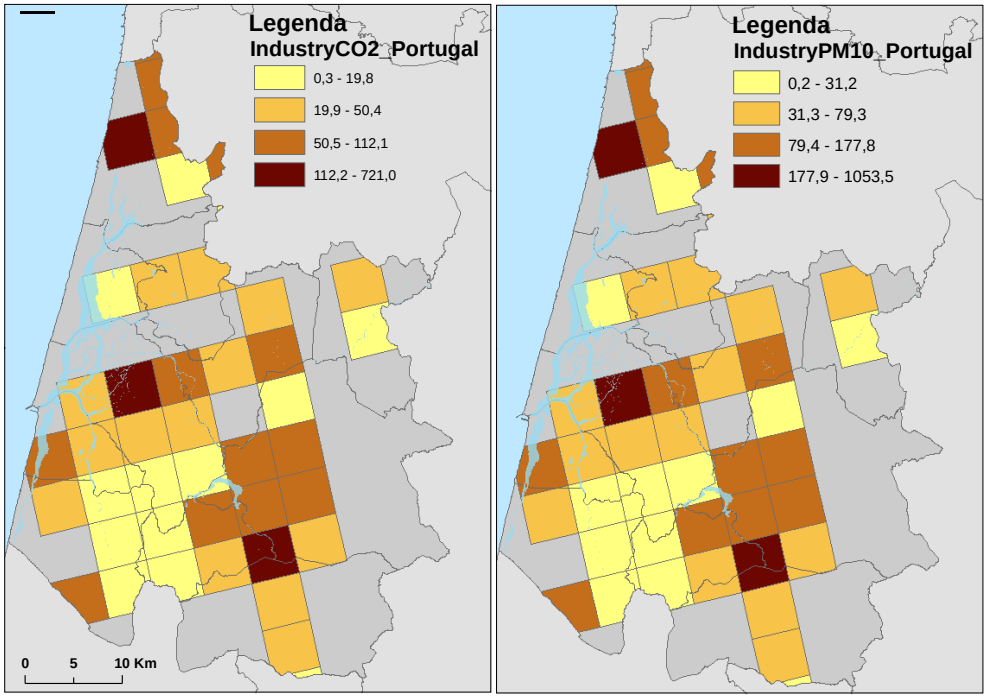
Fonte: IM, 2012

O Território da CI Região de Aveiro, em 2011, esteve sob os efeitos das ondas de calor, nomeadamente nas que ocorrem de 9 a 19 de maio e de 9 a 21 de setembro. Apesar disso, a região não é uma zona considerada crítica ou especialmente afetada por este tipo de fenómeno.

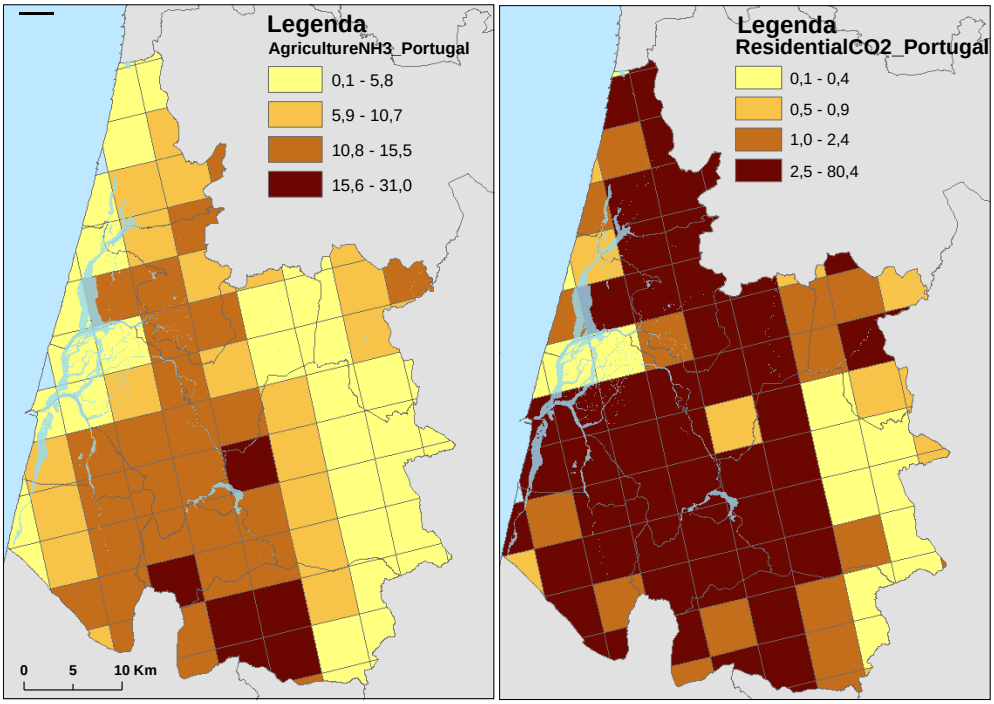
F) Emissões de poluentes

Analisando a emissão de poluentes segundo o European Pollutant Release and Transfer Register (E-PRTR), entre 2007 e 2010, verifica-se que em diversas quadrículas de 5km por 5km as emissões se situam nos quartis mais elevados a nível nacional. Isto sucede-se nomeadamente nas emissões industriais (Mapa 15), mas também ocorre nas emissões residenciais (Mapa 16). Já as emissões na agricultura são altas na parte Sul da CI Região de Aveiro, enquanto na parte Norte tendem a ser baixas.

Mapa 16 – Emissões de poluentes na indústria segundo o EPTR



Mapa 17 – Emissões de poluentes na agricultura e residenciais segundo o EPTR



A.1.3. Análise demográfica

Com a análise demográfica pretende-se compreender a evolução da dimensão, estrutura e distribuição territorial da população. Apresentam-se assim alguns indicadores demográficos que permitem caracterizar a dinâmica populacional e captar tendências de evolução da população na NUTS III do Baixo Vouga, ao nível do concelho. Os indicadores demográficos selecionados para esta análise foram i) a população residente; ii) a densidade populacional; iii) as taxas de crescimento efetivo, natural e migratório; e iv) os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos.

A) Tendências de evolução da população na CI Região de Aveiro

A análise demográfica nos períodos intercensitários de 1991 e 2001 evidenciava a Região Centro como um território com capacidade atrativa. Todavia, este cenário sofreu alterações no período censitário seguinte, marcado por um crescimento populacional menos acentuado. Apesar do decréscimo de população residente na Região Centro para o período 2001-2011, verifica-se um ligeiro aumento da população residente para a CI Região de Aveiro de 1,49%. Neste período, dá-se principal destaque aos concelhos de Aveiro, Oliveira do Bairro e Murtosa que demonstraram, comparativamente com os restantes concelhos, acréscimos populacionais mais significativos (aproximadamente 7%, 9% e 12% respetivamente). Ao contrário, os concelhos de Anadia, Estarreja e Sever do Vouga registaram decréscimos populacionais (Tabela 5).

Em relação ao período intercensitário de 1991 e 2001, os municípios de Águeda, Anadia, Estarreja e Mealhada perdem população, sendo, neste contexto, a situação do município de Sever do Vouga agravada. Esta análise evidencia o comportamento heterogéneo dos vários municípios. Neste sentido, verificaram-se, por um lado, valores mais baixos (assumindo em alguns casos valores negativos) nos concelhos onde a concentração de indústrias é maior (é o caso, por exemplo, dos municípios de Aveiro, Águeda e Estarreja); e, por outro lado, uma recuperação por parte de alguns municípios vizinhos, nomeadamente o município de Murtosa e Oliveira do Bairro (ver tabela 6).

Ao analisar a densidade populacional, verifica-se que a população não se encontra distribuída de forma homogénea pelo território, atingindo valores superiores à média da CI Região de Aveiro (218,7 hab/km^2) em algumas aglomerações urbanas como é o caso dos municípios de Aveiro (397,1 hab/km^2), Ílhavo (524,9 hab/km^2) e Ovar (374,9 hab/km^2).

Tabela 5 – População residente por município

Local de residência	Período de referência dos dados				Variação 1991-2001	Variação 2001-2011
	1981	1991	2001	2011	%	%
Portugal	**9833014**	**9867147**	**10356117**	**10562178**	**4,96**	**1,99**
Centro	2301514	2258768	2348397	2327755	3,97	-0,88
CI Região de Aveiro	**317332**	**332152**	**364973**	**370394**	**9,88**	**1,49**
Águeda	43216	44045	49041	47729	11,34	-2,68
Albergaria-a-Velha	21326	21995	24638	25252	12,02	2,49
Anadia	29820	28899	31545	29150	9,16	-7,59
Aveiro	60284	66444	73335	78450	10,37	6,97
Estarreja	26261	26742	28182	26997	5,38	-4,2
Ílhavo	31383	33235	37209	38598	11,96	3,73
Murtosa	9816	9579	9458	10585	-1,26	11,92
Oliveira do Bairro	17517	18660	21164	23028	13,42	8,81
Ovar	45378	49659	55198	55398	11,15	0,36
Sever do Vouga	13783	13826	13186	12356	-4,63	-6,29
Vagos	18548	19068	22017	22851	15,47	3,79

Fonte: INE, 2011

Tabela 6 – Densidade populacional por município

Local de residência	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011
Portugal	**107,1**	**112,4**	**114,5**
Centro	80,1	83,3	82,5
CI Região de Aveiro	**196,4**	**215,8**	**218,7**
Águeda	131,4	146,3	142,4
Albergaria-a-Velha	141,5	158,5	159
Anadia	133,4	145,6	134,4
Aveiro	332,4	366,9	397,1
Estarreja	246,8	260,1	249,6
Ílhavo	452,4	506,5	524,9
Murtosa	130,6	129	144,8
Oliveira do Bairro	213,7	242,4	263,7
Ovar	336,8	374,4	374,9
Sever do Vouga	106,7	101,7	95,1
Vagos	115,8	133,7	138,6

Fonte: INE, 2011

B) Estrutura etária da população na CI Região de Aveiro

O processo de envelhecimento da população é transversal a todo o País, sendo explicado pela tendência de diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade.

Comparativamente com a Região Centro, a CI Região de Aveiro, em termos globais, caracteriza-se por apresentar uma população menos envelhecida, situação que pode ser demonstrada pelos índices de envelhecimento e de dependência dos idosos (Tabela 7). Todavia, a variação do índice de envelhecimento, ao nível dos concelhos em análise (de 92,8 em 2001 para 124,7 em 2011) demonstra a crescente tendência de envelhecimento.

Tabela 7 – Indicadores de Envelhecimento por município (%)

Local de residência	Índice Envelhecimento		Índice Dependência idosos	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	**102,2**	**127,8**	**24,2**	**29,0**
Centro	129,6	163,4	29,7	35,3
CI Região de Aveiro	**92,8**	**124,7**	**23,0**	**27,2**
Águeda	97,3	140,6	22,5	29,6
Albergaria-a-Velha	89,6	117,0	22,3	27,3
Anadia	131,9	184,4	29,1	37,4
Aveiro	88,9	116,1	20,8	24,9
Estarreja	100,6	137,	25,0	30,9
Ílhavo	76,1	107,5	19,0	24,7
Murtosa	114,9	145,7	32,2	36,6
Oliveira do Bairro	118,1	130,6	28,6	32,6
Ovar	68,4	102,6	17,8	23,3
Sever do Vouga	121,1	175,4	28,9	37,0
Vagos	90,3	131,6	23,7	30,2

Fonte: INE, 2011

Simultaneamente, a análise da dimensão dos grupos etários, ao longo dos vários momentos censitários permite compreender as transformações que têm ocorrido, alterando o perfil etário da população. O peso relativo dos grupos etários tem evoluído no sentido da diminuição da população com menos de 15 anos e do aumento da população com mais de 65 anos. Neste contexto, importa salientar os municípios de Aveiro, Ílhavo, Vagos e Ovar que viram aumentos acima dos 50 pontos percentuais para a população com mais de 65 anos (Tabela 8). Verifica-se que alguns dos municípios mais envelhecidos são simultaneamente os que apresentam uma maior redução da dimensão populacional. Destacam-se os municípios de Sever do Vouga e Anadia como os municípios mais envelhecidos (Tabela 8).

A.1.4. Análise socioeconómica

Neste ponto será feita uma análise ampla da realidade socioeconómica da região. Neste sentido serão analisadas as seguintes dimensões: A) a exclusão social; B) as qualificações e o emprego; C) o tecido produtivo (incluindo a estrutura do emprego, o número e tipo de empresas, os padrões de especialização setorial); e D) a mobilidade laboral intermunicipal. Será ainda incluída uma síntese das principais conclusões destas dimensões (E).

A) Exclusão social

O desenvolvimento de um território está intrinsecamente associado à sua coesão social, pelo que é importante tentar identificar/ analisar a existência de situações de exclusão social no território do Baixo Vouga que careçam de uma intervenção mais específica. Neste sentido, e partindo do diagnóstico social elaborado pela Plataforma Supramunicipal do Baixo Vouga, são apresentados seguidamente alguns dados relativos às dimensões escolarização, equipamentos/ respostas sociais, privação/ baixos rendimentos e saúde.

i) Diagnóstico social da região do Baixo Vouga

As Plataformas Territoriais Supraconcelhias foram criadas enquanto órgãos da Rede Social vocacionados para a promoção do planeamento concertado supraconcelhio e para a organização dos recursos e das respostas e equipamentos sociais, através da articulação dos instrumentos de planeamento locais com as medidas e ações de âmbito nacional (D.L. n.º 115/2006, 14 de junho).

A Plataforma Territorial Supraconcelhia do Baixo Vouga integra os 12 municípios da NUTS III Baixo Vouga, é coordenada pelo Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, e envolve diversas entidades, nomeadamente os representantes dos núcleos executivos dos 12 Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) que integram a Plataforma.

No âmbito da sua intervenção, a Plataforma Supramunicipal desenvolveu um trabalho de diagnóstico que permitiu não só identificar os principais problemas sociais como apresentar áreas de atuação e ações prioritárias com vista à resolução/ minimização desses mesmos trabalhos. Este trabalho teve por base os Diagnósticos Sociais Municipais (também elaborados no âmbito da Rede Social).

Na tabela seguinte encontram-se listados os principais problemas sociais identificados no Diagnóstico desenvolvido pela Plataforma no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

DIMENSÃO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Escolarização	▪ Elevado analfabetismo e iliteracia nalguns dos concelhos, mais incidente da população idosa ▪ Abandono escolar precoce e insucesso escolar ▪ Falta de programas alternativos para jovens com insucesso escolar ▪ Instalações provisórias de alguns estabelecimentos inadequadas às atuais necessidades ▪ Insuficiente e/ou inadequado apetrechamento dos equipamentos de ensino, com material lúdico-pedagógico e didático ▪ Falta de pessoal não docente
Equipamentos/ Respostas Sociais	▪ Infância e Juventude ○ Insuficiência de resposta de acolhimento institucional temporário ou residencial para crianças e jovens em risco ○ Inexistência de diagnósticos dos interesses, expetativas dos jovens, a inexistência de respostas adequadas à população jovem ○ Escassez equipamentos sociais nas áreas da infância ○ Falta de vocação das IPSS para as populações e culturas juvenis ○ Ausência/ insuficiência de respostas de apoio familiar e aconselhamento parental ○ Inexistência de respostas específicas ○ Insuficiente capacidade de resposta de apoio à população deficiente: lar residencial e falta de CAO ▪ População Portadora de Deficiência/ Doentes Mentais ○ Falta de espaços ocupacionais para públicos diferentes, nomeadamente para a saúde mental ▪ Família e Comunidade ○ Inexistência de respostas específicas para o alcoolismo, toxicodependência, delinquência juvenil ▪ Rede de Cuidados Continuados ○ Insuficiente implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados (unidades de cuidados continuados, unidades de cuidados paliativos e serviços de apoio domiciliário integrado, entre outros) ▪ População Idosa ○ Escassez de equipamentos sociais na área da 3.ª idade ▪ População Sem-abrigo ○ Insuficiência de resposta, nomeadamente em: centro de alojamento temporário (para sem-abrigo), com necessidade de acompanhamento integrado e criação de ateliers socio-ocupacionais bem como equipas de rua
Grupos Vulneráveis	▪ Dificuldades de integração educativa, sociocultural e profissional das comunidades ciganas e minorias étnicas e imigrantes ▪ Famílias multiproblemáticas e monoparentais ▪ Crianças e jovens em perigo, resultante de negligência e maus tratos ▪ Vítimas de violência doméstica ▪ População com deficiência ▪ Idosos com baixos rendimentos e isolados socialmente ▪ Elevado custo dos serviços de apoio social face ao rendimento das famílias ▪ Famílias endividadas e/ou com situações de desemprego ou desemprego prolongado, bem como doença ou incapacidade temporária ou permanente ▪ Pessoas com comportamentos aditivos/ toxicodependência e práticas de prostituição
Privação/ Baixos Rendimentos	▪ Insuficiência e baixos rendimentos de algumas famílias, sobre-endividamento, carências económicas ▪ População idosa com pensões baixas ▪ Grande dependência dos subsídios e apoios
Saúde	▪ Falta de respostas ao nível dos cuidados paliativos e doenças terminais ▪ Insuficiência de técnicos especializados e inexistência de serviços e equipamentos de apoio à população deficiente, bem como ao nível mental e psiquiátrico; ausência completa de respostas, nomeadamente Fórum sócio ocupacional e Centros de Atividades adequados para situações de saúde mental ▪ Dificuldade de acesso a consultas de especialidade, nomeadamente estomatologia, psicologia, psiquiatria e terapias (ex. terapia da fala) ▪ Falta de transporte para o pessoal de enfermagem, na prestação de SAD; dificuldades no acesso às extensões e Serviços de Saúde; demora no acesso à prestação de serviços de saúde ▪ Reduzido acesso a consultas de Planeamento Familiar (exposição) ▪ Aumento de doenças degenerativas, sobretudo na idade idosa

Fonte: Plataforma Supraconcelhia Baixo Vouga - 2008 - Plano de Desenvolvimento Social (http://www4.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=283995)

ii) Escolarização

No que concerne à escolarização, foi analisada a evolução registada ao nível da Taxa de Abandono Escolar entre os dois últimos períodos censitários (2001/2011) (Tabela 12).

Tabela 12 – Taxa de abandono escolar (%) por município

Local de residência (à data dos Censos 2001/2011)	Ano	
	2001	2011
Portugal	2,79	1,58
Continente	2,71	1,54
Centro	2,19	1,40
CI Região de Aveiro*	2,61	1,19
Águeda	2,05	1,34
Albergaria-a-Velha	3,26	1,25
Anadia	2,50	1,31
Aveiro	1,41	1,38
Estarreja	2,71	1,06
Ílhavo	1,95	1,34
Murtosa	6,59	0,43
Oliveira do Bairro	2,27	1,24
Ovar	2,74	1,20
Sever do Vouga	1,09	0,91
Vagos	2,14	1,59

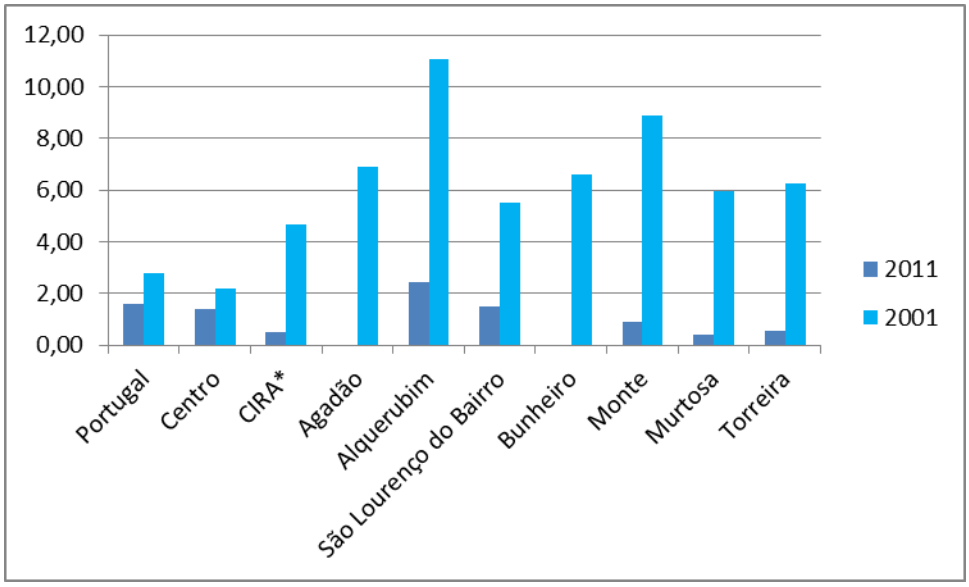
Fonte: INE - * Dados CI Região de Aveiro

Como se pode inferir da leitura dos dados, verifica-se que entre 2001 e 2011 se registou um decréscimo da taxa de abandono escolar nos diferentes níveis geográficos considerados.

No que diz respeito à taxa registada na área de intervenção da CI Região de Aveiro, o seu valor era, quer em 2001 quer em 2011, inferior aos valores registados para o nível nacional. Em 2001 a taxa de abandono escolar na sub-região era superior à registada, em média, na região Centro, contudo em 2011 esta relação inverteu-se.

Numa análise mais micro e observando a realidade das freguesias (figura 15), salientam-se os elevados níveis de abandono escolar registados, em 2001, pelas seguintes freguesias: Agadão (concelho de Águeda), Alquerubim (concelho de Albergaria-a-Velha), São Lourenço do Bairro (concelho de Oliveira do Bairro), Bunheiro, Monte, Murtosa e Torreira (concelho da Murtosa). Contudo, em 2011 a taxa de abandono escolar nestas freguesias registou valores significativamente mais baixos, apesar de, na maioria dos casos, ser ainda superior ao valor médio registado na área de intervenção da CI Região de Aveiro.

Figura 6 – Taxa de Abandono Escolar (%) por Local de Residência



Fonte: Elaboração Própria/ Dados INE

Analisando os valores apresentados pelo Ministério da Educação relativamente a alguns indicadores escolares, como a taxa de retenção e desistência e a taxa bruta de escolarização, para a região do Baixo Vouga (integrando aqui o concelho da Mealhada), verifica-se que estes indicadores registaram uma evolução positiva entre os períodos 2004/05 e 2010/11, sendo contudo de referir que no que concerne à taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário se registaram algumas oscilações nos últimos períodos considerados (Tabela 13).

Tabela 13 – Indicadores escolares do Ministério da Educação

Baixo Vouga	Ano letivo						
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência							
Ensino básico	**10,6**	**10,5**	**9,0**	**7,0**	**6,7**	**6,6**	**6,6**
1.º Ciclo do ensino básico	5,3	4,4	4,6	4,0	3,7	3,7	3,0
2.º Ciclo do ensino básico	10,6	9,8	8,8	6,6	5,7	5,0	6,0
3.º Ciclo do ensino básico	17,9	19,1	15,3	11,5	11,8	11,7	11,6
Ensino secundário	**32,2**	**30,4**	**24,1**	**20,0**	**18,6**	**17,5**	**20,2**
Escolarização							
Taxa bruta de pré-escolarização	83,7	85,5	86,8	89,5	88,0	87,2	91,3
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	116,0	113,1	113,2	115,7	125,0	122,3	118,5
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	95,5	91,7	94,3	88,5	125,0	126,1	116,6
Taxa real de pré-escolarização	82,8	84,3	85,8	89,0	86,6	86,0	89,8
Modernização Tecnológica							
Rácio aluno/computador	**x**	**x**	**8,5**	**7,1**	**2,1**	**2,0**	
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	13,6	10,9	1,1	1,0	
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	7,4	6,3	4,2	3,8	
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	7,4	6,0	4,2	3,8	
Ensino secundário	x	x	6,5	5,7	4,2	4,1	
Rácio aluno/computador com Internet	**x**	**x**	**9,9**	**8,1**	**2,3**	**2,2**	
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	18,7	13,4	1,1	1,1	
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	8,4	7,0	5,5	4,7	
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	8,2	6,8	5,4	4,6	
Ensino secundário	x	x	7,0	6,3	5,1	4,9	

Fonte: GEPE/ Ministério da Educação – Região Centro 2010/2011

iii) Equipamentos/ respostas sociais

No que diz respeito aos equipamentos e respostas sociais existentes em cada um dos municípios da Região, a tabela abaixo apresenta a capacidade social do território.

Tabela 14 – Capacidade das respostas sociais por município

CAPACIDADE DAS RESPOSTAS SOCIAIS						
CONCELHO	CRECHE	CENTRO ATIVIDADES OCUPACIONAIS	LAR RESIDENCIAL	CENTRO DE DIA	RESIDENCIAL PARA IDOSOS (LAR DE IDOSOS E	SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (IDOSOS)
Águeda	708	70	14	355	430	413
Albergaria-a-Velha	409	15	24	135	177	270
Anadia	521	45	32	425	323	380
Aveiro	1529	90	40	395	336	610
Estarreja	295	60	0	150	244	135
Ílhavo	321	120	32	6	224	150
Murtosa	81	0	0	45	95	90
Oliveira do Bairro	384	35	16	170	201	159
Ovar	614	60	6	269	283	359
Sever do Vouga	125	30	16	115	98	95
Vagos	446	30	24	120	185	331
Fonte: Carta Social, 2011 www.cartasocial.pt						

Será contudo necessário realizar uma análise mais detalhada desta realidade, para que se possa avaliar se a capacidade de resposta é ou não suficiente para a procura registada no território.

iv) Privação/ baixos rendimentos

Na análise desta dimensão foram considerados dois indicadores: o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e a disparidade do ganho médio mensal entre sexos.

Globalmente, é possível observar um aumento do número de beneficiários do RSI entre 2007 e 2010, período a seguir ao qual este valor regista um decréscimo, com exceção dos municípios de Anadia, Aveiro e Ílhavo (Tabela 15). Este decréscimo poderá dever-se à alteração das regras de acesso a esta prestação social, contudo a informação recolhida não nos permite realizar essa leitura de forma inequívoca.

Em termos evolutivos, entre 2007 e 2010 (Tabela 16), registou-se um aumento do número de beneficiários de RSI face ao número de habitantes em idade ativa, ao nível nacional, regional (região Centro), na área de intervenção da CI Região de Aveiro e nos municípios que a integram. Entre 2010 e 2011 há uma quebra de série e de comparabilidade dos dados estatísticos, pelo que não é possível estabelecer com a devida margem de segurança se a quebra registada em 2011 se deve às alterações de cálculo ou se, efetivamente, esta quebra (também uniforme em todos os níveis geográficos considerados) traduz uma redução do número de beneficiários de RSI em relação ao número de habitantes em idade ativa.

Tabela 15 – Beneficiários do RSI por município

Local de residência	Beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência				
	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	369902	418364	486977	527532	448290
Continente	338164	386788	451933	488492	414861
Centro	57912	61795	70567	75568	62660
CI Região de Aveiro*	6860	7501	9291	10117	9630
Águeda	749	776	976	1048	957
Albergaria-a-Velha	438	491	643	689	602
Anadia	235	241	309	382	390
Aveiro	1363	1524	1815	1993	2036
Estarreja	901	1103	1234	1244	1118
Ílhavo	776	883	1058	1165	1192
Murtosa	158	169	266	290	255
Oliveira do Bairro	452	468	533	512	504
Ovar	1308	1380	1914	2255	2072
Sever do Vouga	134	127	169	170	169
Vagos	346	339	374	369	335

Fonte: INE - * Dados CI Região de Aveiro

Tabela 16 – Beneficiários do RSI por município e 1000 habitantes em idade ativa

Local de residência	Ano					
	2011		2010	2009	2008	2007
Portugal	49,87	⊥	58,45	54,03	46,50	41,21
Continente	48,45	⊥	56,67	52,49	45	39,43
Centro	31,22	⊥	36,83	34,39	30,13	28,27
CI Região de Aveiro*	28,55		29,66	27,84	22,41	20,70
Águeda	23,28	⊥	24,41	22,77	18,15	17,57
Albergaria-a-Velha	28,18	⊥	30,65	28,84	22,21	20
Anadia	15,37	⊥	13,98	11,28	8,79	8,56
Aveiro	30,37	⊥	32,48	29,49	24,70	22,06
Estarreja	48,54	⊥	51,88	51,45	45,96	37,55
Ílhavo	36,48	⊥	32,94	30,31	25,61	22,80
Murtosa	28,57	⊥	35,39	32,61	20,76	19,47
Oliveira do Bairro	26	⊥	25,38	26,71	23,72	23,17
Ovar	44,23	⊥	45,77	39,14	28,45	27,18
Sever do Vouga	15,78	⊥	15,62	15,44	11,55	12,13
Vagos	17,21	⊥	17,81	18,21	16,66	17,20

⊥: Quebra de série/comparabilidade

Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE), *Dados CI Região de Aveiro

Em 2011, o valor registado para a área de intervenção da CI Região de Aveiro (28,55‰) é inferior ao valor nacional (49,87‰) e regional (31,22‰), mas os valores registados ao nível dos municípios não é uniforme, sendo de destacar os valores mais elevados registados pelos concelhos de Estarreja (48,54‰) e Ovar (44,23‰) e os valores mais reduzidos dos concelhos de Anadia (15,37‰) e Sever do Vouga (15,78‰).

Globalmente verifica-se um acréscimo da percentagem de beneficiários do RSI face ao total de população residente, entre 2007 e 2010 (Tabela 17), período a seguir ao qual segue um decréscimo.

Tabela 17 – Beneficiários do RSI (%) face à população residente total dos municípios

Local de residência	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	3,51	3,96	4,61	4,99	4,25
Continente	3,37	3,85	4,49	4,86	4,14
Centro	2,47	2,64	3,02	3,24	2,71
CI Região de Aveiro*	1,85	2,02	2,51	2,73	2,61
Águeda	1,55	1,61	2,03	2,19	2,01
Albergaria-a-Velha	1,74	1,95	2,55	2,73	2,40
Anadia	0,78	0,81	1,05	1,31	1,35
Aveiro	1,77	1,96	2,32	2,54	2,61
Estarreja	3,27	4,03	4,54	4,61	4,16
Ílhavo	2,02	2,30	2,75	3,02	3,09
Murtosa	1,53	1,63	2,53	2,74	2,42
Oliveira do Bairro	2,01	2,06	2,33	2,22	2,17
Ovar	2,35	2,48	3,45	4,07	3,75
Sever do Vouga	1,06	0,11	1,35	1,37	1,38
Vagos	1,53	1,49	1,64	1,61	1,46

Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

No que concerne à disparidade do ganho médio mensal entre sexos (Tabela 18), é possível observar o seguinte:

- No período compreendido entre 2004 e 2009 verificou-se um decréscimo da disparidade no ganho médio mensal entre sexos, com oscilações anuais pontuais.

Na área de intervenção da CI Região de Aveiro esta disparidade é, em média, mais acentuada do que ao nível nacional e regional (região Centro), facto que se deve essencialmente aos valores elevados registados nos concelhos de Ílhavo, Aveiro, Estarreja e Águeda.

Tabela 18 – Disparidade no ganho médio mensal entre sexos (%) da população empregada por conta de outrem

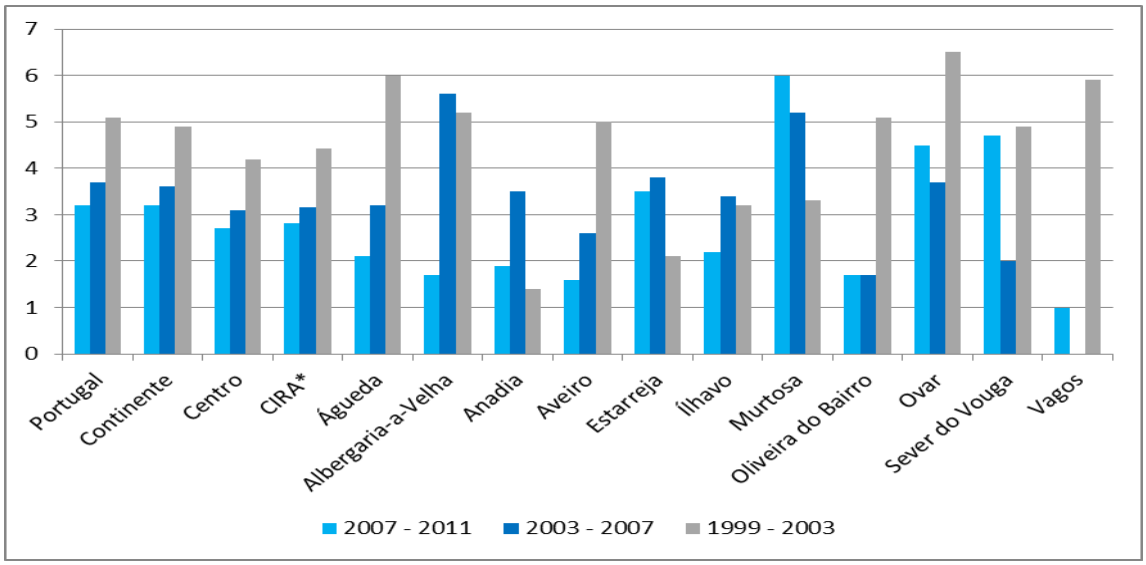
Localização geográfica	Ano					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	12,7	12,3	12,5	12,3	11,8	11,5
Continente	12,7	12,3	12,5	12,3	11,9	11,5
Centro	13,9	13,2	13,1	13,2	12,8	11,9
CI Região de Aveiro *	14,2	13,2	13,8	13,1	13,4	12,3
Águeda	16,5	15,7	15,7	15,1	15	14,3
Albergaria-a-Velha	14,2	14,2	13,5	12,2	12,6	11,4
Anadia	12,4	10,6	12	11,9	12,7	10,9
Aveiro	17,4	14,6	15,2	16	15,3	14,8
Estarreja	15,6	12,5	13,3	14,9	15,3	14,6
Ílhavo	18	17,1	18,4	19,1	19	17,3
Murtosa	9,4	11,2	12,7	9,4	10,6	7,1
Oliveira do Bairro	13,8	15,4	13,4	12,4	12,7	11
Ovar	13,5	12,9	13,4	12,2	12,5	10,5
Sever do Vouga	13,7	12,2	13,9	11,9	13,4	12,8
Vagos	11,6	9,2	10,7	8,9	8,5	10,3

Fonte: INE (1) Quadros de Pessoal; os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. - * Dados CI Região de Aveiro

v) Saúde

Ao nível da saúde, e analisando a evolução da taxa de mortalidade infantil (Figura 16), regista-se a ocorrência de um decréscimo, sendo de salientar contudo os valores registados pelos concelhos de Anadia, Estarreja, Murtosa que contrariam essa tendência, apresentando, no período 2007-2011 valores superiores aos registados no período 1999-2003.

Figura 7 – Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil (‰) por Local de Residência



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

B) Qualificações e emprego

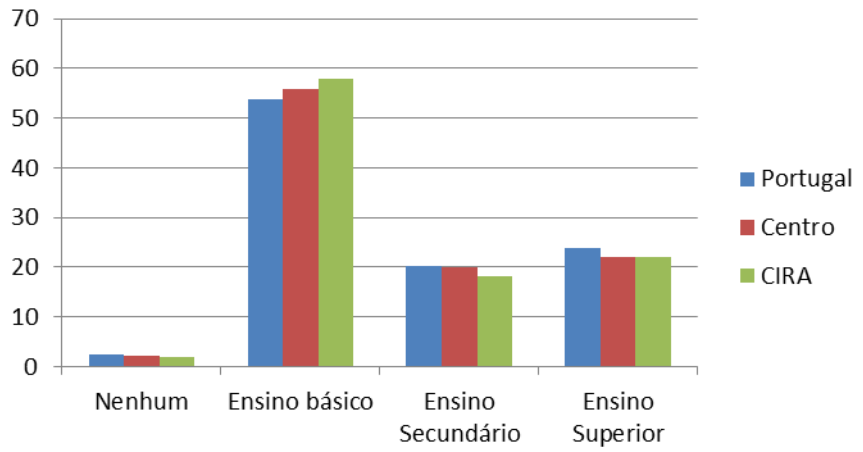
Neste ponto pretende-se apresentar uma breve análise sobre o nível de escolaridade da população, estando estruturada em duas dimensões: i) as qualificações da população ativa e ii) as qualificações da população desempregada.

A análise destes resultados é uma componente complementar para a compreensão da estrutura de emprego da região abordada.

i) Qualificações da população ativa em 2011

Apesar do esforço no sentido de melhorar as qualificações da população, os baixos níveis de qualificação são ainda uma característica comum do território nacional. Esta realidade não se altera no contexto dos municípios da CI Região de Aveiro. Os dados de 2011, como ilustra o gráfico apresentado em baixo, demonstram, por um lado, que a CI Região de Aveiro nos níveis de qualificação mais elevados (ensino superior) acompanha a média nacional e, por outro, apresenta percentagens ligeiramente superiores à média nacional nos níveis de escolaridade mais baixos (correspondendo a uma diferença de 4 pontos percentuais no nível de ensino básico) (Figura 17).

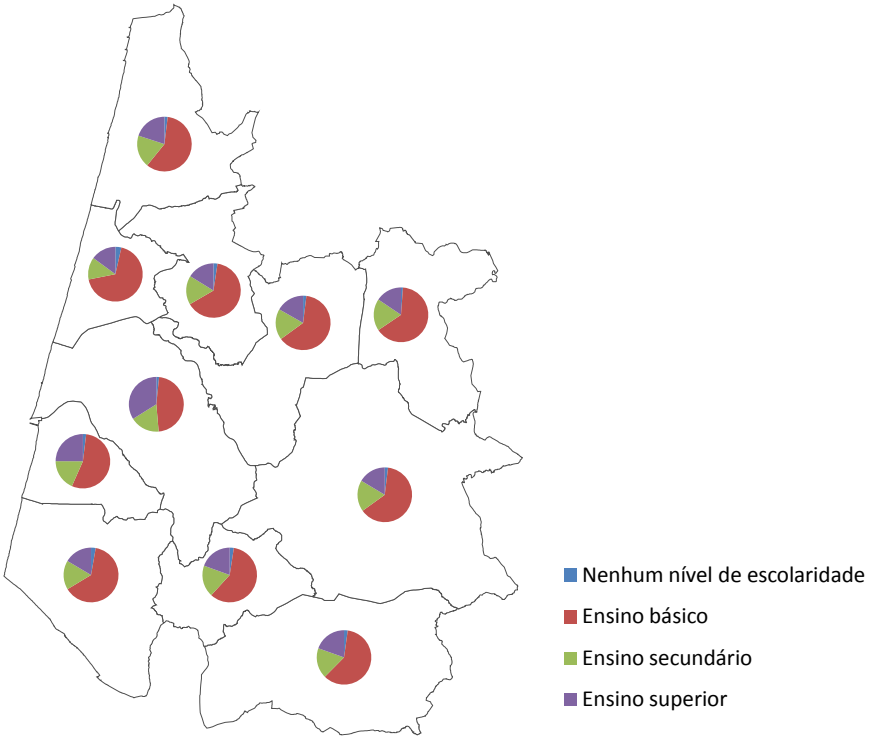
Figura 8 – Qualificações da população ativa em 2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Numa análise mais pormenorizada, ao nível dos municípios, identificam-se Aveiro, Ílhavo e Ovar como as unidades territoriais com maior nível de escolaridade. Contrastando com esta realidade, com valores acima da média para a população sem escolaridade ou com o ensino básico, surgem os municípios de Estarreja, Murtosa e Vagos (Figura 18).

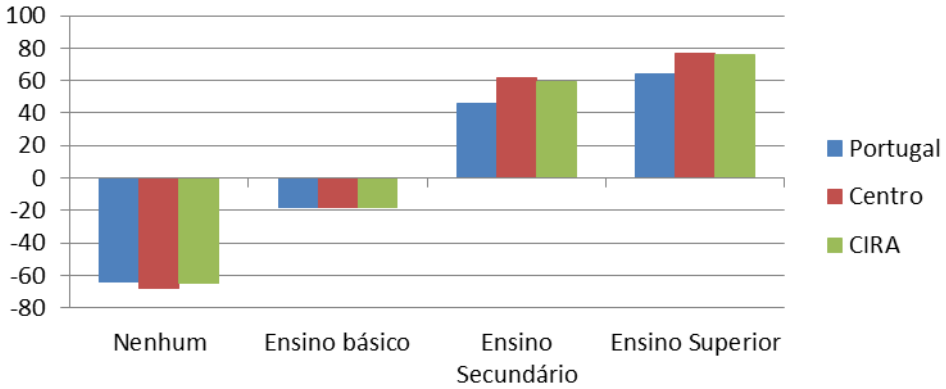
Figura 9 – Qualificações da população ativa em 2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE, 2011)

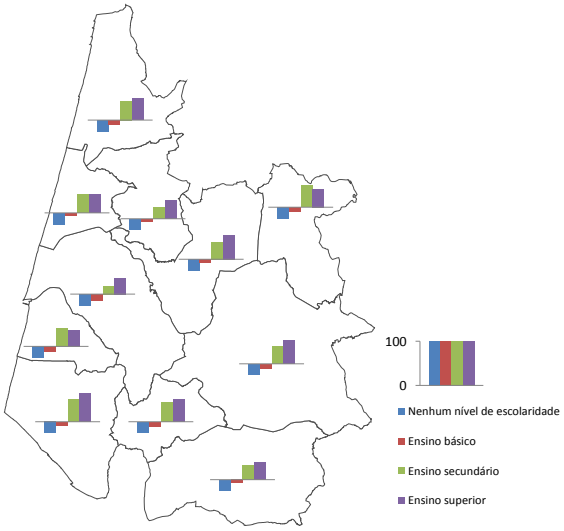
Uma análise comparativa dos resultados observados nos momentos intercensitários de 2001 e 2011 permite identificar progressos no nível das qualificações da população residente em Portugal, que se evidenciam pelo aumento significativo nos níveis de escolaridade mais elevados, designadamente no ensino secundário e superior (Figura 19). Os municípios da CI Região de Aveiro apresentam valores igualmente expressivos neste sentido tendo-se assistido, no primeiro caso, a variações acima dos 50 pontos percentuais na proporção destes níveis de ensino na maior parte dos municípios (excetuam-se os municípios de Aveiro e Estarreja) e, no segundo caso, a variações próximas do dobro (destacam-se, neste sentido, os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha e Vagos) (Figura 20).

Figura 10 – Taxa de variação da proporção das qualificações da população ativa (%), 2001 -2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Figura 11 – Taxa de variação da proporção das qualificações da população ativa por município (%), 2001 -2011

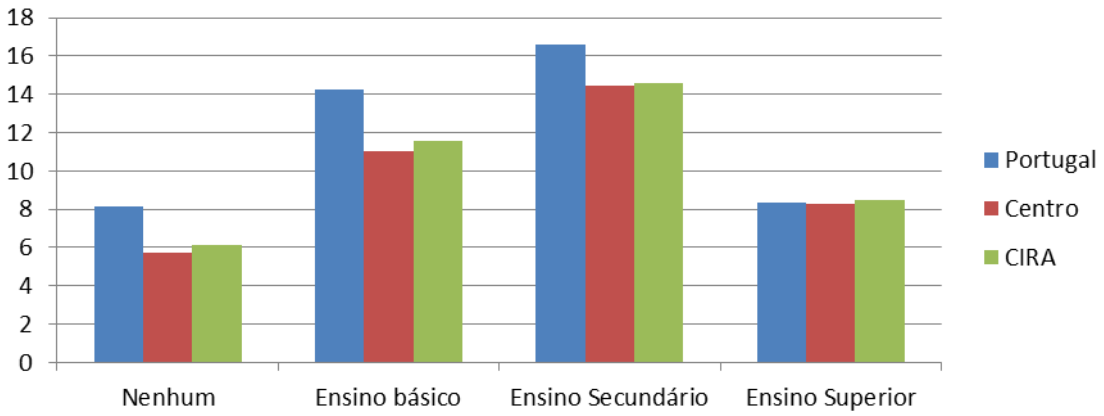


Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

ii) Qualificações da população desempregada

No que diz respeito à estrutura da população desempregada por nível de escolaridade, a CI Região de Aveiro acompanha a tendência nacional, ainda que apresente valores ligeiramente abaixo da média em todos os níveis de ensino, excetuando o ensino superior (Figura 21).

Figura 12 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo em 2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE, 2011)

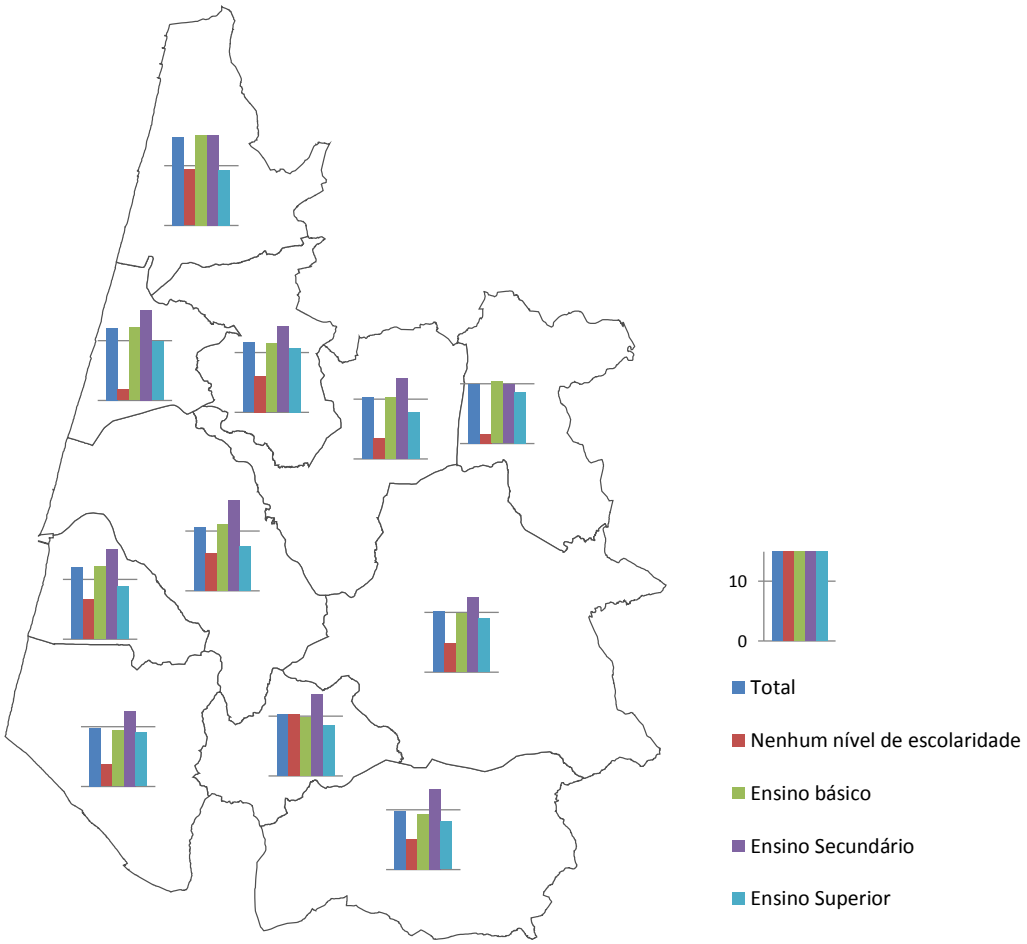
Se se considerarem os dados dos diferentes municípios da CI Região de Aveiro destaca-se, desde logo, que estes apresentam estruturas muito semelhantes (ver a Figura 22). Tal como o que se verifica a nível nacional e na CI Região de Aveiro como um todo, denota-se que a população com maior nível de qualificação (correspondente ao nível superior) tende a apresentar taxas de desemprego mais baixas, oscilando entre os 7 e os 10 pontos percentuais (respetivamente, Aveiro e Estarreja). As maiores taxas de desemprego registadas correspondem à população com o nível de escolaridade equivalente ao ensino secundário (com valores entre 9% e 16% para os municípios de Sever do Vouga e Ílhavo,

respetivamente), indiciando a dificuldade da estrutura produtiva em absorver uma população mais qualificada e, presumivelmente, mais jovem.

Uma notória exceção a esta estrutura comum constituem, por um lado, os municípios de Sever do Vouga e Ovar, onde a diferença entre a taxa de desemprego para os níveis de ensino básico e secundário é pouco expressiva. Por outro lado, os municípios dividem-se também entre aqueles que apresentam uma taxa de desemprego elevada para a população com nenhum nível de escolaridade (tal como Ovar, Oliveira do Bairro, ou ílhavo) e aqueles onde esta taxa é baixa (como Sever do Vouga, a Murtosa, ou Vagos).

No que diz respeito à taxa de emprego total, são os municípios de Ovar (14,88%), Ílhavo (12,08%), Murtosa (12,08%) e Estarreja (11,77%) que registam as taxas mais elevadas.

Figura 13 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo em 2011

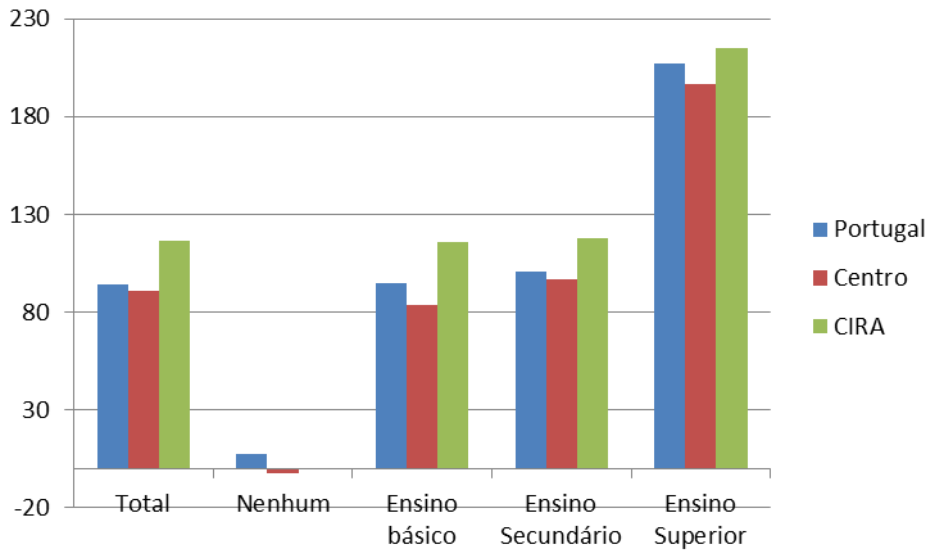


Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE, 2011)

Em termos evolutivos, as taxas de desemprego por nível de escolaridade evidenciam um agravamento transversal a todos os níveis de ensino, tendo a CI Região de Aveiro registado valores significativamente acima da média nacional (Figura 23). Apesar da população com o ensino superior apresentar taxas de desemprego mais baixas é interessante notar que foi neste nível de escolaridade que se verificou um maior agravamento (na ordem dos 200%). De facto, ainda que tenha havido um aumento significativo da mão-de-obra ativa ente 2001 e 2011 com esse nível de escolaridade, o crescimento do volume de desempregados excedeu largamente esses valores.

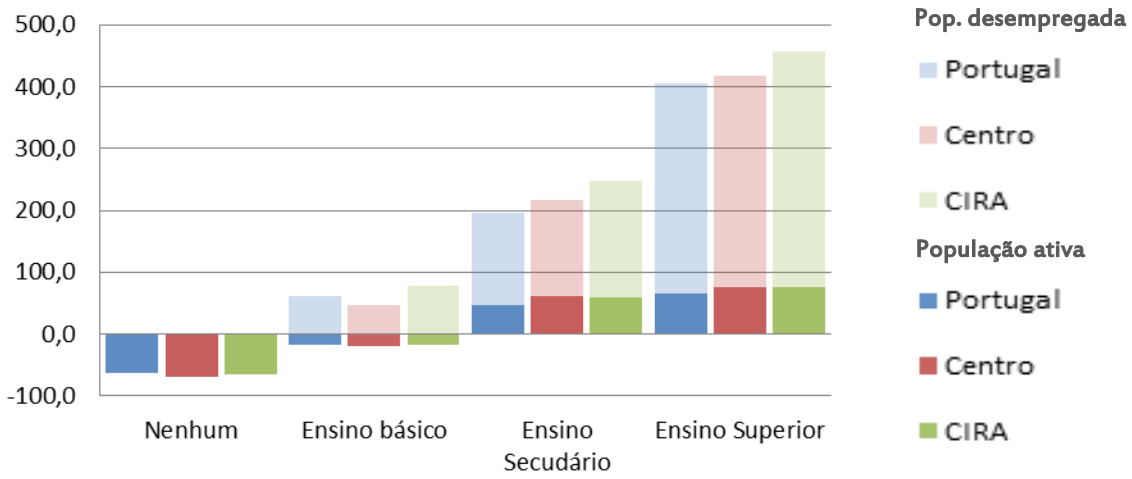
Já o crescimento do desemprego da população com o ensino secundário correspondeu largamente ao da população com o ensino básico, ainda que com causas bastante diferentes: no primeiro caso houve um aumento da população ativa que foi suplantado pelo aumento dos desempregados (à semelhança do que aconteceu com a população com o ensino superior); no segundo caso houve um decréscimo da população ativa, que não foi porém suficiente para compensar a redução do número de empregos. A população sem nível de escolaridade, por sua vez, registou uma diminuição da taxa de desemprego, relacionada com um decréscimo significativo da população ativa (Figura 24).

Figura 14 – Variação da taxa de desemprego por nível de escolaridade completo, 2001-2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE, 2011)

Figura 15 – Taxa de variação da população ativa e desempregada por nível de escolaridade completo, 2001-2011



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE, 2011)

C) Tecido produtivo

A análise ao tecido produtivo da região está centrada nas seguintes dimensões: (i) os padrões de especialização setorial, onde se inclui a distribuição da mão-de-obra, mas também a produtividade ou a dimensão média das empresas dos diferentes setores; (ii) as qualificações da população empregada por setor; (iii) e as dinâmicas de criação e destruição de empresas nos setores mais relevantes. Para estas análises foram consideradas diversas fontes:

- dados disponíveis no INE: a dissolução e constituição de novas empresas por Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) rev.3; residentes que trabalhem em Município diferentes do de residência; empregados e Valor Acrescentado Bruto (VAB) por CAE em 2010;
- dados solicitados ao INE: número de empregados e VAB por CAE rev.3 entre 2004 e 2009;
- dados solicitados à Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (MSSS): níveis de qualificações por CAE, 2010.

De forma a tornar os dados mais legíveis, procedeu-se a uma reclassificação da CAE originalmente adotada, agregando-as num conjunto mais reduzido. De salientar que a CAE das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas foi mantido à parte, já que é frequentemente mencionado como uma áreas com grande potencial de crescimento e que pode contribuir para a diferenciação dos territórios regionais ou nacionais na atração de mão-de-obra qualificada.

Tabela 19 – Agregação da CAE

	Agregação original	Agregação reestruturada
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
B	Indústrias extrativas	
C	Indústrias transformadoras	Indústrias transformadoras
D E	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão	Energia, água e saneamento
F	Construção	Construção
G H I	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóvel Transportes e armazenagem Alojamento, restauração e similares	Comércio, alojamento, restauração, transporte, armazenagem, reparação de veículos
J M	Atividades de informação e de comunicação Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Informação, comunicação, consultoria, científicas e técnicas
P Q	Educação Atividades de saúde humana e apoio social	Educação, saúde e apoio social
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
N L S	Atividades administrativas e dos serviços de apoio Atividades imobiliárias Outras atividades de serviços	Outras atividades de serviços

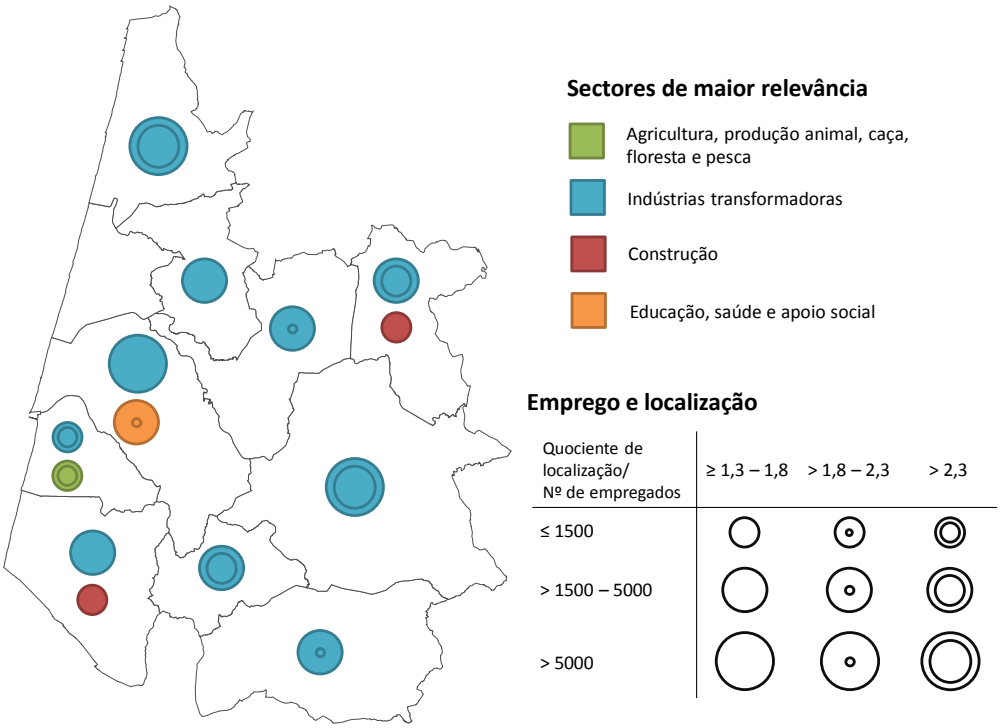
Passa-se então a uma análise das dimensões supramencionadas.

i) Padrões de especialização setorial

À semelhança do que tem sido já referido por anteriores análises desta região (ver por exemplo o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro [PROT-C] ou o PIMTRA), é notória uma forte especialização nas indústrias transformadoras dos municípios da CI Região de Aveiro (Figura 25). Se se estabelecer como linha de corte um quociente de localização de 1,3 em relação aos valores nacionais (ou seja, as situações em que a especialização do emprego neste setor exceda em 30% a média nacional), verifica-se que somente a Murtosa fica excluída. Acresce que o volume total de emprego gerado por este setor é também elevado na maioria dos municípios com destaque para Aveiro, Águeda e Ovar. A situação de Aveiro é, contudo, bastante diferente dos outros dois municípios, já que apresenta um tecido produtivo bastante mais diversificado

A especialização em outros setores é, por contraste, bastante baixa na CI Região de Aveiro. Não obstante, e dado o elevado grau de especialização na indústria transformadora, o coeficiente de especialização do conjunto dos setores é mais elevado do que o da Região Centro como um todo (Tabela 20). A par deste setor, verificam-se também alguns fenómenos de especialização no setor da construção e no setor primário, ainda que com um volume de emprego reduzido, e a especialização de Aveiro no setor da educação, saúde e apoio social. Este último caso é facilmente explicável pela concentração de serviços públicos neste município, tais como a Universidade, o Hospital ou serviços desconcentrados do Estado Central.

Figura 16 – Especialização do emprego por CAE, 2010



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Tabela 20 – Produtividade e coeficiente de especialização nos setores mais relevantes, 2010

	Produtividade nos setores mais relevantes (VAB/Emprego: Milhares€)					Coeficiente de especialização
	Agricultura, prod. animal, floresta e pesca	Indústrias transformadoras	Construção	Educação, saúde e apoio social	Total	
Portugal	**11,04**	**25,89**	**19,77**	**20,18**	**22,96**	**-**
Continente	**11,19**	**25,99**	**19,79**	**20,29**	**23,10**	**-**
Centro	**14,15**	**26,35**	**16,66**	**17,93**	**19,41**	**0,09**
CI Região de Aveiro	**17,32**	**28,41**	**14,74**	**13,10**	**21,09**	**0,21**
Águeda	12,32	25,23	18,16	14,15	21,57	0,34
Alber.-a-Velha	-	32,31	14,20	8,36	22,46	0,22
Anadia	14,90	25,31	10,53	9,93	18,10	0,24
Aveiro	13,06	34,88	15,99	16,41	23,45	0,14
Estarreja	-	46,25	17,73	12,77	25,71	0,14
Ílhavo	34,40	25,51	14,09	10,82	20,30	0,27
Murtosa	-	26,70	9,06	14,28	13,20	0,10
Oliveira do Bairro	6,90	25,78	15,19	4,84	19,59	0,28
Ovar	13,17	25,22	13,62	8,33	19,86	0,24
Sever do Vouga	-	25,86	14,04	9,14	18,15	0,31
Vagos	11,11	23,50	12,23	7,96	15,86	0,14

Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

À concentração de emprego nas indústrias transformadoras acresce ainda que a produtividade geral e a dimensão média das empresas deste setor são mais elevadas nos municípios da CI Região de Aveiro do que no resto do país, ou mesmo na Região Centro (Tabela 20). Estes dados são ainda mais significativos se se considerar que a produtividade e a dimensão média das empresas no conjunto de setores é relativamente baixa na CI Região de Aveiro. Os demais setores onde a região apresenta alguma especialização também não constituem exceção a estes baixos níveis de produtividade e dimensão das empresas, salvo o setor primário, que apresenta uma produtividade mais elevada (ainda que o reduzido número de explorações leve a que estes dados sejam confidenciais em muitos dos municípios, permitindo somente uma visão parcial).

Tabela 21 – Dimensão média das empresas nos setores relevantes, 2010

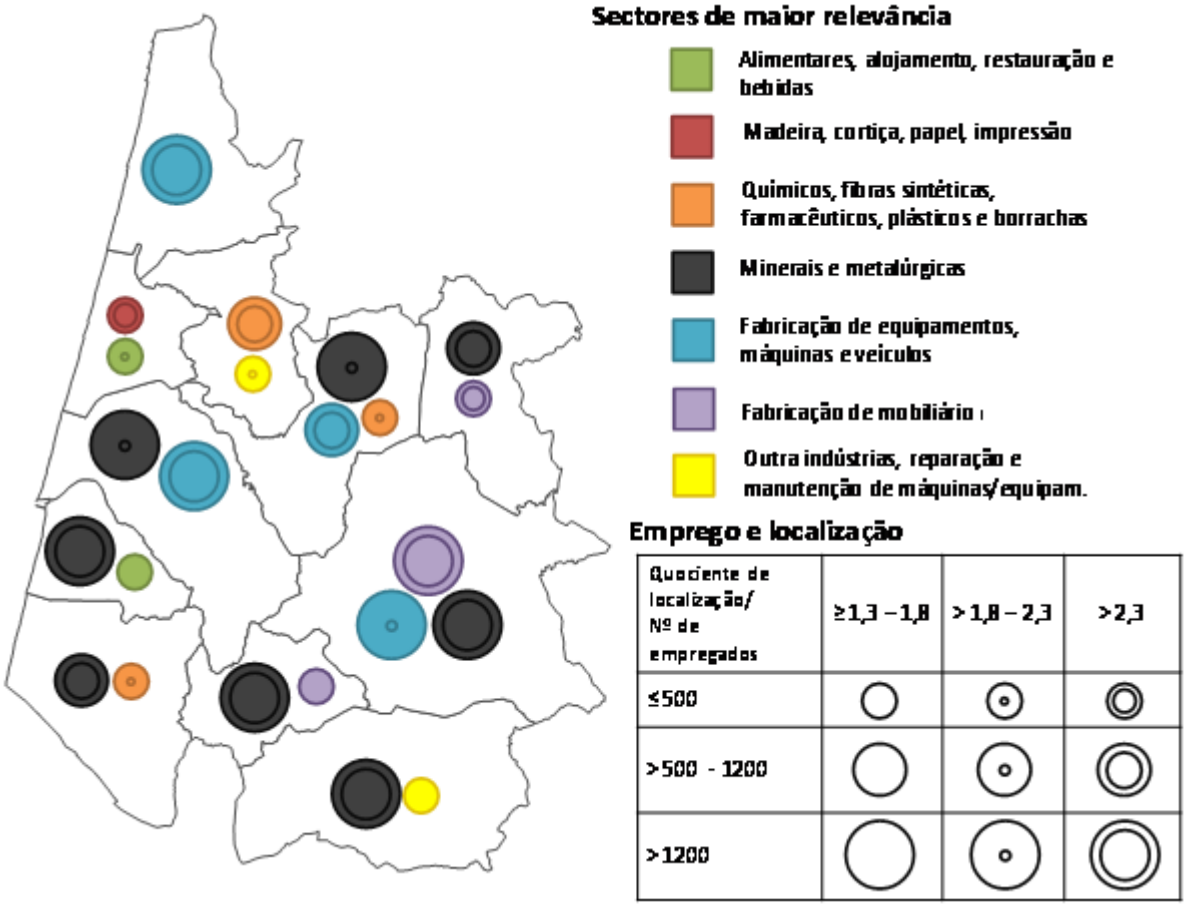
	Nº de empregados/Nº de empresas				
	Agricultura, prod.animal, floresta e pesca	Indústrias transformadoras	Construção	Educação, saúde e apoio social	Total
Portugal	**1,95**	**9,39**	**4,20**	**2,39**	**3,36**
Continente	**2,01**	**9,48**	**4,16**	**2,37**	**3,37**
Centro	**1,99**	**9,59**	**3,12**	**2,22**	**2,87**
CI Região de Aveiro	**1,88**	**13,40**	**2,51**	**1,84**	**3,23**
Águeda	1,59	13,77	2,61	1,72	3,89
Albergaria-a-Velha	-	11,61	3,03	1,55	3,20
Anadia	2,28	10,69	2,40	1,31	2,80
Aveiro	1,75	14,59	2,70	2,78	3,45
Estarreja	-	11,25	2,37	1,27	2,92
Ílhavo	5,23	14,65	2,14	1,16	3,11
Murtosa	-	8,60	1,69	1,31	1,86
Oliveira do Bairro	1,14	12,94	2,54	1,89	3,33
Ovar	1,73	17,44	2,69	1,34	3,38
Sever do Vouga	-	11,46	3,30	1,20	3,00
Vagos	1,27	9,09	1,99	1,09	2,37

Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Se se atender à especialização dentro do setor da indústria transformadora, ressaltam, em primeiro lugar, os setores dos produtos químicos e dos produtos minerais e metalúrgicos (Figura 26). Este último setor representa quer um elevado quociente de localização em muitos dos municípios (Anadia, Oliveira do Bairro, Águeda, Ílhavo), quer números muito elevados de emprego. Em Águeda o total de empregos deste setor é, por exemplo, de 5054, representando cerca de metade do total de empregos que a indústria transformadora gera nesse município. Também em Aveiro este setor gera 3499 empregos, representando cerca de 40% do emprego da indústria transformadora. Mas, e não obstante estes dois municípios gerarem o maior número de empregos, é em Sever do Vouga que a sua proporção no tecido empresarial da indústria transformadora é mais elevada (70%) seguida de Oliveira do Bairro (60%). A mais notável exceção a esta especialização são os municípios de Ovar, onde predomina o setor da fabricação de equipamentos, máquinas e veículos, e Estarreja, onde a indústria química assume particular importância. O setor dos produtos químicos, por sua vez encontra-se localizado sobretudo em Estarreja e, em menor grau, em Albergaria-a-Velha e Vagos.

Em segundo lugar, denota-se também alguma especialização em torno da fabricação de mobiliário e colchões ou da madeira (nos municípios do interior), cortiça e papel ou do setor dos produtos alimentares, restauração, alojamento, restauração e bebidas (nos pequenos municípios do litoral).

Figura 17 – Especialização do emprego na indústria transformadora, 2010



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

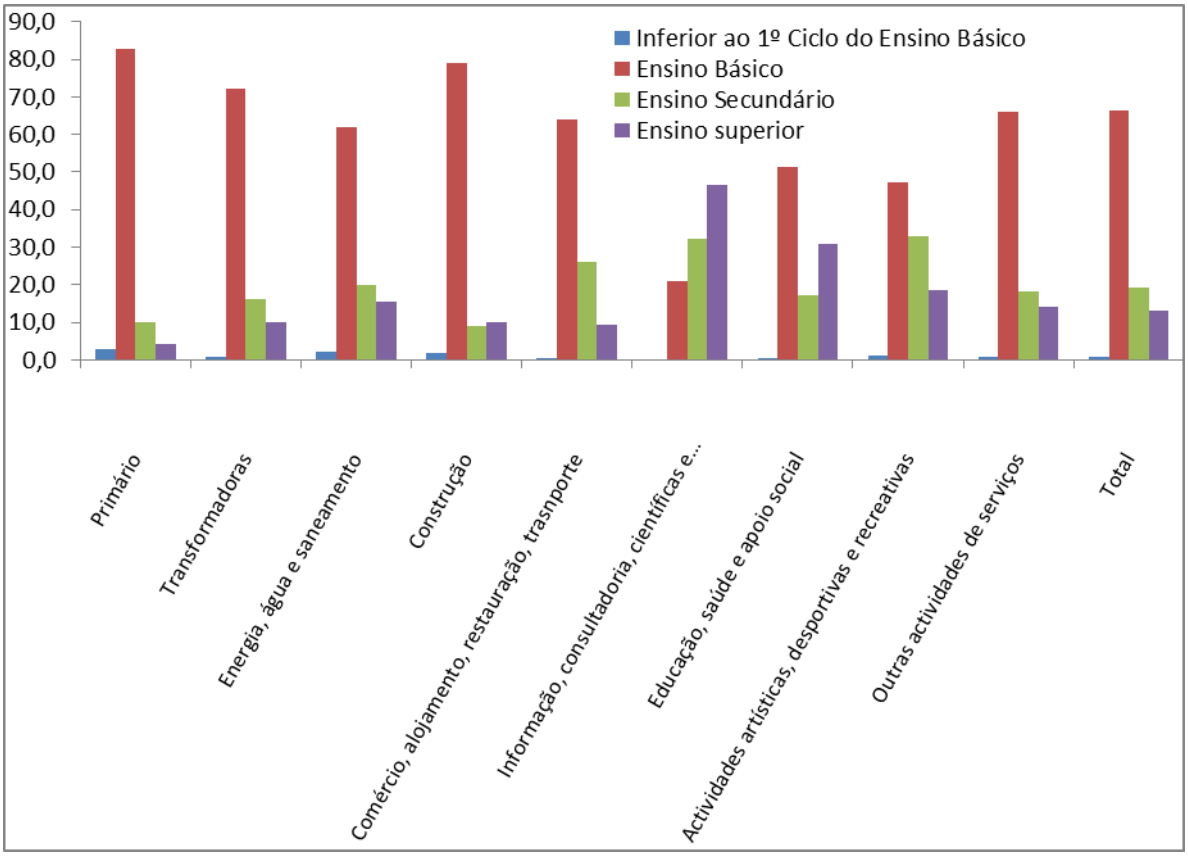
De algum modo, concretiza-se assim o diagnóstico feito já em 2005 pela AM&A[3], e referenciado pelo Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga, em que é identificada uma especialização do Baixo Vouga em torno de duas fileiras distintas: uma mais ligada a produtos primários (incidindo nos segmentos iniciais das cadeias de valor) ou na mão-de-obra desqualificada (como os móveis ou a madeira); e outra baseada numa maior diferenciação do produto e que apresenta um significativo dinamismo e potencial exportador (metalurgia ou produtos cerâmicos).

[3] Augusto Mateus & Associados (AM&A) (2005), "Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social (Vol. III) – Estudo temático para a preparação do QREN", Lisboa.

ii) Níveis de qualificação por setor

No que toca aos níveis de qualificação, os setores com os valores mais baixos são o primário e a construção, onde a proporção de pessoas com o ensino primário ou menos se encontra entre os 80% e os 85% (Figura 27). Os setores que têm níveis de qualificação mais elevados são os da educação, saúde e apoio social e, particularmente, a informação, consultoria e atividades científicas e técnicas.

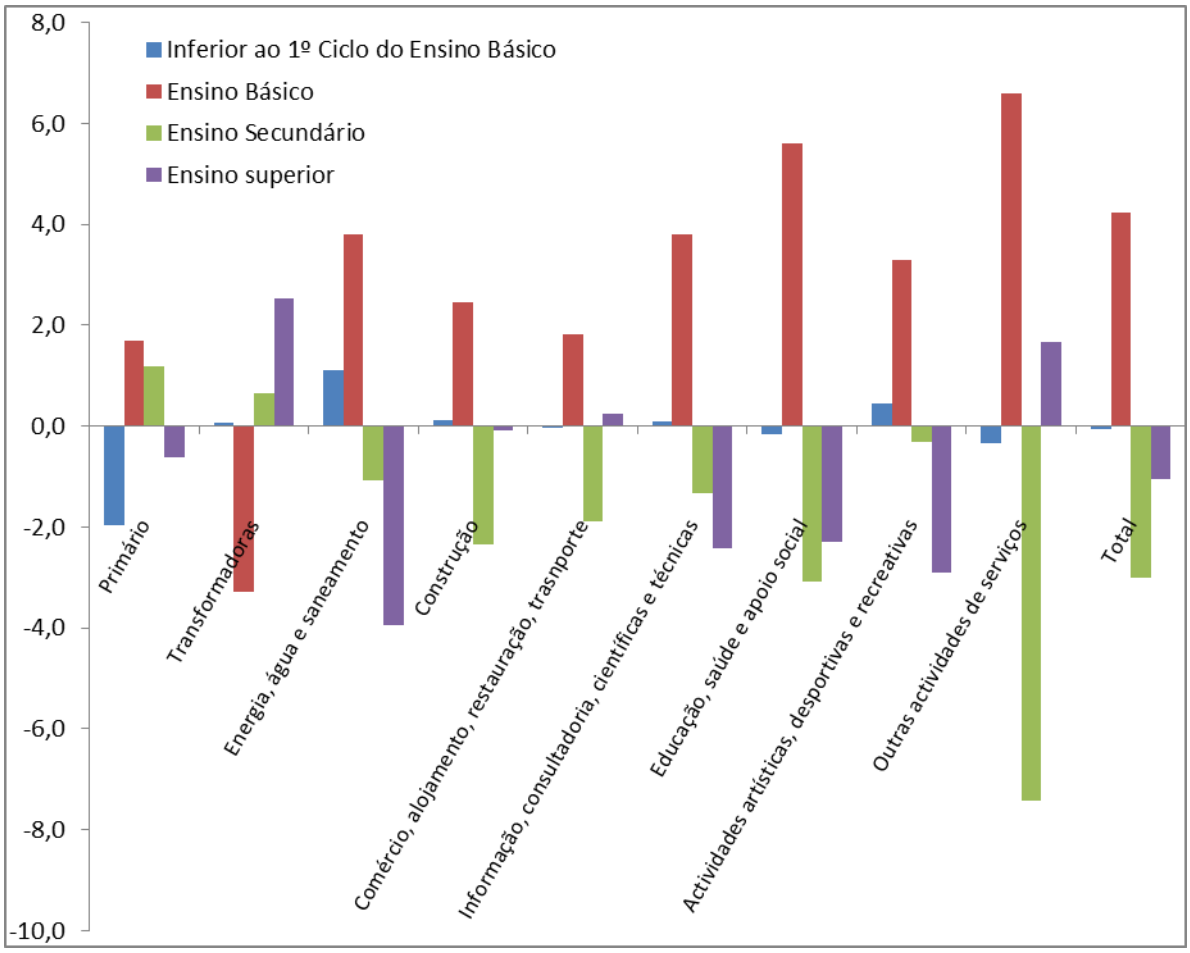
Figura 18 – Nível de qualificações na CI Região de Aveiro por CAE, 2010



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, MSSS)

Em termos comparativos, é notório que o conjunto de municípios da CI Região de Aveiro tem níveis de qualificações inferiores aos verificados a nível nacional em praticamente todos os setores (Figura 28). De facto, na maioria dos setores a percentagem de empregados com o ensino secundário ou superior é inferior na CI Região de Aveiro, ocorrendo uma maior concentração dos empregados com o nível de ensino básico ou inferior. A indústria transformadora, por contraste, tem níveis de qualificação superiores à média nacional, com particular destaque para a percentagem de empregados com formação superior. Esta situação é ainda mais significativa dada a especialização da área abrangida pela CI Região de Aveiro neste setor.

Figura 19 – Diferença entre nível de qualificações na CI Região de Aveiro e Portugal Continental por CAE, 2010



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, MSSS)

Contudo, e considerando que estas variações são relativamente reduzidas mesmo em setores tão agregados, indicia-se que o que mais diferencia as regiões no que concerne às qualificações não são as diferenças entre empresas do mesmo setor, mas sim a composição setorial. Ou seja, a atração de mão-de-obra qualificada parece não passar tanto por qualificar ou aumentar a incorporação de conhecimento nos setores existentes, mas sim por atrair empresas de setores que tipicamente têm níveis de qualificações mais elevados.

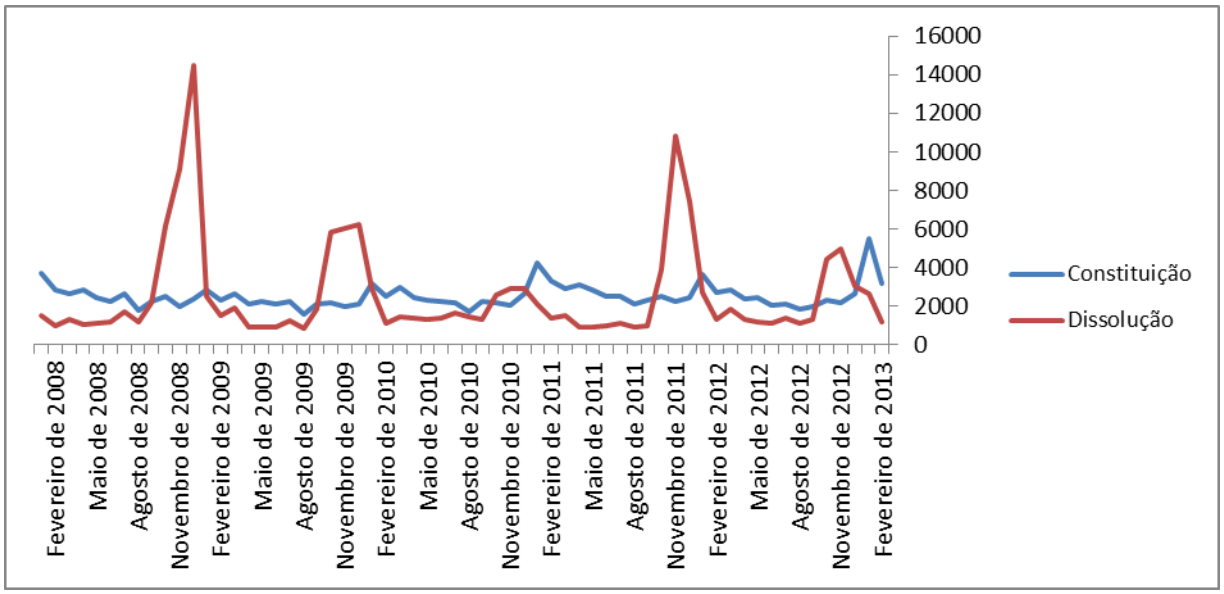
iii) Criação e dissolução de empresas por setor

No que diz respeito às dinâmicas empresariais da região, o INE divulga dados da Direcção-Geral da Política de Justiça, que contabiliza a constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, por setor de atividade económica. Estes dados devem ser lidos com cautela, já que nada indicam sobre o volume de emprego ou o valor acrescentado dessas empresas. Acresce que as dissoluções podem ocorrer quer por iniciativa própria, quer por iniciativa administrativa, de acordo com o DL 76-A/2006, de 29 de março. Nestas últimas é o Estado que toma a iniciativa de dissolver a entidade comercial, de forma a não manter entidades que têm existência jurídica sem que lhes corresponda o exercício de uma atividade, levando a que haja dissoluções refletidas nas estatísticas às

quais não corresponde qualquer impacto económico. Não obstante este conjunto de limitações, estes dados são reveladores das grandes tendências nos diferentes setores económicos. Passa-se a uma curta análise das constituições e dissoluções totais entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2013, seguida das análises setoriais.

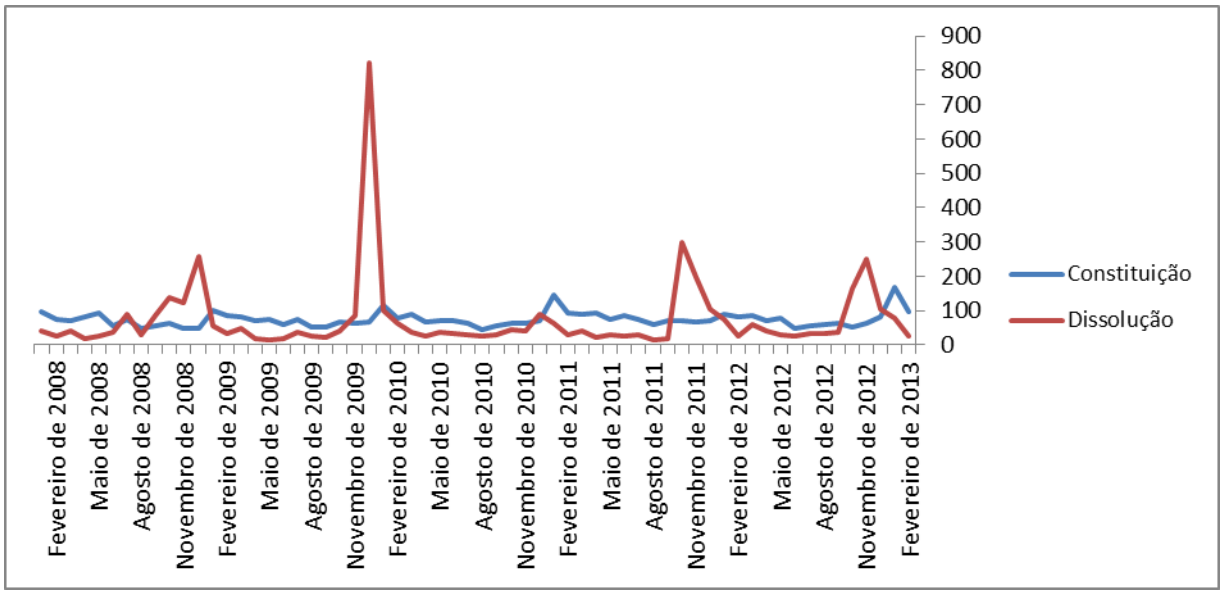
Em termos totais, a criação e dissolução de empresas na CI Região de Aveiro segue os padrões que se verificam a nível nacional: em ambos os casos verificam-se picos de dissolução de empresas nos últimos meses de 2008, 2009, 2011 e 2012, com o número de constituições de novas empresas a exceder os encerramentos nos restantes meses (Figuras 29 e 30). Ainda assim, a intensidade destes picos foi bastante diferente na CI Região de Aveiro, que registou uma maior quantidade de dissoluções em 2009, e não em 2008 como o país no seu todo. É ainda interessante notar que na CI Região de Aveiro a diferença entre o total de empresas constituídas e dissolvidas no período em análise é de 41, enquanto Portugal apresenta um saldo negativo de 962.

Figura 20 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas em Portugal, 2008 - 2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

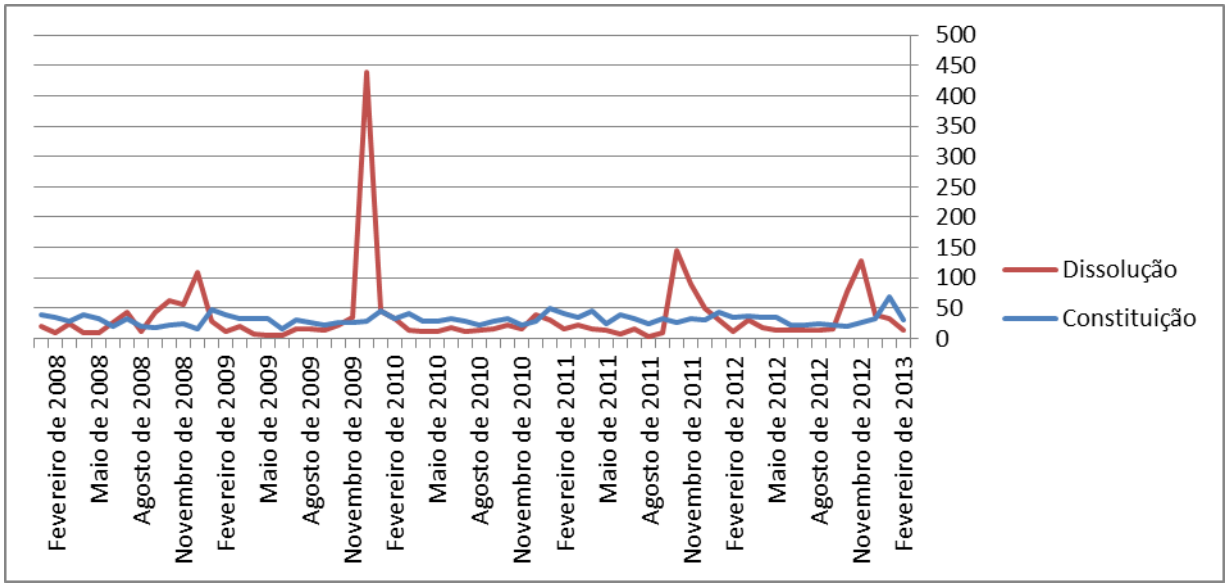
Figura 21 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas na CI Região de Aveiro, 2008 - 2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Em termos setoriais, o conjunto que agrega o comércio, alojamento, restauração, transportes, armazenagem e reparação de veículos registou o maior número de dissoluções face às constituições na CI Região de Aveiro (273) (Figura 31). Este saldo negativo deve-se, em grande parte ao enorme número de dissoluções que ocorreram no final de 2009 e está largamente influenciado pelo desempenho do comércio.

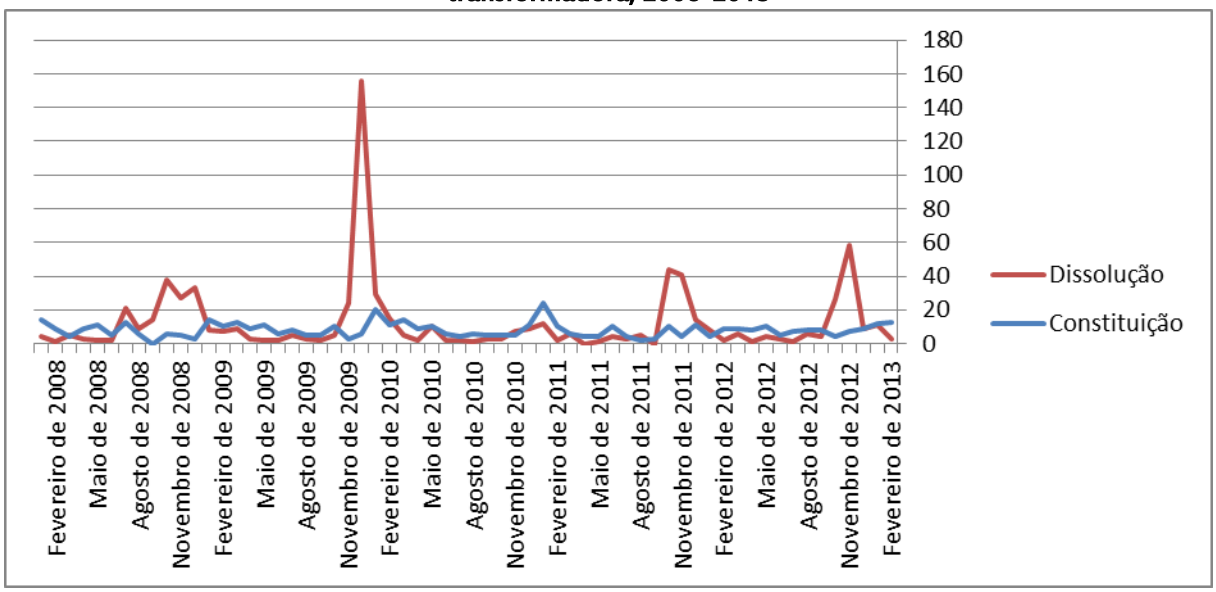
Figura 22 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas no setor do comércio, alojamento, restauração e transportes, 2008-2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

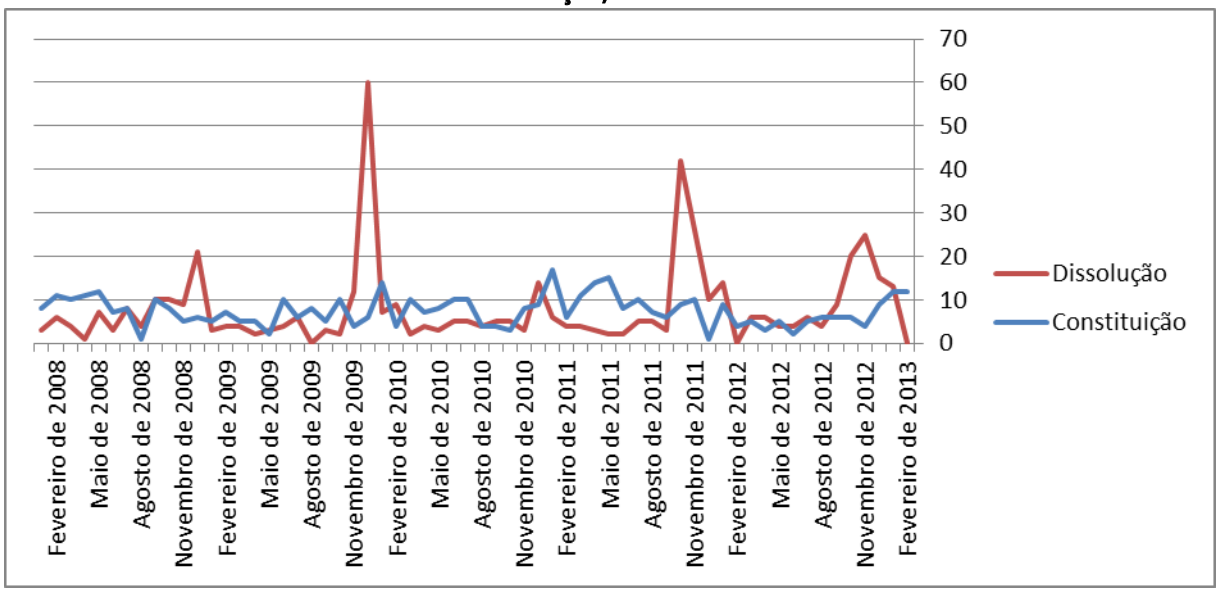
O segundo setor mais duramente atingido pelas dissoluções de empresas foi o da indústria transformadora (Figura 32). Neste setor, ainda que entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2013 tenham sido constituídas 496 novas entidades, registaram-se 747 dissoluções, colocando o saldo final em -251. Também neste setor, e à semelhança do que acontece na maioria dos outros setores na CI Região de Aveiro, o maior pico de falências não ocorreu em 2008, mas sim em 2009.

Figura 23 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas na indústria transformadora, 2008-2013



Os restantes setores onde houve um saldo negativo foram as indústrias extrativas (-5), as atividades imobiliárias (-14) e, particularmente, a construção (-30) (Figura 33).

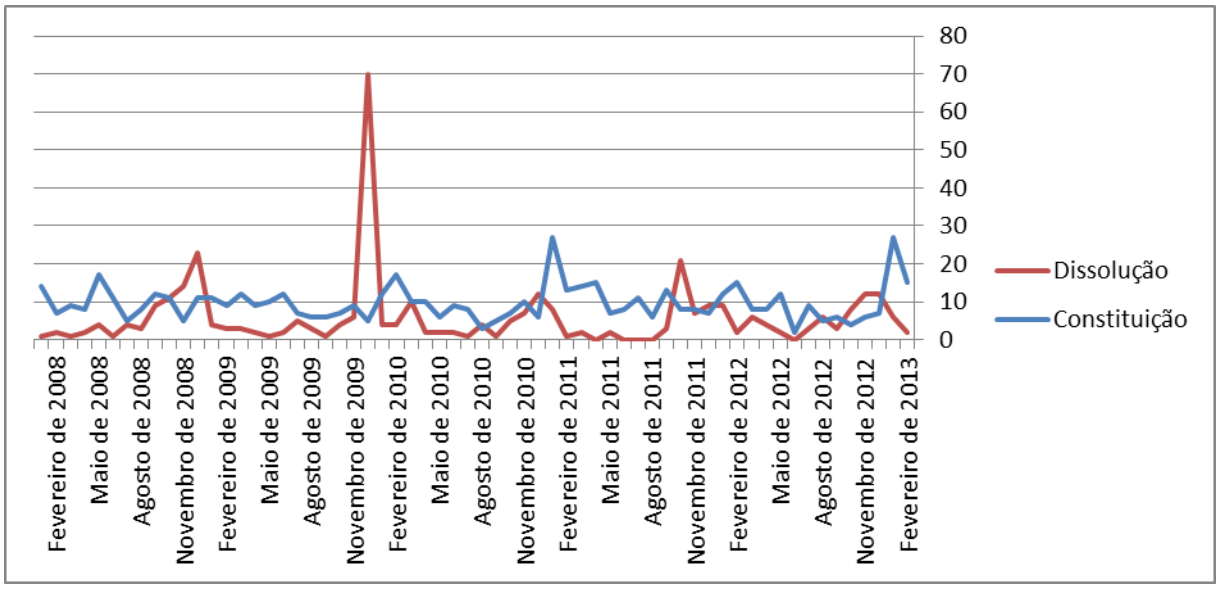
Figura 24 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas no setor da construção, 2008-2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Entre os setores onde a constituição de novas empresas suplantou as dissoluções destacam-se as atividades de saúde humana e apoio social (73), atividades financeiras e de seguros (80) e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Figura 34). Este último setor, juntamente com as atividades de informação e comunicação foi responsável por um total de 236 empresas constituídas face às dissoluções.

Figura 25 – Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas em atividades de informação, comunicação, consultoria, científicas e técnicas, 2008-2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Em suma, pode-se assim constatar a tendência para uma reestruturação económica em que as atividades mais desqualificadas e com maior peso na região, como a indústria transformadora ou a construção, sofrem um decréscimo muito significativo, enquanto setores que tipicamente contam com uma mão-de-obra mais qualificada e com uma maior incorporação do conhecimento na sua atividade têm vindo a registar aumentos. Mas, apesar do quadro globalmente favorável na constituição/dissolução de empresas, o aumento muito significativo do desemprego na região permite inferir que as novas empresas criadas estão longe de criar a mesma quantidade de postos de trabalho do que as que têm desaparecido.

iv) Importações e exportações

Considerando os dados sobre o comércio internacional no país e na região, destaca-se a imagem de uma região fortemente exportadora. De facto, no seu conjunto os municípios da CI Região de Aveiro apresentam uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 81,6%, enquanto no país este valor chega quase aos 140%. É também notório que o saldo entre importações e exportações na CI Região de Aveiro é bastante mais favorável nas relações comerciais extracomunitárias, ao invés do que acontece a nível nacional onde estes valores são praticamente equivalentes, mas com um saldo mais desfavorável para as extracomunitárias. Ao nível municipal, destaca-se a taxa de cobertura da Murtosa, ainda que o reduzido volume de comércio relativize bastante estes dados, e sobretudo Águeda (63,9%), Anadia (56,8%) e Sever do Vouga. Já em termos de volume de exportações destacam-se Aveiro e Ovar (Tabela 22).

O grau de abertura da economia, que se refere à soma das importações com as exportações sobre o PIB, é também bastante elevado na CI Região de Aveiro, em comparação com os níveis nacionais. Concretamente, este valor é de 56% para Portugal, de 45% na Região Centro e de 80% no Baixo Vouga (como o PIB só se encontra disponível para as NUTS III, não é possível saber o valor exato para o território da CI Região de Aveiro).

Tabela 22 – Importações vs exportações internacionais em Portugal e na CI Região de Aveiro, 2010

	Exportações (1000 euros)			Importações (1000 euros)			Taxa de cobertura das importações pelas exportações %		
	Total	Comércio intra comunitário	Comércio extra comunitário	Total	Comércio intra comunitário	Comércio extra comunitário	Total	Comércio intra comunitário	Comércio extra comunitário
Portugal	**42 870 151**	**31 910 218**	**10 959 933**	**59 242 900**	**43 624 091**	**15 618 809**	**138,19**	**136,71**	**142,51**
Centro	**8 203 863**	**6 295 829**	**1 908 034**	**7 182 157**	**6 098 313**	**1 083 844**	**87,55**	**96,86**	**56,80**
CI Região de Aveiro	**2 809 405**	**2 219 323**	**590 082**	**2 293 492**	**1 952 826**	**340 666**	**81,64**	**87,99**	**57,73**
Águeda	267 765	196 982	70 783	171 056	153 177	17 878	63,88	77,76	25,26
Albergaria-a-Velha	279 457	233 433	46 024	214 380	183 837	30 543	76,71	78,75	66,36
Anadia	127 534	95 997	31 537	72 457	64 584	7 874	56,81	67,28	24,97
Aveiro	753 283	632 033	121 250	541 777	475 447	66 330	71,92	75,23	54,70
Estarreja	364 768	306 195	58 574	284 358	230 583	53 776	77,96	75,31	91,81
Ílhavo	163 778	129 598	34 180	221 748	174 478	47 270	135,40	134,63	138,30
Murtosa	23 330	20 994	2 336	6 974	6 066	908	29,89	28,89	38,87
Oliveira do Bairro	105 370	68 587	36 783	119 803	111 310	8 493	113,70	162,29	23,09
Ovar	618 113	468 832	149 281	567 425	483 018	84 407	91,80	103,03	56,54
Sever do Vouga	31 923	13 717	18 205	21 157	13 394	7 763	66,28	97,64	42,64
Vagos	74 084	52 955	21 129	72 356	56 932	15 424	97,67	107,51	73,00

Fonte: INE, anuário estatístico da Região Centro, 2011

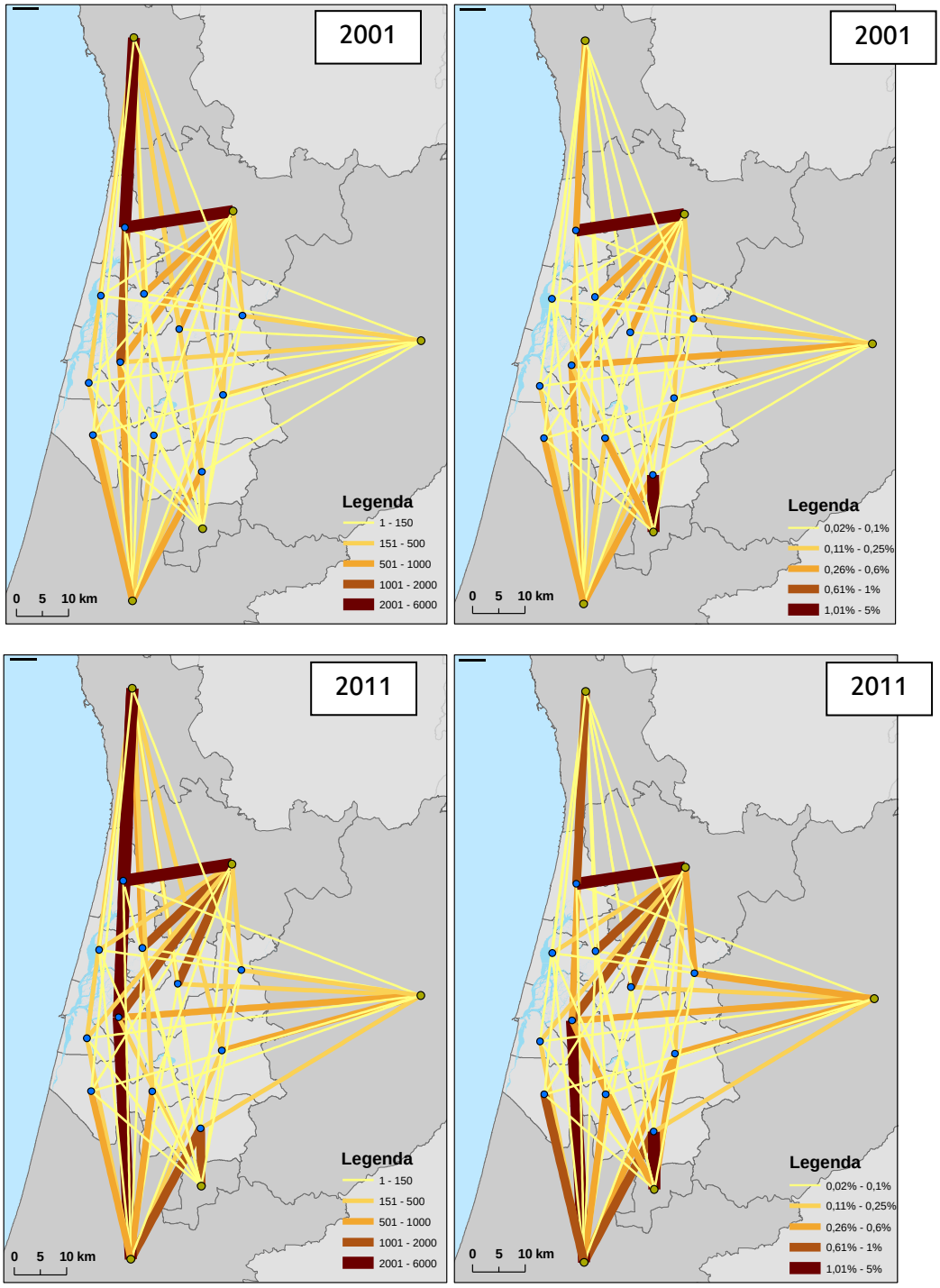
D) Fluxos de mão-de-obra

Para analisar os fluxos de mão-de-obra na região, dois tipos de variáveis foram considerados. Em primeiro lugar, foi considerado o número de pessoas que trabalham num município diferente daquele em que habitam por setor económico nos Censos de 2001 e de 2011. Em segundo lugar, foram ainda mapeadas as localizações das principais zonas industriais e polos de comércio da região, recorrendo a dados disponibilizados no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e de Transportes da Região de Aveiro (PIMTRA).

i) Fluxos pendulares intermunicipais

Ainda que não se refiram especificamente a fluxos pendulares, o número de pessoas que trabalham num município diferente daquele em que habitam pode ser amplamente entendido como expressando esses fluxos. É que, admitindo-se que possa haver a fixação de residência temporária em alguns casos, a nível regional esta fixação será seguramente a excecional. O mapeamento destes fluxos foi feito somando-se os fluxos bidirecionais e está expresso em valores totais, bem como em proporção da mão-de-obra ativa (nos fluxos totais inter-regionais) e da mão-de-obra empregada nos demais indicadores (Mapa 17).

Mapa 18 – Fluxos totais inter-regional 2001 e 2011 (valores e percentagens)

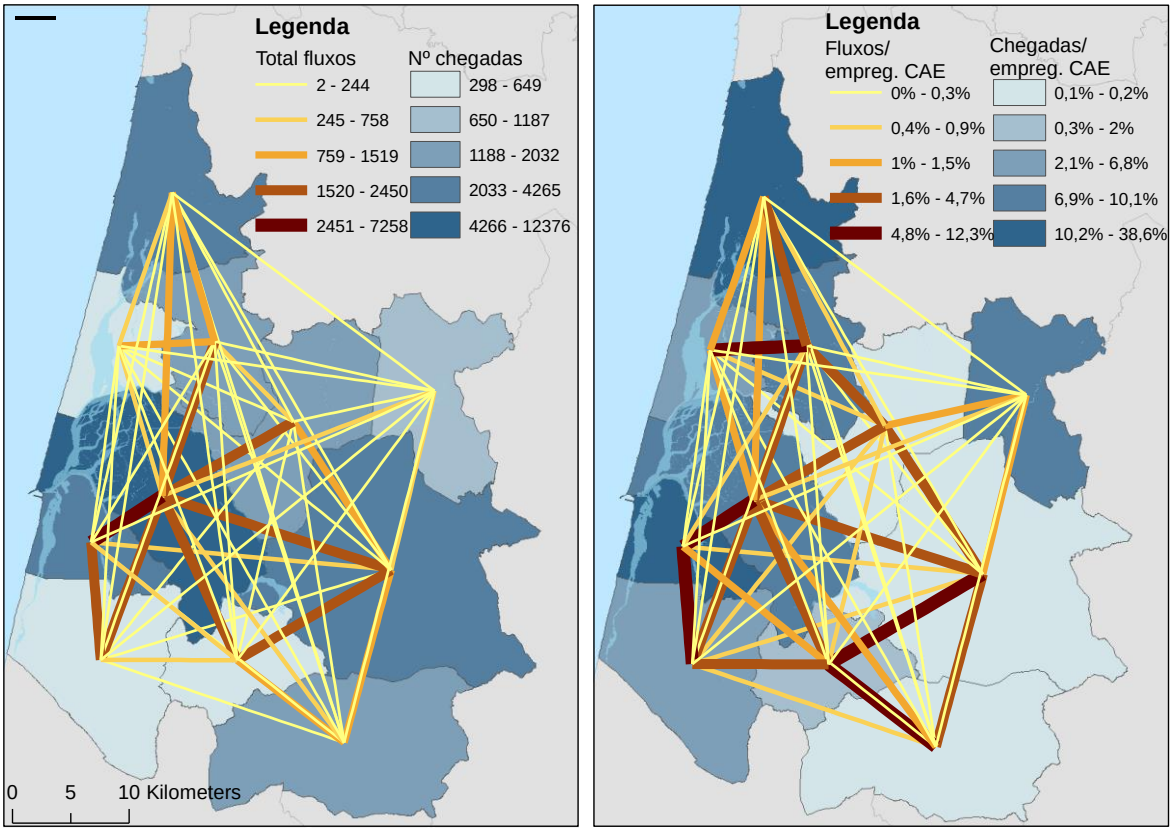


Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

O Mapa 18 representa os fluxos totais de empregados entre cada um dos municípios da CI Região de Aveiro e as NUTS III adjacentes (Baixo Mondego, Dão Lafões, Entre Douro e Vouga e Grande Porto) em 2001 e 2011. Em termos gerais, destaca-se a importância dos fluxos que se estabelecem entre as NUTS III a norte da CI Região de Aveiro e o município de Ovar e entre o Baixo Mondego e os municípios mais a sul da CI Região de Aveiro (Mapa 18).

Nota-se ainda uma evolução no padrão de mobilidade entre 2001 e 2011, com aumentos generalizados no número de empregados que trabalham fora do Município de residência e da percentagem que estes assumem na população ativa. Este reforço nota-se em particular nos fluxos entre os municípios da CI Região de Aveiro e o Baixo Mondego e no reforço do eixo Grande Porto – Aveiro – Baixo Mondego (o eixo Porto – Aveiro – Coimbra).

Mapa 19 – Destinos e fluxos totais intermunicipais, 2011



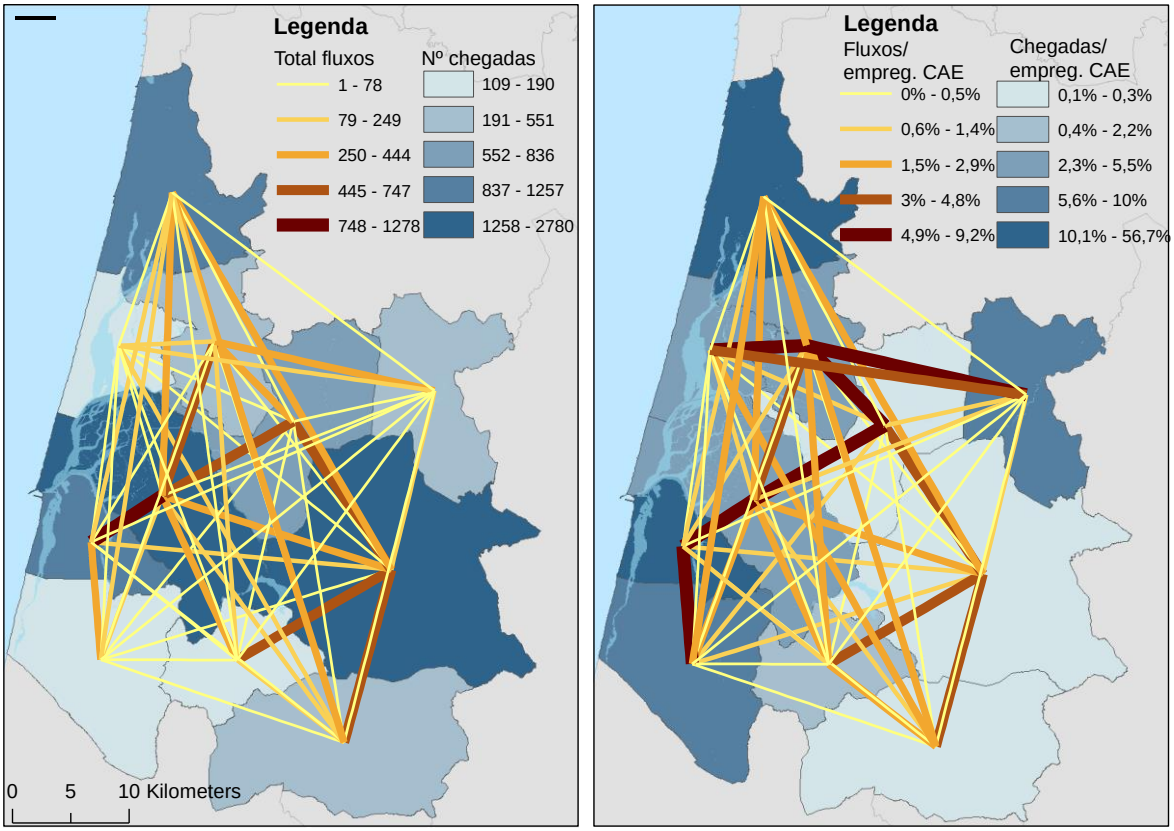
Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

A nível intermunicipal, destaca-se o Município de Aveiro como o principal recetor de mão-de-obra de outros municípios, em particular de Ílhavo, de Albergaria-a-Velha, de Águeda e de Anadia. Águeda e Ílhavo são, por outro lado, também recetores de muitos fluxos pendulares, incluindo o próprio município de Aveiro. Ovar encontra-se igualmente em destaque, posição que ainda aumenta se se considerar os fluxos em proporção da mão-de-obra total empregada.

Existe assim uma forte correspondência entre os municípios onde a indústria transformadora tem mais peso e a atração de mão-de-obra dos municípios vizinhos – Aveiro, Ovar e Águeda. E, como se pode ver no mapa 19, esta relação não é coincidente, já que o setor que de longe gera o maior número de fluxos intermunicipais é o da indústria transformadora.

Para além dos já mencionados municípios, destaca-se ainda a relativa importância dos municípios de Estarreja e de Albergaria-a-Velha na mobilidade ligada a este setor. Esta surge não da sua capacidade de atração, mas antes da posição que ocupam na rede de fluxos, estabelecendo-se um conjunto de intercâmbios relativamente intensos com muitos dos municípios em seu redor.

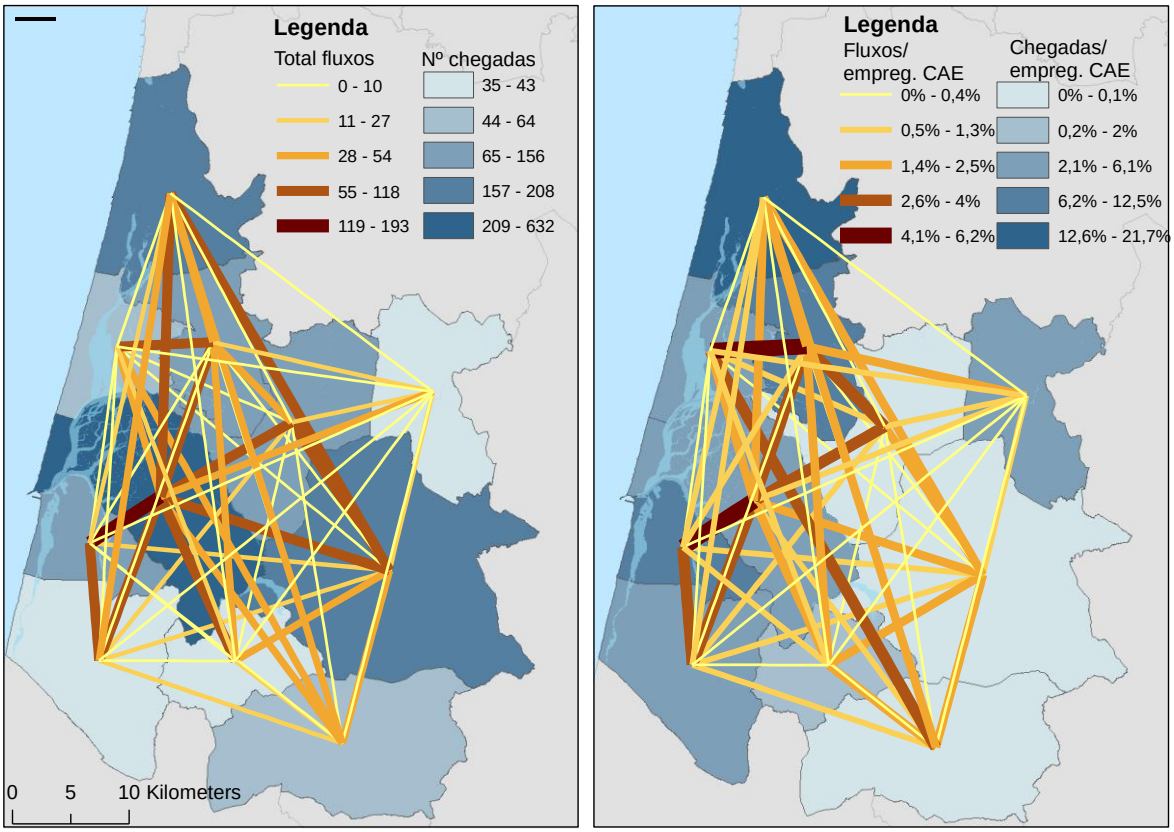
Mapa 20 – Destinos e fluxos dos empregados na indústria transformadora, 2011



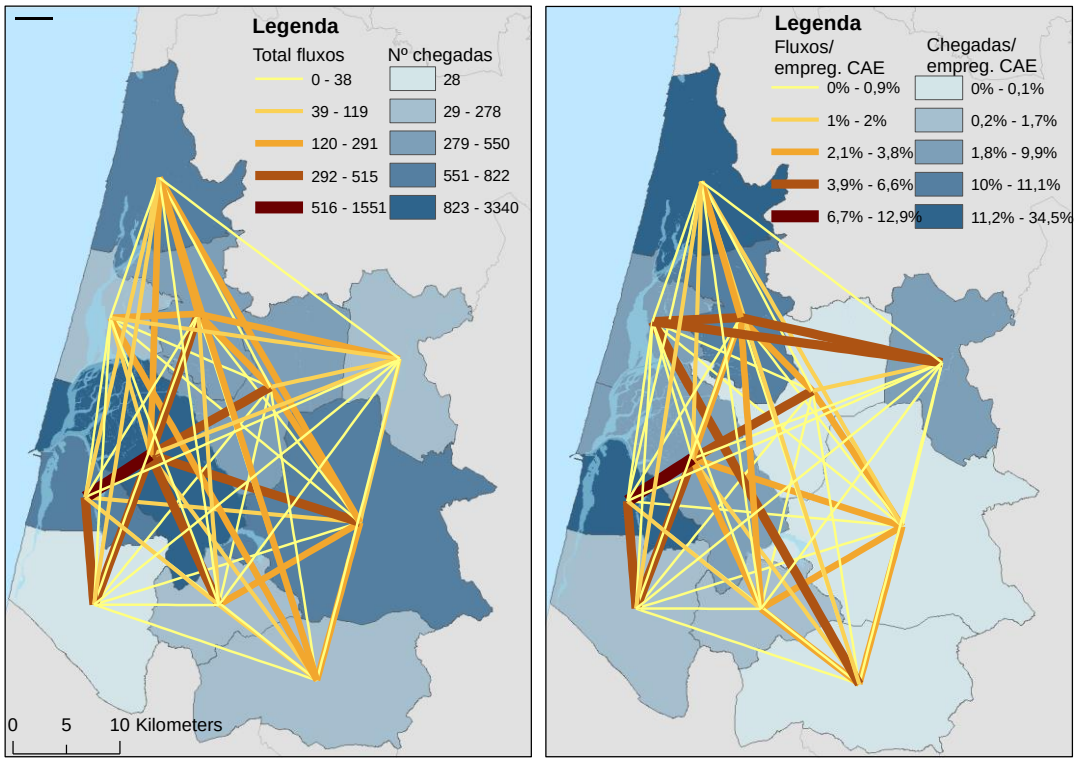
Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Na atracão dos fluxos gerados pelo setor da construção salienta-se, mais uma vez, o papel de Águeda, Ovar e, particularmente, Aveiro. Em termos relativos, esses fluxos assumem maior importância em Ovar, Estarreja, e Ílhavo. Os municípios com um elevado quociente de localização neste setor têm, curiosamente, um peso bastante marginal nos fluxos gerados (Vagos e Sever do Vouga), indiciando-se que a importância deste setor nestes município resulta mais do reduzido desenvolvimento de outros setores, do que propriamente pelo desenvolvimento que possam ter tido.

Mapa 21 – Destinos e fluxos dos empregados na construção, 2011



Mapa 22 – Destinos e fluxos dos empregados no comércio, transportes e armazenagem, 2011

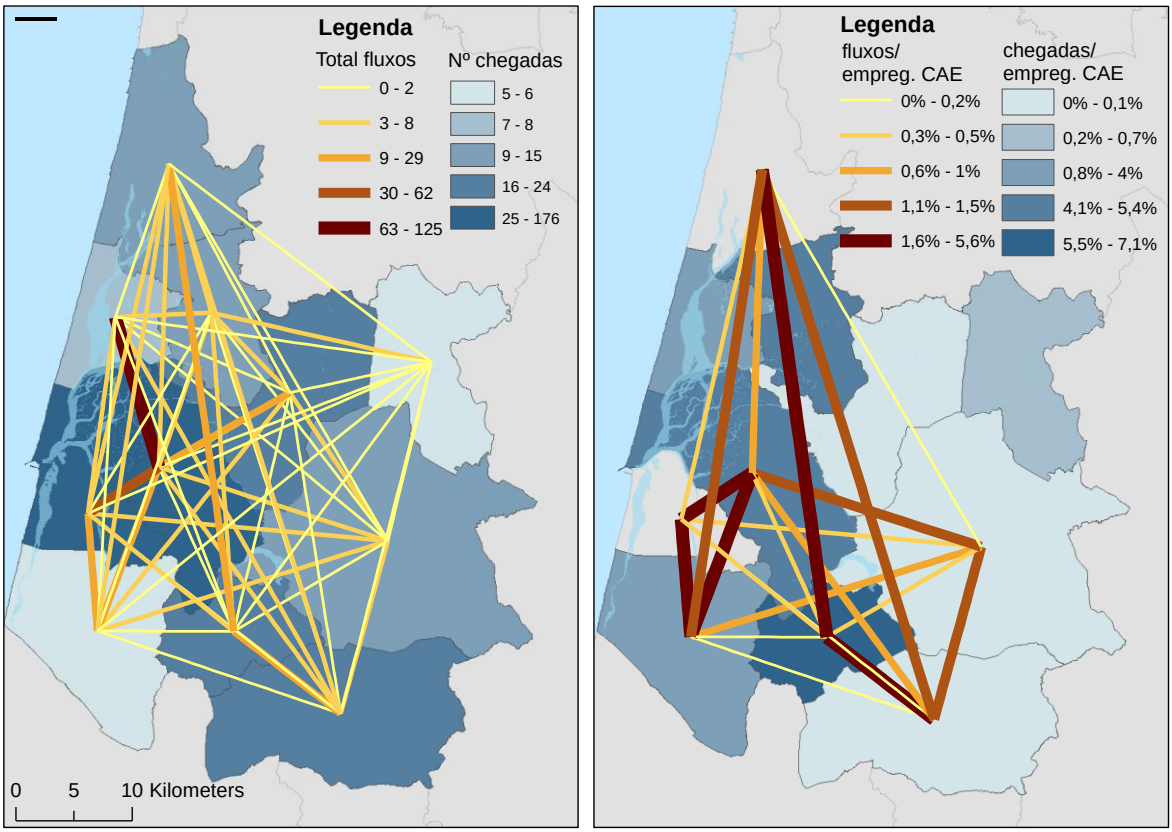


Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Um outro setor que, ainda que não corresponda a nenhum perfil de especialização na região, assume um peso muito grande nos fluxos pendulares gerados é o do comércio, alojamento, restauração, transportes e armazenamento (Mapa 21). O padrão geral de fluxos gerados por este setor é semelhante aos demais setores, havendo contudo uma rede de interações mais equilibrada do que, por exemplo, no setor da indústria transformadora.

Por fim, são ainda de destacar dois setores que merecem uma atenção especial, já que correspondem a perfis de especialização em alguns dos municípios da CI Região de Aveiro: a agricultura, florestas e pescas e a educação, saúde e apoio social (Mapa 22). Em relação ao primeiro verifica-se que gera um número muito reduzido de fluxos, com destaque para a capacidade de atração de Aveiro e, em menor grau Ílhavo. O segundo tem um peso bastante significativo e assiste-se a uma extrema polarização em torno de Aveiro, que é de longe o maior recetáculo dos fluxos pendulares gerados.

Mapa 23 – Destinos e fluxos dos empregados na agricultura, floresta e pescas, 2011



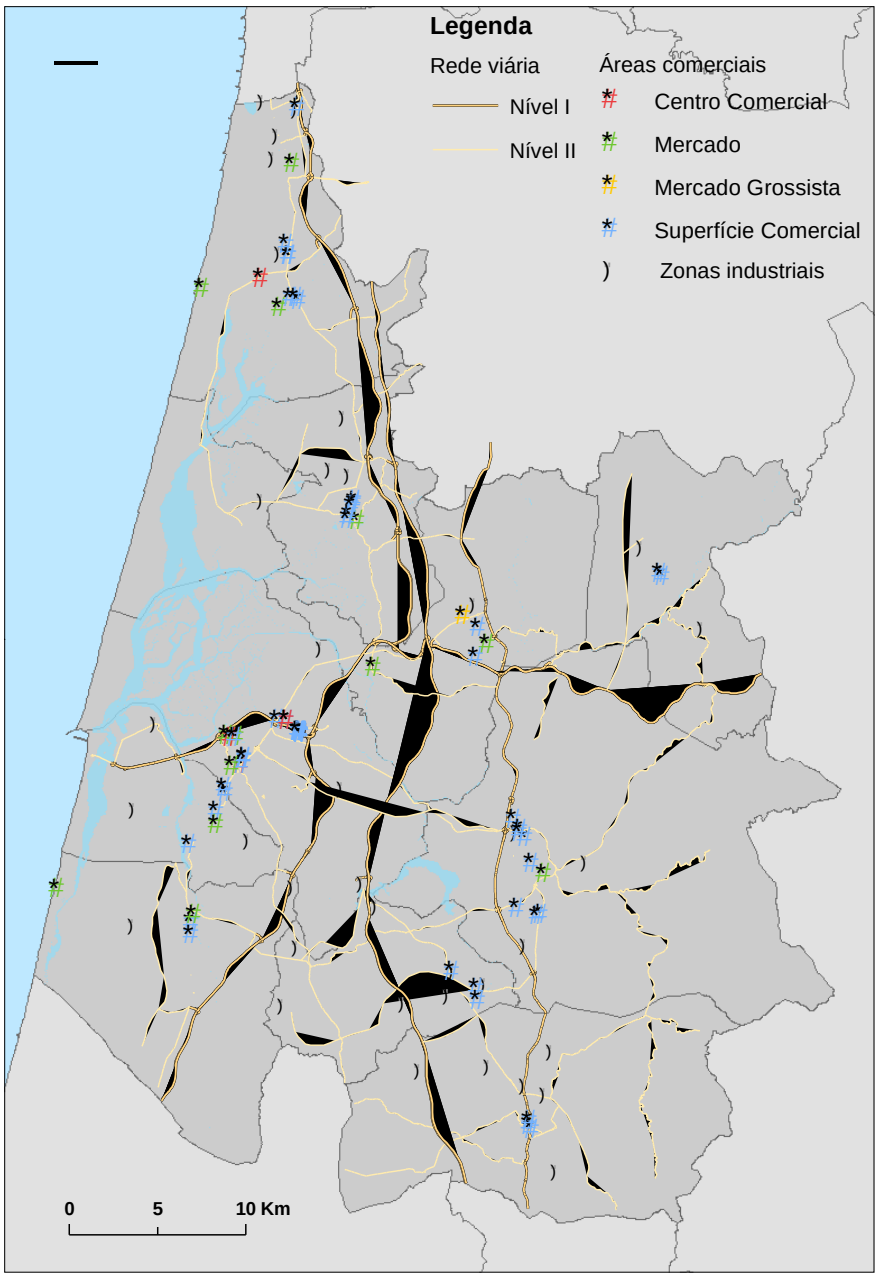
Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

ii) Localização das principais zonas industriais e comerciais

Para se perceber a localização de alguns dos principais atractores de mão-de-obra da região foi feito o mapeamento dos principais polos industriais e comerciais (Mapa 23). Em linha com aquilo que se constatou na análise dos fluxos intermunicipais, existe uma tendência para os principais polos se concentrarem em alguns dos municípios da CI Região de Aveiro. No que concerne às zonas industriais, estas estruturam-se numa orientação Norte-Sul em torno dos principais eixos viários, com uma concentração particular em Anadia, Oliveira do Bairro, Aveiro e ílhavo a Sul, e Ovar a Norte.

As áreas comerciais têm um padrão de concentração ainda maior, estando localizadas sobretudo em Aveiro e Ílhavo e, em menor grau, Ovar e Águeda. Ovar e Aveiro são também os únicos municípios que têm centros comerciais. Nos demais municípios ocorre uma concentração das poucas unidades comerciais de peso nas sedes do município.

Mapa 24 – Localização das principais zonas industriais e comerciais, 2013



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: PIMTRA)

A.1.5. Outras Capacidades Instaladas

Pretende-se neste ponto obter um retrato do associativismo na região de Aveiro. Que associações existem? Qual a sua tipologia? Quais as principais valências? Onde se localizam? Estas são as principais questões às quais se procura dar resposta.

Com base no número e identificação dos concorrentes às várias edições do concurso PAPERA (Programa de Apoio a Projetos e Eventos da Região de Aveiro), nas listas de associações publicadas nos sites dos municípios, em publicações culturais e desportivas e com base na informação de listas telefónicas, foi construída uma base de dados com informação diversificada sobre cada uma das associações.

Uma vez reunida a informação procedeu-se à classificação de cada uma das associações, atendendo à sua Tipologia e Valência.

A) Definição das tipologias e valências

Tipologias definidas:

- C - Associações cuja atividade é quase exclusivamente cultural;
- CRDS – Associações cuja atividade se divide entre a Cultura, o Recreio, o Desporto e a vertente Social;
- RD - Associações cuja atividade se foca essencialmente no Recreio e Desporto;
- IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
- Outra – Esta categoria engloba tipologias diversas cuja classificação, em certos casos, seria difícil de definir ou, uma vez definida, a sua representação estatística fosse insignificante (Economia, movimentos cívicos, movimentos religiosos, ONG, etc).

Nota: Poderão existir entidades cuja verdadeira tipologia, ou tipologia dominante, não estará corretamente definida. No entanto, atendendo à origem dos dados e aos esforços desenvolvidos para confirmar esta variável, é seguro assumir que esses casos não são estatisticamente significativos.

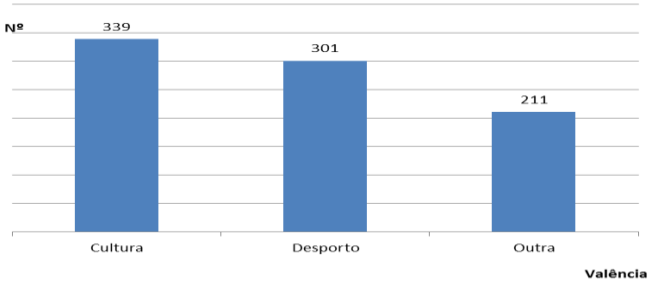
Valências definidas: Cultura – Todas as associações que têm atividade cultural; Desporto – Todas as associações que tenham atividade desportiva; Outra – Todas as associações cuja atividade não pertence ao domínio desportivo ou cultural.

B) Resultados

A Figura 35 mostra a distribuição do número de associações por tipologia. Os dados apurados demonstram que as associações de tipologia cultural são as mais comuns na região, seguidas das recreativas e desportivas. Quer olhando à tipologia, quer à valência (como se verifica na Figura 36), a cultura surge como o tema preferencial do movimento associativo regional.

Figura 26 – Associações por tipologia

Figura 27 – Associações por valências



Tipologia por Concelho

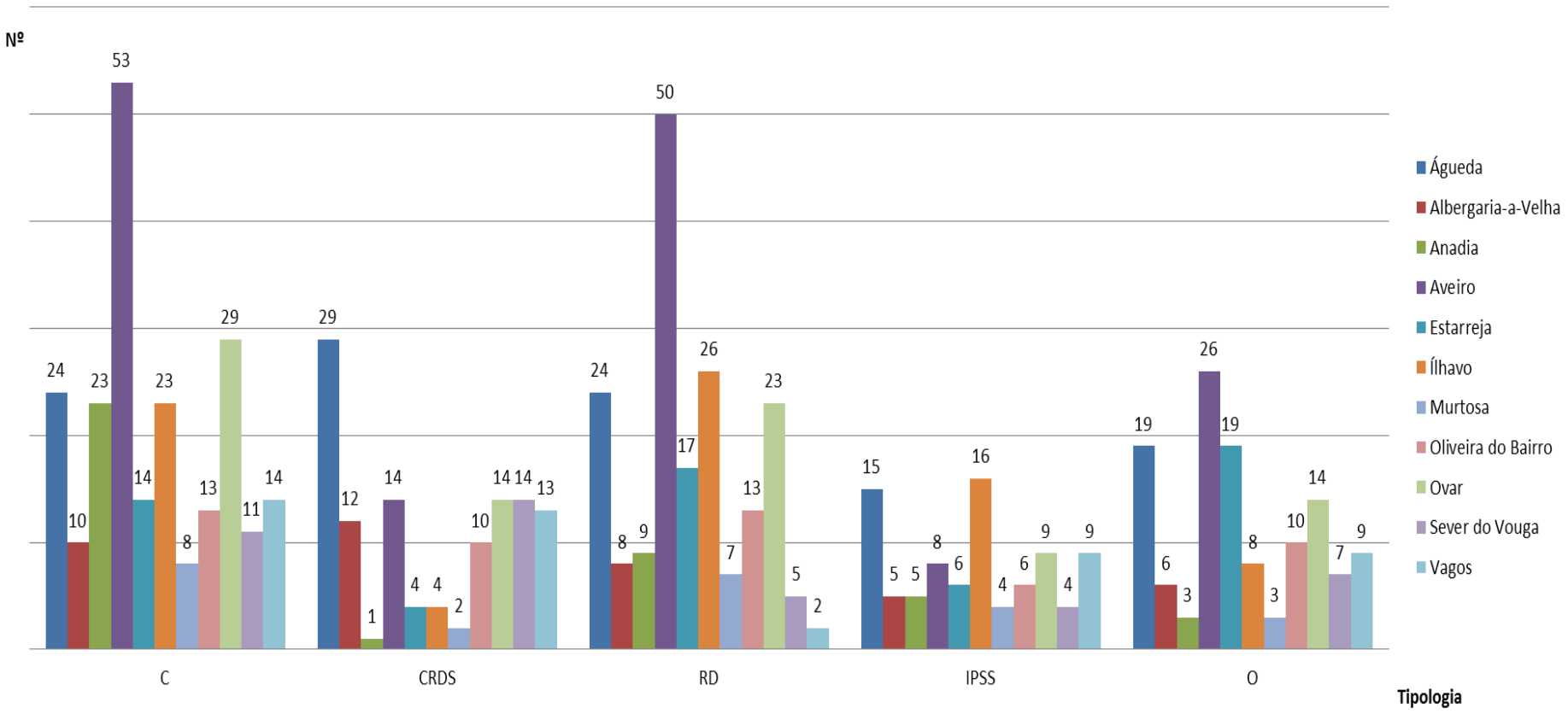
Se se atender à distribuição do número de associações por tipologia em cada um dos concelhos, obtém-se uma imagem aproximada da forma como estas associações se disseminam pelo território e qual a valência predominante por concelho. A Figura 37 evidencia a maior incidência de movimentos associativos culturais, de recreio e desportivos no concelho de Aveiro. Águeda e Ovar são os dois concelhos que mais se aproximam de Aveiro, com um ligeiro destaque para Águeda que tem uma performance muito regular nas diversas tipologias e assumindo a liderança no campo das IPSS e CRDS.

Valência por Concelho

A distribuição do número de associações por valência em cada uma dos concelhos reforça aquilo que já foi referido na análise das tipologias por concelho, isto é, o concelho de Aveiro é aquele que lidera nas três valências, seguido pelos concelhos de Águeda e Ovar.

Neste caso Águeda consegue uma aproximação clara ao concelho de Aveiro, uma vez que a sua "regularidade" na tipologia das associações se transforma numa mais-valia quando se reduz o número de categorias em estudo (passa de 5 tipologias para 3 valências).

Figura 28 – Associações por concelho e tipologias



A.1.6. Análise dos financiamentos do Programa Operacional Regional do Centro da CI Região de Aveiro

No âmbito dos trabalhos preparatórios para o próximo quadro comunitário de apoio entende-se necessário e pertinente fazer um levantamento dos investimentos, públicos e privados, realizados na Região de Aveiro e financiados pelo Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro. Os dados usados nesta análise foram recolhidos do sistema de informação do Mais Centro e a data limite é 28 de fevereiro de 2013, com excepção para a tabela 23, que enquadra a Região de Aveiro na Região Centro, em que os dados apresentados são referentes a 21 de março de 2013.

O objetivo desta análise é avaliar o perfil de investimentos dos municípios da CI Região de Aveiro, procurando dar respostas às seguintes questões:

i) Quanto é que se investe?
ii) Em que é que se investe?
iii) Quem são os promotores?

As respostas a estas questões resultam da sistematização e cruzamento da seguinte informação:

- Número de projetos;
- Valor do Investimento (valores totais aprovados e valores elegíveis);
- Tipologia de intervenção (equipamento, imaterial e infraestruturas);
- Categoria de projeto (estudos, intervenção no existente e novo);
- Tipologia de beneficiário (privado e público).
-

A) A CI Região de Aveiro no contexto da Região Centro

A tabela 23 mostra o investimento total e *per capita*, aprovado no Mais Centro, e a respetiva taxa de esforço.

Tabela 23 – Indicadores gerais do investimento aprovado na Região Centro

NUTS III	Total (euros)	%	Taxa de esforço	Per capita (euros)
Baixo Mondego	415.982.196	23,12	41,21	1.148
Baixo Vouga	308.099.444	17,12	28,58	832
Beira Interior Norte	126.855.442	7,05	22,40	1.215
Beira Interior Sul	67.738.810	3,76	24,73	903
Cova da Beira	69.168.431	3,84	31,39	787
Dão-Lafões	148.325.945	8,24	25,08	554
Médio Tejo	218.416.098	12,14	27,41	990
Oeste	174.280.450	9,69	27,89	481
Pinhal Interior Norte	103.551.114	5,76	25,40	788
Pinhal Interior Sul	26.593.658	1,48	41,98	653
Pinhal Litoral	117.949.486	6,56	22,71	452
Serra da Estrela	22.319.060	1,24	21,49	510
Região Centro	1.799.280.134	100,00	30,07	773

Uma análise sumária da tabela 23 permite destacar as seguintes conclusões:

- Mais de 50% do volume de investimento está concentrado em apenas 3 sub-regiões: Baixo Mondego (23%), Baixo Vouga (17%) e Médio Tejo (12%);
- A taxa média de esforço (componente do investimento total aprovado não financiado) da Região Centro é de 30, destacando-se as sub-regiões do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Sul como as aquelas que apresentam os valores mais elevados (aproximadamente 40). O valor da taxa de esforço para os municípios da CI Região de Aveiro segue aproximadamente a média da Região NUTS II de referência.
- O investimento *per capita* médio da região é de 773 euros por habitante, sendo o da sub-região do Baixo Vouga o quinto mais elevado com 832 euros por habitante. As sub-regiões com valores de investimento *per capita* mais elevados são a Beira Interior Norte e o Baixo Mondego, com 1215 e 1148 euros por habitante, respetivamente.

B) Os municípios da CI Região de Aveiro

A tabela 24 apresenta o número de projetos e o volume de investimento total aprovado por cada município (montantes mínimos, máximos e médio).

Tabela 24 – Indicadores gerais do investimento aprovado na CI Região de Aveiro (€)

Concelho	Número de projetos		Investimento				
	Total	%	Total	%	Mínimo	Máximo	Per capita
Águeda	50	17,0%	40.767.200	13,7%	20.527	5.654.798	854
Albergaria-a-Velha	14	4,8%	12.354.162	4,2%	72.763	2.533.998	489
Anadia	18	6,1%	18.068.714	6,1%	57.970	3.694.340	620
Aveiro	70	23,8%	77.791.665	26,2%	31.760	7.061.423	992
Estarreja	25	8,5%	15.953.020	5,4%	19.318	3.820.650	591
Ílhavo	23	7,8%	33.968.459	11,5%	50.317	4.255.456	880
Murtosa	9	3,1%	6.135.115	2,1%	21.726	1.884.404	580
Oliveira do Bairro	21	7,1%	40.141.986	13,5%	15.125	5.376.307	1743
Ovar	37	12,6%	26.849.558	9,1%	22.680	4.666.830	485
Sever do Vouga	14	4,8%	11.479.052	3,9%	42.447	6.203.087	929
Vagos	13	4,4%	13.029.928	4,4%	48.304	3.436.414	570
CI Região de Aveiro	**294**	100,0%	296.538.859	100,0%	15.125	7.061.423	801

Do mesmo modo, destaca-se da análise da tabela 24 o seguinte:

- Para um total de 294 projetos aprovados na CI Região de Aveiro, evidenciam-se os municípios de Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro com mais de 50% dos projetos aprovados do total.
- De realçar que 4 dos 11 municípios da CI Região de Aveiro são responsáveis por 65% do montante total de investimento, em euros - Aveiro, Águeda, Oliveira do Bairro e Ílhavo.
- Apesar de Águeda ter um volume de investimento equivalente ao de Oliveira do Bairro (40 milhões de euros), o primeiro, tem mais do dobro do número de projetos aprovados, resultando, num caso, o de Águeda, o menor volume de investimento por projeto (aproximadamente 800 mil euros) e, no outro, o de Oliveira do Bairro, o maior volume de investimento por projeto (aproximadamente 2 milhões de euros).
- Oliveira do Bairro é também o município com maior investimento per capita (1743 euros por habitantes), aproximadamente o dobro do segundo maior investimento per capita (Aveiro com 992 euros por habitante) da região.

A tabela 25 descreve de forma cruzada o investimento em euros da tipologia com a categoria de intervenção. O resultado da análise desta tabela permite aferir qual a incidência do tipo de investimento da Região de Aveiro.

Tabela 25 – Tipologias e categoria de intervenção: Investimento total aprovado (€)

		Categoria de Intervenção						Total	
		Equipamento		Imaterial		Infraestruturas			
Tipologia de Intervenção	Estudos	0	0,0	13.984.349	100,0	0	0,0	13.984.349	100
		0,0		55,9		0,0		5,1	
	Intervenção no existente	70.681.238	50,2	11.023.881	7,8	58.986.060	41,9	140.691.179	100
		34,7		44,1		86,6		47,0	
	Novo	132.719.155	93,6	0	0,0	9.144.176	6,4	141.863.331	100
		65,3		0,0		13,4		47,8	
	Total	203.400.393	68,6	25.008.230	8,4	68.130.236	23,0	296538859	
		100,0		100,0		100,0			

Sumariamente, destaca-se:

- Ao nível da categoria de intervenção, verifica-se que aproximadamente 70% do investimento na Região de Aveiro é realizada em equipamentos; e 23% em infraestruturas. O investimento imaterial é, neste contexto, bastante residual.
- No que se refere ao tipo de intervenção, 95% do investimento diz respeito a intervenções novas ou a intervenções no existente, sendo o investimento alocado a estudos de apenas 5%.
- Uma análise mais detalhada permite concluir que:
    - Os equipamentos novos aparecem em destaque pelo forte investimento da região no seu parque escolar. Os equipamentos culturais são também parte importante deste investimento.
    - O volume de investimento em infraestruturas justifica-se, na sua maioria, pela adesão dos municípios aos programas de regeneração urbana, mas também pela necessidade de infraestruturar devidamente as zonas onde se localizaram os novos equipamentos.
    - O investimento imaterial não pode ser totalmente dissociado da componente material, uma vez que, grande parte dele, resulta da definição de estratégias de animação e monitorização dos espaços construídos e de programas de incentivo à modernização administrativa. Há também toda a componente de estudos relacionada com a valorização e qualificação ambiental da região, em especial da Ria de Aveiro.
    - As intervenções no existente são resultado da forte adesão dos municípios da região às políticas e programas de regeneração urbana, seja na componente de mobilidade territorial seja na componente de requalificação e reabilitação do edificado degradado ou desocupado.

As tabelas 26 e 27 descriminam o investimento total aprovado nos setores público e privado de acordo com a tipologia e a categoria, respetivamente.

Tabela 26 - Tipo de promotor e tipologias de intervenção: Investimento total aprovado (€)

		Tipologia de Intervenção						Total	
		Estudos		Intervenção no Existente		Novo			
Beneficiário	Privado	3.167.720	13,1	15.884.793	65,4	5.219.898	21,5	24.272.411	8
		22,7		11,3		3,7		8,2	
	Público	10.816.629	4,0	124.806.386	45,8	136.643.433	50,2	272.266.448	92
		77,3		88,7		96,3		91,8	
	Total	13.984.349	4,7	140.691.179	47,4	141.863.331	47,8	296.538.859	
		100,0		100,0		100,0			

Da tabela 26, pode-se aferir que:

- A maior parte do investimento está, como era expectável, no setor público (92%), essencialmente por dois motivos:
  - A requalificação urbana, reorganização do parque escolar, rede de equipamentos culturais são áreas de quase exclusiva atividade do setor público, fazendo deste promotor o principal beneficiário do FEDER.
  - Os incentivos para os setores públicos e privados são diferentes; a taxa de financiamento dos privados raramente passa os 50%, enquanto no público ronda os 85%.
- O grande volume de investimento em intervenções no existente e intervenções novas (95,3%) advém da forte componente de investimento nas áreas da regeneração urbana e da reorganização do parque escolar.
- O setor público investe mais, quando comparado com o setor privado, em intervenções no existente e intervenções novas, enquanto o setor privado investe mais em estudos.

Tabela 27 - Tipo de promotor e categoria de intervenção: Investimento total aprovado (€)

		Categoria de Intervenção						Total	
		Equipamento		Imaterial		Infraestruturas			
Beneficiário	Privado	15.345.385	63,2	6.510.946	26,8	2.416.080	10,0	24.272.411	8,0
		7,5		26,0		3,5		8,2	
	Público	188.055.008	69,1	18.497.284	6,8	65.714.156	24,1	272.266.448	92,0
		92,5		74,0		96,5		91,8	
	Total	203.400.393	68,6	25.008.230	8,4	68.130.236	23,0	296.538.859	
		100,0		100,0		100,0			

O mesmo exercício, considerando a categoria de intervenção, permite reforçar os argumentos apresentados anteriormente, isto é, o volume de investimento em equipamentos é claramente dominante, quer do lado público como do privado. O setor público tende a investir mais em infraestruturas e o setor privado em investimentos de natureza imaterial.

As tabelas 28 e 29 apresentam a informação relativa ao investimento total aprovado, por concelho, desagregando por categorias e tipologias de intervenção.

Tabela 28 – Tipo de promotor por concelho (€)

Concelho	Privado		Público		Total
	Euros	%	Euros	%	Euros
Águeda	7.132.652	17,5	33.634.548	82,5	40.767.200
Albergaria-a-Velha	2.160.827	17,5	10.193.336	82,5	12.354.162
Anadia	844.099	4,7	17.224.614	95,3	18.068.714
Aveiro	5.846.740	7,5	71.944.925	92,5	77.791.665
Estarreja	509.055	3,2	15.443.965	96,8	15.953.020
Ílhavo	4.544.546	13,4	29.423.913	86,6	33.968.459
Murtosa	147.000	2,4	5.988.115	97,6	6.135.115
Oliveira do Bairro	288.664	0,7	39.853.321	99,3	40.141.986
Ovar	1.993.105	7,4	24.856.453	92,6	26.849.558
Sever do Vouga	486.243	4,2	10.992.809	95,8	11.479.052
Vagos	319.480	2,5	12.710.448	97,5	13.029.928
Total	24.272.411	8,2	272.266.448	91,8	296.538.859

Destacam-se os concelhos de Albergaria-a-Velha, Águeda e Ílhavo como os que têm maior componente de investimento privado, todos acima de 10%.

Tabela 29 – Categoria de intervenção por concelho (€)

Concelho	Equipamentos		Imaterial		Infraestruturas	
Águeda	24.516.407	60,1	1.790.998	4,4	14.459.795	35,5
Albergaria-a-Velha	10.002.537	81,0	1.540.109	12,5	811.516	6,6
Anadia	9.090.932	50,3	382.017	2,1	8.595.764	47,6
Aveiro	54.346.725	69,9	17.642.158	22,7	5.802.782	7,5
Estarreja	12.834.750	80,5	722.921	4,5	2.395.350	15,0
Ílhavo	23.844.160	70,2	50.317	0,1	10.073.981	29,7
Murtosa	3.423.665	55,8	635.634	10,4	2.075.816	33,8
Oliveira do Bairro	31.375.991	78,2	243.975	0,6	8.522.019	21,2
Ovar	14.645.483	54,5	1.422.509	5,3	10.781.567	40,2
Sever do Vouga	8.311.943	72,4	486.243	4,2	2.680.867	23,4
Vagos	11.099.149	85,2	0	0,0	1.930.779	14,8
Total	203.491.743	68,6	24.916.880	8,4	68.130.236	23,0

Muito sumariamente, destaca-se:

- Vagos e Albergaria-a-Velha e Estarreja, dando prevalência ao investimento em equipamentos;
- Aveiro por ser o concelho onde o investimento na componente de natureza imaterial é significativo (23%);
- Anadia e Ovar por apostarem em investimentos em infraestruturas.

Tabela 30 – Tipologia de intervenção por concelho (€)

Concelho	Estudos		Intervenção no existente		Novo	
Águeda	2.210.185	5,4	19.417.955	47,6	19.139.060	46,9
Albergaria-a-Velha	520.371	4,2	1.904.017	15,4	9.929.774	80,4
Anadia	382.017	2,1	10.212.461	56,5	7.474.235	41,4
Aveiro	10.006.368	12,9	37.842.658	48,6	29.942.639	38,5
Estarreja	361.524	2,3	5.969.046	37,4	9.622.449	60,3
Ílhavo	141.667	0,4	20.058.264	59,0	13.768.528	40,5
Murtosa	488.634	8,0	2.645.111	43,1	3.001.370	48,9
Oliveira do Bairro	55.125	0,1	12.077.684	30,1	28.009.177	69,8
Ovar	883.570	3,3	17.390.219	64,8	8.575.769	31,9
Sever do Vouga	179.580	1,6	9.639.298	84,0	1.660.174	14,5
Vagos		0,0	2.289.773	17,6	10.740.155	82,4
Total	15.229.041	5,1	139.446.487	47,0	141.863.331	47,8

A análise da tabela 30 permite concluir o seguinte:

- Aveiro, tal como anteriormente referido ao nível do investimento imaterial, é o concelho que se destaca por ter um peso de investimento em estudos considerável (13%);
- Sever do Vouga assume um peso de investimentos em intervenções no existente muito significativo (84%);
- Vagos e Albergaria-a-Velha têm uma forte componente de investimento em novas intervenções (também o tinham em equipamentos).

C) Dimensões fundamentais dos investimentos

Neste ponto recorreu-se a metodologias de análise multivariada (análise fatorial de componentes principais e análise de clusters) de modo a organizar a informação em dimensões consideradas fundamentais, que permitam caracterizar o perfil de investimentos de cada um dos concelhos. Dos resultados da análise fatorial resultaram 6 componentes principais, que descrevem:

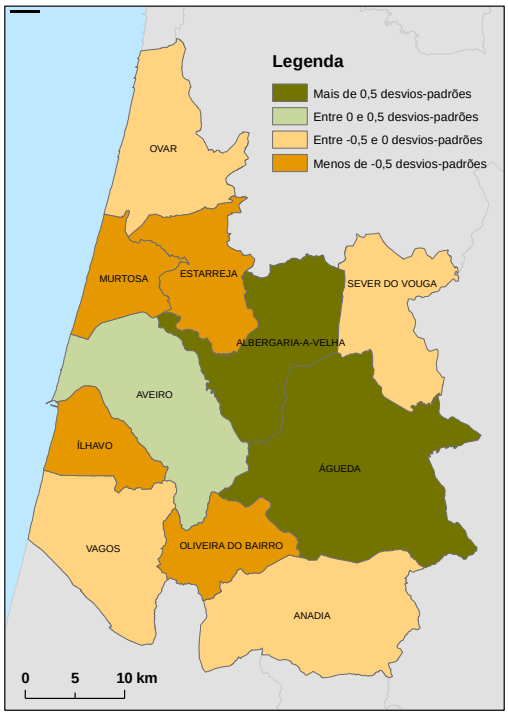
- Tipo de beneficiário/promotor;
- Esforço do município;
- Intensidade de investimento;
- Dispersão de investimento;
- Intensidade em investimento material;
- Intensidade em investimento imaterial no existente.

Os resultados são apresentados de forma padronizada em valores Z (para que possam ser comparáveis entre si), significando que a média é medida pelo valor zero e a variação é feita em desvios padrões (que podem ser negativos ou positivos conforme estejam acima ou abaixo da média dos indicadores respetivos).

i) Tipo de beneficiário/promotor

Este indicador mede o peso do investimento privado (medido em número de projetos aprovados) em cada um dos municípios. Valores mais elevados deste indicador indicam uma percentagem maior do número de projetos com promotores privados; ao invés, valores baixos indicam maior peso do investimento público. Uma análise essencialmente descritiva do mapa 24 permite aferir que o maior número de investimentos privados (medido em número de projetos aprovados) ocorre nos municípios de Albergaria-a-Velha e Águeda (com aproximadamente 50), em contraponto com os municípios de Ílhavo, Murtosa, Estarreja e Oliveira do Bairro, onde o peso de investimento público é mais significativo (apenas 9% a 14% é privado).

Mapa 25 – Investimento por promotor (privado)



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

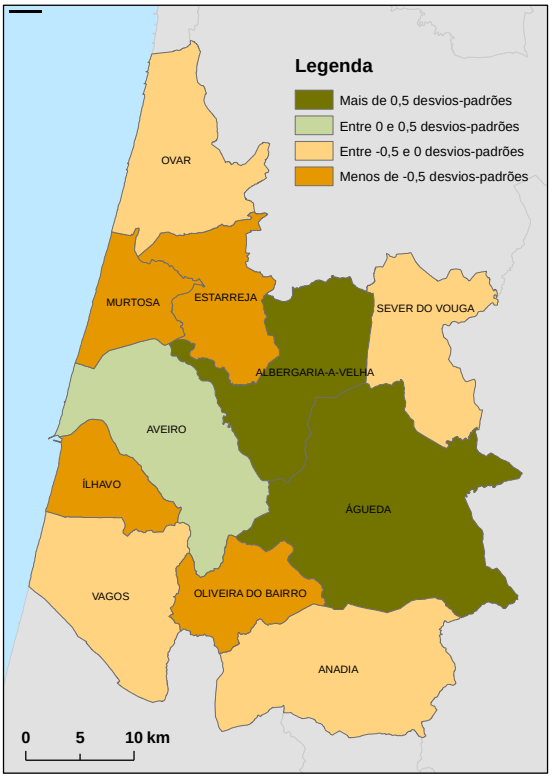
ii) Esforço do município (componente do investimento não financiado)

Para o cálculo deste indicador foram considerados dois dados de base, o total de investimento aprovado, em euros, e o montante de investimento financiado, também, em euros. Dos resultados apresentados destaca-se que os municípios com maior capacidade de esforço de investimento são: Vagos, Ovar, Oliveira do Bairro, Ílhavo e Aveiro, com investimentos próprios acima dos 35%; por outro lado os municípios da Murtosa e Sever do Vouga são aqueles que apresentam os valores mais baixos, inferiores a 20% (Mapa 25).

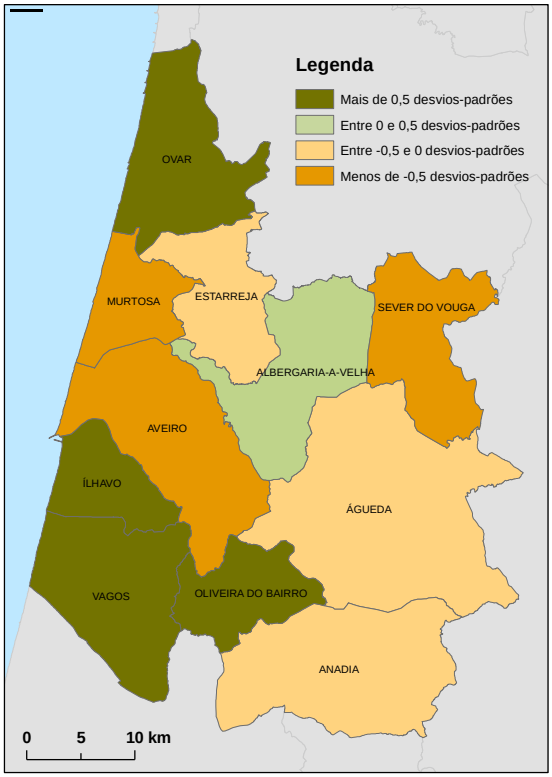
iii) Intensidade de investimento

A intensidade de investimento é um indicador compósito que agrega o investimento *per capita* (euros por número de habitantes) e o investimento médio por projeto (euros por projetos). A este nível destacam-se os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, como aqueles que obtiveram, um volume de investimento maior, em contraponto com Oliveira do Bairro, Ílhavo, Vagos, Murtosa e Estarreja que se apresentam como os municípios com menores intensidades de investimento (mapa 26).

Mapa 26- Esforço de investimento por município
(componente do investimento não financiado)



Mapa 27 – Intensidade de Investimento



Fonte:
Elaboração própria (origem dos dados: INE)

iv) Dispersão de investimento

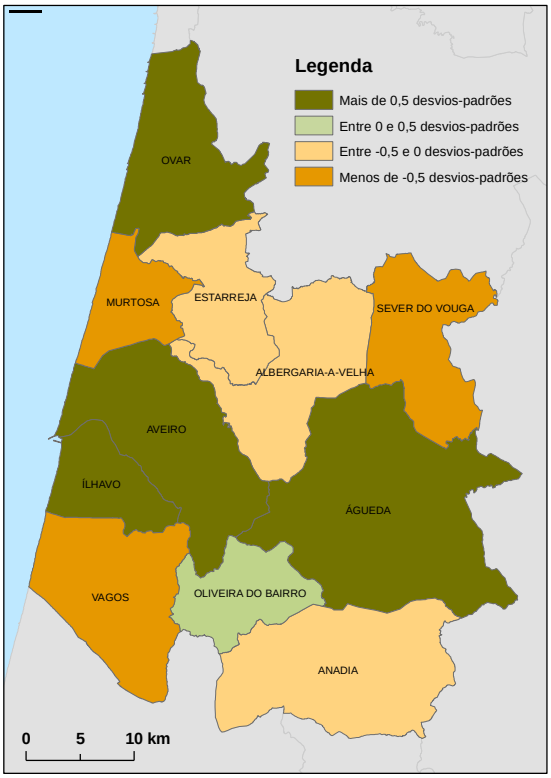
Este indicador de dispersão (Mapa 27) considera o índice de Herfindahl e o total de investimento; e traduz o maior ou menor desequilíbrio que existe nos investimentos em cada município. Assim, um alto valor deste indicador significa que o município tem projetos com grandes montantes de investimento e outros com baixos, por outro lado, a tendência para uma homogeneidade de investimento resulta de um indicador baixo de dispersão. Os concelhos com níveis elevados de dispersão de investimento são: Aveiro, Águeda, Ovar e Ílhavo; enquanto Sever do Vouga, Vagos e Murtosa apresentam uma maior concentração de investimento, pela razão de que têm também um menor número de projetos aprovados.

v) Investimento material

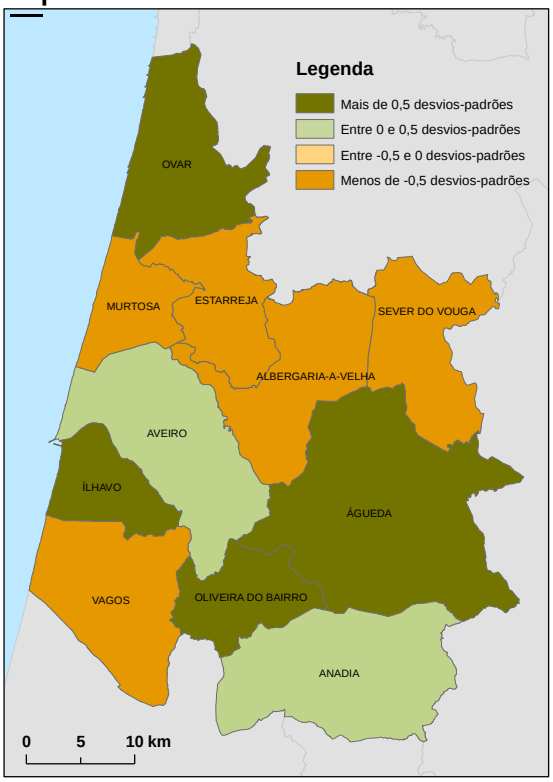
O investimento material resulta da agregação de dois indicadores inversamente correlacionados: investimentos em infraestruturas e estudos. Aqueles concelhos que apresentam níveis altos de investimento em infraestruturas têm investimentos baixos em estudos. Assim, podemos ver pelo mapa abaixo que os concelhos com incidência de investimento na componente material são: Águeda, Ílhavo, Ovar e Oliveira do Bairro (Mapa 28).

Mapa 28 – Dispersão de investimento

Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)



Mapa 29 – Investimento imaterial



vi) Investimento imaterial no existente

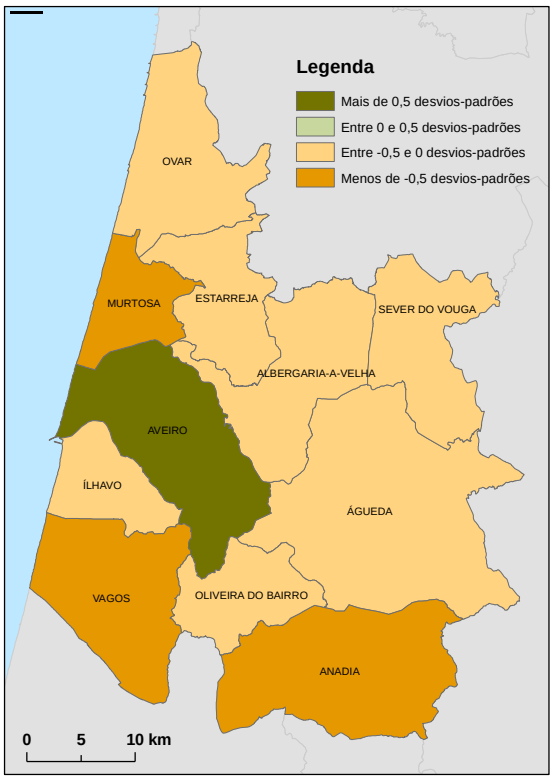
O investimento imaterial no existente permite destacar o concelho de Aveiro como aquele que mais investe na componente imaterial (informação que tinha resultado de análises anteriores) Mapa 29).

A) Taxonomia de investimento

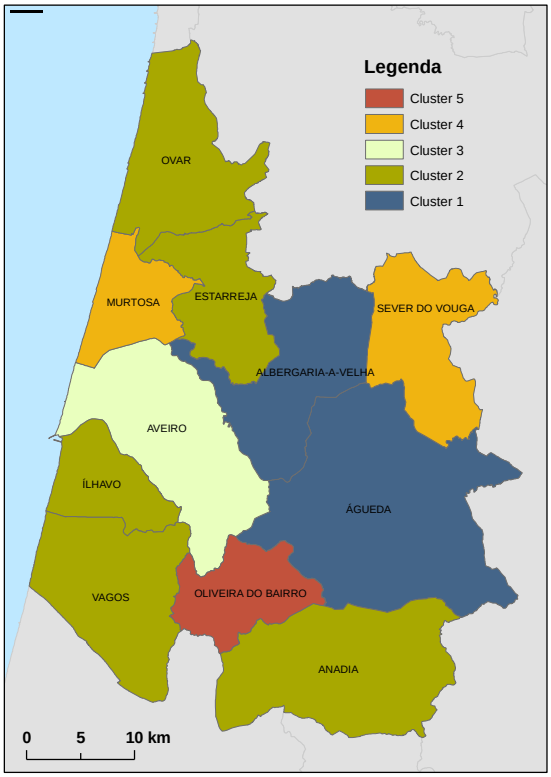
O mapa 30 e os dados da tabela são resultados da aplicação de uma análise de clusters[4]. O objetivo deste exercício é obter agrupamentos de municípios que partilhem tipologias de investimento semelhantes. Obtiveram-se, de forma bastante clara, 5 diferentes grupos.

[4] Considerando a metodologia hierárquica, método de agregação Ward e distâncias Euclideanas.

Mapa 30 - Investimento imaterial no existente



Mapa 31 – Clusters municipais de investimento



Fonte: Elaboração própria (origem dos dados: INE)

Tabela 31 – Caracterização dos clusters

	Investimento material	Investimento imaterial no existente	Nível de esforço	Promotor privado	Intensidade de investimento	Dispersão de investimento
Cluster 1	0,27	-0,21	0,02	**1,87**	**-0,49**	0,35
Cluster 2	0,21	-0,31	**0,53**	**-0,44**	-0,33	0,03
Cluster 3	-0,05	**2,99**	**-1,12**	0,09	0,19	**1,86**
Cluster 4	**-1,14**	-0,30	**-1,29**	-0,49	-0,07	**-1,39**
Cluster 5	**0,73**	-0,40	**1,02**	-0,64	**2,59**	0,09

Cluster 1

Neste agrupamento estão os municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha. Caracterizam-se por terem um conjunto de investimentos com uma forte componente privada (1,9 desvios-padrões acima da média), não sendo contudo, uma intensidade de investimento considerável (0,5 desvios-padrões abaixo da média), isto é, são muitos projetos e pequenos, em termos de volume de investimento.

Cluster 2

Neste grupo estão os municípios que obtiveram maior nível de esforço ao mesmo tempo que se caracterizam por ter uma percentagem bastante abaixo da média de investimentos promovidos por privados. Os municípios associados a este agrupamento são: Anadia, Estarreja, Ílhavo, Ovar e Vagos.

Cluster 3

O cluster 3 é composto apenas por um município. Aveiro, tal como tinha sido evidenciado anteriormente, assume-se como o concelho que mais investe na componente imaterial, com um nível de comparticipação bastante acima da média, quando comparado com todos os outros concelhos.

Cluster 4

Os municípios da Murtosa e Sever do Vouga agregam-se num mesmo agrupamento caracterizado por ter uma componente de investimento material muito abaixo da média (-1,14 desvios-padrões), um nível de esforço também muito abaixo da média, mas uma concentração de investimento muito acima de todos os outros municípios.

Cluster 5

Por fim, o quinto cluster, é composto apenas pelo município de Oliveira do Bairro, por ter sido o concelho com a maior intensidade de investimento (2,59 desvios-padrões acima da média), essencialmente de natureza material, e um forte nível de esforço.

B) Sistemas de Incentivos

Os Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas são instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional e visam o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, favorecendo o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia e priorizando o apoio a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis.

Importa ter presente os investimentos realizados pelas empreses da Região, cofinanciados pelos Sistemas de Incentivos às Empresas, em que o Mais Centro é Autoridade de Gestão. A tabela seguinte apresenta esses investimentos e o respetivo FEDER aprovado, bem como o número de projetos, por tipologia.

Tipologia	Elegível Aprovado	Feder Aprovado	Nº de Projetos
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	71.281.698,14	46.678.403,10	85
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	12.602.885,03	7.807.902,01	44
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	32.623.707,14	16.703.268,12	304
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro empresas	14.431,79	11.932,12	1
Total	**116.522.722,10**	**71.201.505,35**	**434**

Destaca-se o elevado número de projetos, distribuídos por todos os municípios e o facto do FEDER aprovado representar aproximadamente ¼ do FEDER aprovado para a Região de Aveiro, através do Programa Operacional do Centro - Mais Centro.

A.2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Sistema Científico Regional

O sucesso das regiões no próximo período de programação está dependente de uma estratégia de especialização inteligente, sendo neste contexto atribuído um papel central às instituições de ensino superior como centros de conhecimento.

As universidades podem constituir-se como contributo efetivo no desenvolvimento regional, nomeadamente pelo potencial do conhecimento em termos de inovação, pela transferência de conhecimento e tecnologia, pela formação dos cidadãos para o mercado de trabalho e formação ao longo da vida, pelo desenvolvimento de serviço comunitário e pela capacitação institucional da Região. A integração destes quatro domínios está totalmente alinhada com o seu contributo para os Sistemas Regionais de Inovação.

No âmbito da Região de Aveiro, a Universidade de Aveiro (UA) desde logo criou uma forte ligação à sociedade, valorizando quer os seus recursos, quer as dinâmicas empresariais da Região de Aveiro, o que se comprova pelas áreas científicas onde mais cedo se afirmou - telecomunicações, cerâmica e vidro e ambiente.

Refira-se a preocupação crescente da UA na resposta aos desafios societais, que se tem vindo a traduzir na aposta em novas áreas de investigação.

Hoje as áreas do conhecimento trabalhadas na Universidade de Aveiro são muitas, havendo massa crítica e capacidade instalada para dar resposta, numa base interdisciplinar, a muitas das necessidades do setor empresarial, bem como aos desafios regionais e societais.

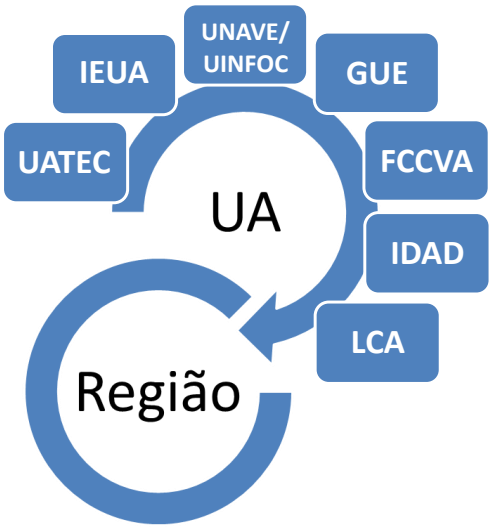
Cooperação

Ao nível da cooperação são três os vetores estratégicos da UA: o desenvolvimento económico, social e cultural da Região, a transferência de conhecimento e o empreendedorismo.

Neste âmbito, a Universidade de Aveiro conta com unidades de interface (Figura 29) que desenvolvem atividades que fomentam o empreendedorismo e transferência de conhecimento e a conversão do mesmo em valor económico, entre outras atividades. Destaca-se desse conjunto de unidades, a Unidade de Transferência de Tecnologia (UATEC), que tem como missão o apoio à proteção e gestão dos direitos de propriedade intelectual e a sua valorização comercial, o fomento do empreendedorismo e o apoio à promoção da inovação empresarial, e a Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro (IEUA), que promove e apoia a criação e desenvolvimento sustentado de projetos empresariais inovadores e de base tecnológica, atuando igualmente como catalisador do empreendedorismo e fornecedor dos serviços de incubação. Refira-se, ainda, a Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro (UNAVE) e a Unidade Integrada de Formação Continuada (UINFOC) que asseguram formação profissional e formação ao longo da vida nas áreas de maior relevo para o setor empresarial e para a sociedade em geral; o Gabinete Universidade-Empresa (GUE) que tem como principal missão promover, de forma estruturada e agrupada, o Portefólio de Competências e Serviços da UA junto do tecido empresarial e outras entidades públicas e privadas; a Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro (FCCVA) que promove a divulgação da cultura científica; o Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD), que presta serviços relacionados

com as necessidades ambientais do setor empresarial; e o Laboratório Central de Análises (LCA), que presta serviços de análise.

Figura 29: Unidades de Interface da UA facilitadoras da Cooperação com a Região



A cooperação com a Região de Aveiro encontra-se também consolidada ao nível da colaboração interinstitucional com os municípios, existindo já um histórico de desenvolvimento de projetos conjuntos, numa base colaborativa.

O início desta base colaborativa remonta ao desenho do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região, mas várias foram as colaborações que se seguiram e com o envolvimento de outros parceiros institucionais da Região, a saber:

i) PRAGORA - Programa de Apoio à Governança da Região de Aveiro;

ii) Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, com apostas inovadoras nas áreas da cultura, saúde e bem estar e sustentabilidade ambiental, como forma de dar resposta a desafios societais;

iii) Parcerias para a Regeneração Urbana (com Águeda, Aveiro, Ílhavo e Ovar);

iv) Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território (Ex. Eficiência Hídrica em Espaços Públicos);

v) Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro;

vi) Estratégias de Eficiência Coletiva (Ex. Cluster para o Conhecimento e a Economia do Mar);

vii) Ações coletivas (Ex. Aveiro Empreendedor);

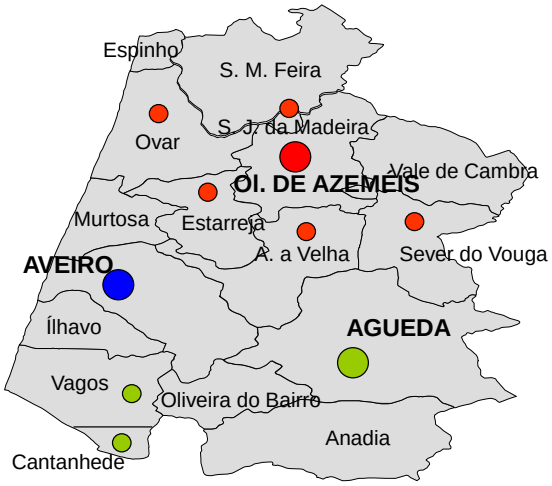
vii) Parque de Ciência e Inovação a instalar num espaço com cerca de 35ha contíguo à Universidade de Aveiro, localizado nos municípios de Ílhavo e Aveiro, que será um promotor estratégico e operacional de projetos de inovação e empreendedorismo, disponibilizando, a partir de 2014, espaços qualificados para projetos inovadores,

empresas e spin-offs, laboratórios de uso comum e serviços especializados de apoio, nomeadamente, para a inserção em redes e programas internacionais de inovação. Refira-se que as áreas de aposta estratégica do Parque são TICE, Materiais, Mar, Agroindustrial e Energia, áreas de reconhecimento da Universidade de Aveiro em termos científicos e de investigação.

Ensino

Ao nível do ensino, a Universidade de Aveiro e as suas quatro Escolas Politécnicas - Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias de Produção Aveiro Norte (ESAN), Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (ESSUA), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) e Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA) - disponibilizam um vasto conjunto de formação nas mais diversas áreas do saber, nomeadamente de 1.º, 2.º e 3.º ciclos de ensino universitário (29 licenciaturas, 7 mestrados integrados, 68 mestrados e 41 programas doutorais), formação de ensino politécnico (19 licenciaturas e 4 mestrados), bem como formação não conferente de grau (sem ciclo) – formações pré-Bolonha (11), cursos de especialização (10), cursos de formação avançada (2) e cursos de especialização tecnológica - ensino pós-secundário profissionalizante (19).

Figura 30 – Rede de ensino da UA na Região



Na Figura 30 encontra-se representado o ensino em rede com a Região onde a UA se insere, encontrando-se representado a localização das escolas politécnicas e os municípios com disponibilização de cursos de especialização tecnológica

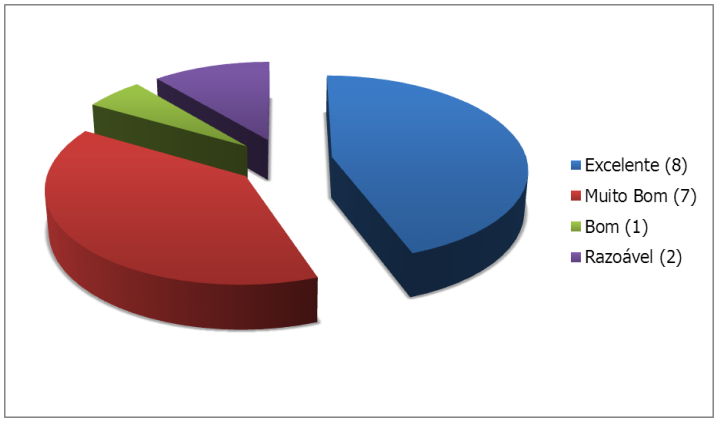
Desde cedo a Universidade procurou no exterior estágios para os alunos de licenciatura, o que permitiu uma aproximação às comunidades empresarial e institucional da Região, bem como um ajuste dos planos curriculares à realidade da sociedade envolvente. Atualmente, ao nível do 2.º ciclo também já existe a possibilidade da componente não letiva se realizar sob a forma de dissertação/ estágio/ projeto em contexto de trabalho, o que reforçará esta aproximação e potenciará a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Os doutoramentos em ambiente empresarial têm igualmente vindo a ser promovidos.

A formação continuada ao longo da vida, como já foi referenciado, é também uma das apostas da UA.

Investigação

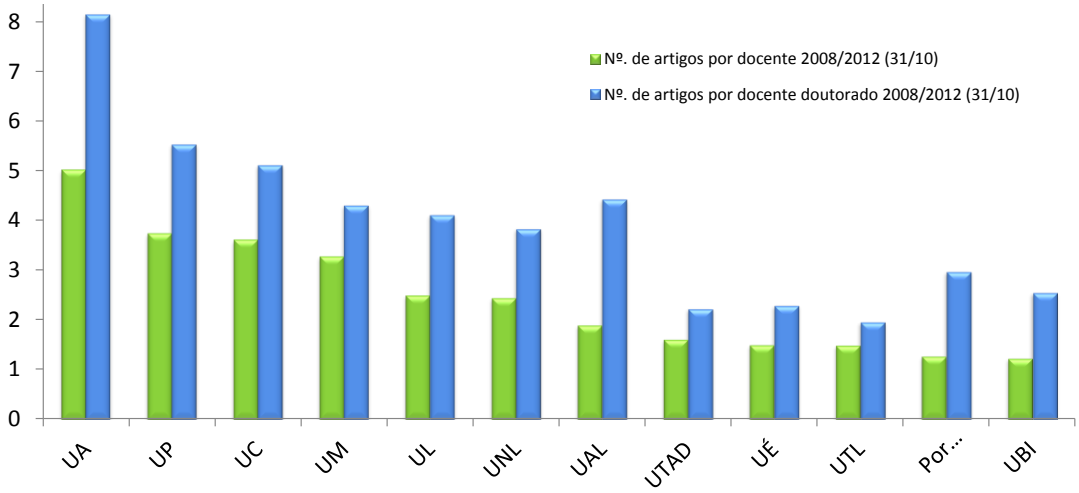
A Universidade de Aveiro e as suas unidades e centros de investigação constituem referências de âmbito nacional e internacional na produção científica em domínios diversos, desde as artes e humanidades, às ciências da engenharia e tecnologias. Existem 18 unidades de investigação, na sua maioria muito bem posicionadas no âmbito da avaliação efetuada pela FCT (Figura 40).

Figura 31 – Classificação das unidades de investigação



Os investigadores estão ativamente envolvidos em investigação de vanguarda e com elevado impacto na sociedade, sendo a UA a universidade portuguesa com maior produção científica *per capita* (figura 41).

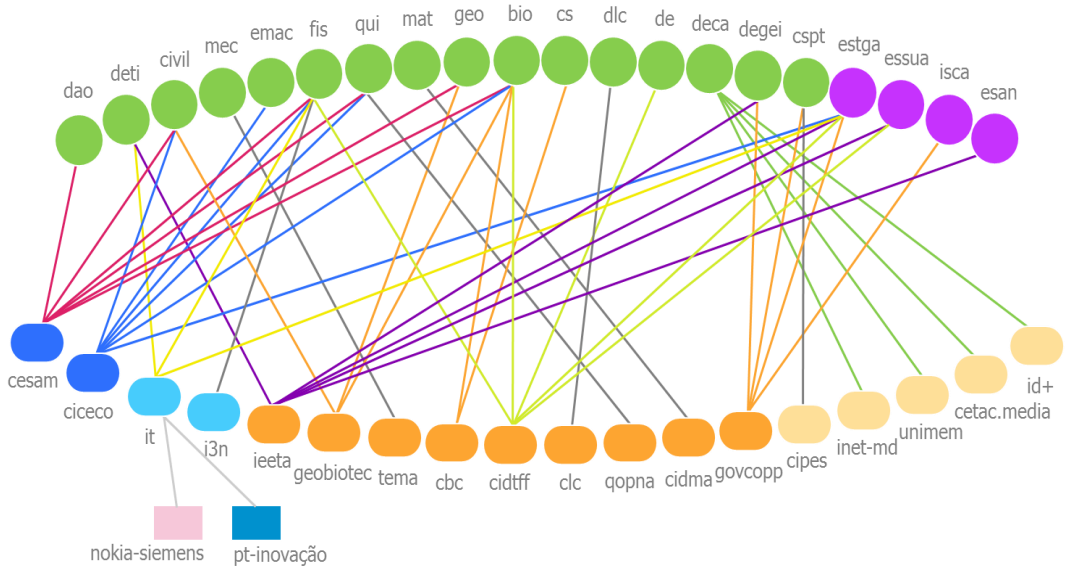
Figura 32 – Número de artigos publicados por docente



Os quatro Laboratórios Associados nas áreas de Ambiente e Mar, Materiais e TICE e as 14 unidades de investigação da UA, cooperam de forma estável, competente e eficaz no âmbito das suas áreas de investigação e desenvolvem investigação de ponta em áreas estratégicas, com vista a contribuir para o desenvolvimento social e económico do país e da região.

A figura seguinte, com as unidades orgânicas, incluindo as 4 escolas politécnicas, representadas na parte superior e com as unidades de investigação representadas na parte inferior, ilustra a colaboração/ articulação entre todas, bem como a interdisciplinaridade existente na UA, o que favorece a coesão das suas áreas de missão e permite flexibilidade, capacidade de resposta e de produtividade, criativa e inovadora.

Figura 33 – Articulação de unidades e interdisciplinaridade na UA



Áreas de Especialização da UA ao nível de Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Mar e Ria

A localização da UA numa Região Costeira, onde se encontra a Ria de Aveiro, com uma forte cultura e tradição associadas ao Mar e à Ria, com inúmeras atividades económicas relacionadas, desde a pesca à construção naval, turismo, entre muitas outras, com toda a sua biodiversidade, e mesmo problemas de ordem ambiental e territorial, favoreceu um contexto de interesse de investigação pelo tema, que se tem vindo a alargar e a aprofundar ao longo dos anos. A UA possui um acervo de conhecimento e um histórico de colaboração com a Região muito valioso sobre o Mar e a Ria, tratando-se de uma das suas áreas de aposta estratégica.

Em todos os departamentos da UA, direta ou indiretamente, existe conhecimento e é desenvolvido trabalho relacionado com a área do Mar e da Ria, em particular nos departamentos de: Ambiente e Ordenamento; Biologia; Geociências; Física; Química; Economia, Gestão e Engenharia Industrial; Eletrónica, Telecomunicações e Informática; Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; Engenharia de Materiais e Cerâmica; Ciências Sociais e do Território; Design; Línguas e Literatura.

Existe na UA oferta formativa específica para esta área no âmbito dos três tipos de ciclos de estudos, nomeadamente a licenciatura em ciências do mar; os mestrados em Ciências do mar e das zonas costeiras e em Meteorologia e oceanografia física, e ao nível do 3.º ciclo existem duas ofertas - Ciências do mar (mares) - erasmus mundus; e Ciências do mar e do ambiente. Existe outra oferta formativa, que não sendo específica do mar, dá também conhecimentos úteis para trabalhar sobre este tema, nomeadamente nas áreas de ambiente, biologia, química, geologia, engenharia civil, turismo, ordenamento territorial. Refira-se também a oferta formativa das Escolas Politécnicas, nomeadamente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, os cursos de licenciatura em Gestão Pública e Autárquica e em Tecnologia da Informação. Existe ainda a capacidade na UA para oferecer cursos técnicos em temas específicos, à semelhança do 'Curso Técnico de Dragagens' organizado em parceria com a APA, bem como formação em terra e a bordo, à semelhança da 'Universidade Itinerante do Mar'.

São também diversas as Unidades de Investigação que se dedicam a este tema, como Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos (CICECO), o Instituto de Nanoestruruas, Nanomodelação e Nanofabricação-Física de Semicondutores em Camadas Optoelectrónicas e Sistemas Desordenados (I3N-FSCOSD), o Instituto de Telecomunicações (IT), o Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA), a Unidade de Investigação em Geobiociências, Geotecnologias e Geo-engenharias (GEOBIOTEC), a Unidade de Investigação em Tecnologia Mecânica e Automação (TEMA), a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) e a Unidade de Investigação em Química Orgânica de Produtos Naturais e Agroalimentares (QOPNA), sendo de destacar pela sua especificidade o CESAM - Laboratório Associado Centro de Estudos do Ambiente e do Mar. O CESAM, que integra cerca de 500 investigadores, desenvolve investigação na área do Ambiente Costeiro e Marinho, entendido de uma forma integrada envolvendo a atmosfera, a biosfera, a hidrosfera, a litosfera e a antroposfera. No âmbito da investigação, refira-se também a Cátedra CGD – Estudos do Mar.

Existem, ainda, na UA três estruturas específicas com enfoque na temática do Mar e da Ria, a saber: Instituto do Mar; Plataforma Tecnológica do Mar; e Grupo Ria de Aveiro.

O Instituto do Mar visa a coordenação das competências científicas e infraestruturas da Universidade de Aveiro ao nível da investigação costeira e marinha, para promover sinergias e eco-inovação, e estabelecer a ponte com os setores público e privado, refletindo as suas necessidades e desafios e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região e do país.

A Plataforma Tecnológica do Mar tem como objetivo a criação de um consórcio entre a UA (grupo de docentes/ investigadores) e empresas, que visa a articulação e concertação de competências para as frentes de I&DT, transferência de tecnologia, formação especializada e prestação de serviços na área do Mar.

O Grupo Ria de Aveiro é constituído por docentes/ investigadores com trabalho desenvolvido sobre a Ria que se interessam em transferir conhecimento para a Região tendo em vista a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro. Este grupo integra-se nas atividades do Instituto do Mar e articula-se com a Plataforma Tecnológica do Mar.

Este leque diversificado de unidades e estruturas da UA com muita dedicação e trabalho desenvolvido na área do Mar e da Ria dá à UA competências fortes nesta área no âmbito dos

seguintes domínios: recursos minerais e energéticos; recursos biológicos; impacto económico de biodiversidade, avaliação ambiental e sustentabilidade costeira e marinha; ordenamento e governança das zonas costeiras; turismo, recreio e lazer; portos, áreas portuárias e transportes marítimos; robótica, instrumentação marinha e telecomunicações; materiais e sistemas mecânicos e energéticos; informação, educação e sensibilização da comunidade escolar e da população em geral.

Estas competências têm permitido já uma vasta cooperação com a Região, não só em termos do desenvolvimento de projetos de extensão universitária/ prestações de serviços nas mais diversas áreas com entidades públicas e setor privado, mas também ao nível do envolvimento e presença/ participação no Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar (Associação OCEANO XXI), Associação Fórum Mar Centro, Grupo de Ação Costeira – Região de Aveiro, Polis Litoral Ria de Aveiro, entre outros.

Ainda o Parque de Ciência e Inovação, ao ter como umas das suas apostas estratégicas a área do Mar, evidencia as competências e a importância que a UA confere a esta temática.

Área Agroalimentar e Florestal

A indústria Agroalimentar é o maior setor transformador da Europa em termos de volume financeiro e de emprego e, como tal, constitui um setor essencial para a economia. O setor oferece um elevado potencial de crescimento económico e de desenvolvimento regional, proporcionando excelentes oportunidades para explorar a riqueza cultural europeia, a sua diversidade gastronómica e as suas tradições Agroalimentares.

O setor Agroflorestal envolve essencialmente 4 grandes fileiras – aglomerados e produtos da madeira; madeira de serração e mobiliário (associada ao pinheiro bravo), pasta e papel (muito baseada no eucalipto), e cortiça (proveniente do sobreiro), para além de outras atividades/ produções, como a valorização/ aplicação energética de biomassa, como a caça, a pesca, o pastoreio extensivo, as sementes e frutos, o mel, a resina, os cogumelos, etc. Trata-se de um setor também com forte potencial pela valorização do espaço florestal, contribuindo significativamente para uma melhoria da qualidade de vida da população das áreas rurais.

Refira-se que o território Agroflorestal representa uma parte muito significativa do território da Região de Aveiro.

Outra das suas áreas de aposta estratégica, a área Agroalimentar e Florestal é desenvolvida em várias unidades orgânicas da Universidade de Aveiro, nomeadamente nos departamentos de Química, Física, Ambiente, Biologia, Mecânica, e Eletrónica, Telecomunicações e Informática. A oferta formativa diversificada, sendo de destacar as licenciaturas na área de Química e mestrados em Química, em Bioquímica e em Biotecnologia, bem como os cursos existentes na área de Ambiente e Biologia.

As duas Unidades de Investigação mais dedicadas à área Agroalimentar e Florestal são a Unidade de Química Orgânica, Produtos Naturais e Agroalimentares e o Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos, mas também outras unidades da UA se dedicam a esta área, como o Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, o Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação-Física de Semicondutores em Camadas Optoelectrónicas e

Sistemas Desordenados, a Unidade de Tecnologia Mecânica e Automação, o Instituto de Engenharia Eletrónica e Telemática de Aveiro e o Laboratório de Análises da UA.

A Unidade de Investigação QOPNA foi criada na Universidade de Aveiro em 1992, sendo atualmente um dos melhores centros nacionais e de referência internacional nas áreas da Química Orgânica e Produtos Naturais, Química e Bioquímica Alimentar e Espectrometria de Massa. A missão da UI QOPNA consiste no desenvolvimento de novos estudos de transformações e de análise química e tecnológica para o melhoramento da vida humana em termos de alimentação, novos materiais e saúde.

O CICECO é o maior e o mais bem equipado laboratório português na área da ciência e engenharia dos materiais contando com cerca de 400 elementos (51 professores, 31 investigadores, 95 pós-docs, 98 estudantes de doutoramento, 107 estudantes de mestrado e 10 técnicos) provenientes dos Departamentos de Química, Engenharia de Materiais e Cerâmica, Física, Engenharia Civil e Biologia.

Refira-se que no âmbito da área Agroalimentar, a Universidade de Aveiro é parceiro fundador e membro ativo do Pólo de Competitividade e Tecnologia Agroalimentar (PCT-AA) e que foi recentemente criada na UA a Plataforma Tecnológica Agroalimentar, com o intuito de se criar um consórcio entre a UA (grupo de docentes/ investigadores) e empresas, tendo em vista a articulação de competências para as frentes de I&DT, transferência de tecnologia, formação especializada e prestação de serviços nesta área.

A UA tem desenvolvido diversos projetos com o setor empresarial da Região na área Agroalimentar, de que são exemplos, nomeadamente com a empresa Pascoal e Filhos, SA, o processo para reduzir o tempo de demolha de bacalhau, a otimização da secagem de bacalhau salgado verde, o estudo piloto de polifosfatos e cálcio e cinética e o mecanismo de demolha de bacalhau. É igualmente de referir a vasta atividade desenvolvida nos setores vitivinícola, frutícola e doçaria tradicional, entre outros.

Na área Florestal são exemplos os projetos desenvolvidos com o Instituto de Investigação da Floresta e Papel (RAIZ) na área da otimização dos processos de produção de pasta de papel a partir do eucalipto *E. globulus*, no desenvolvimento de novas aplicações para os resíduos e subprodutos industriais e no desenvolvimento de novos materiais.

Todo o trabalho desenvolvido nestas unidades dá à UA competências em termos de: Caracterização de aroma de alimentos, de defeitos e melhoramento das características sensoriais; Caracterização de polissacarídeos e implicações na textura de produtos em função de processos biológicos e de processamento; Gelificação a frio e criação de novas texturas por Alta Pressão; Reologia e textura de produtos agroalimentares; Desenvolvimento de metodologias instrumentais e sensores para controlo de qualidade; Microbiologia; Conservação de Alimentos; Pasteurização a frio de alimentos por Alta Pressão; Processos de secagem de produtos alimentares; Automação de equipamentos e processos; Valorização integrada da biomassa e resíduos das indústrias agroflorestais e agroalimentares para a produção de energia, produtos químicos e materiais (biorrefinaria); Valorização/ preservação da biodiversidade; Aproveitamento turístico; Prevenção de riscos (incêndios); Gestão integrada da floresta;

Sendo as atividades e os produtos tradicionais um dos principais elementos diferenciadores de um território, que lhe conferem competitividade e permitem, inclusivamente, a criação de postos de trabalho e a fixação de população, a aposta nos produtos tradicionais é uma linha potencial

de desenvolvimento e com capacidade para projetar a Região para o exterior, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Neste domínio específico, existem na UA competências nomeadamente ao nível de: segurança alimentar, monitorização da qualidade e dos processos de produção, certificação de produtos, caracterização, conservação, processamento e controlo de qualidade dos produtos, tecnologias de conservação de alimentos, entre outras.

Mais uma vez, a aposta na área Agroindustrial no Parque Ciência e Inovação evidencia o conhecimento existente e a importância desta temática para a UA e para a Região.

TICE

As TICE, ao permitirem encurtar a distância no âmbito dos contactos entre as pessoas e as organizações/ instituições e ao diminuir o fator de complexidade do tratamento e troca de informação, desempenham um papel fundamental na ocorrência de interações e no apoio aos processos de inovação. A utilização intensiva das TICE pode, pois, potenciar os processos de negócio e a capacidade de oferta de novos serviços, o que conduz ao aumento da produtividade, da capacidade de resposta e da capacidade competitiva. As tecnologias de informação, comunicação e eletrónica são um valioso instrumento para o desenvolvimento económico inteligente, sustentado e inclusivo, pelas suas aplicações transversais a todas as áreas do conhecimento, pela sua utilidade nas respostas aos desafios societais e pelo apoio à competitividade.

O setor das TICE possui um importante polo em Aveiro, associado à localização de um cluster de empresas, uma boa parte agregadas na Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro (Inova-Ria), de onde se destaca a Nokia Siemens Networks, SA. A PT Inovação é a maior empresa de telecomunicações do país, tendo localizado em Aveiro a sua única estrutura com responsabilidade de I&D e Inovação.

No âmbito de um conjunto de parceiros académicos e empresariais a nível nacional foi criado o Instituto de Telecomunicações na UA. A área das telecomunicações é, pois, uma das primeiras áreas em que a UA se afirmou, enquanto meio de formação de recursos humanos qualificados e especializados e enquanto local de investigação científica, tratando-se de uma das suas áreas de aposta estratégica.

Ao nível da investigação, para além do Instituto de Telecomunicações, existe também na UA o Instituto de Engenharia Eletrónica e Telemática de Aveiro. Essencialmente vocacionado para a investigação científica pré-competitiva, o IT com polos em Aveiro, Coimbra e Lisboa reúne mais de 400 colaboradores que trabalham em quatro grandes áreas: Comunicações Móveis, Comunicações Óticas, Redes e Comunicações Multimédia e Ciências Básicas e Tecnologias de Suporte das Telecomunicações. O IEETA desenvolve conhecimento nas áreas da engenharia eletrotécnica e informática em que tem atividade, designadamente Processamento de Sinal, Sistemas Embutidos, Sistemas Computacionais e Sistemas de Informação e Telemática, apostando na robótica móvel inteligente como a linha integradora, transversal, para a sua investigação. No âmbito da investigação, de referir também a Cátedra Nokia-Siemens em Telecomunicações.

A UA, através do seu Departamento de Eletrónica, Telecomunicações e Informática (DETI) tem uma oferta de formação inicial em 'computadores e telemática', 'eletrónica e telecomunicações',

'tecnologias e sistemas de informação', uma oferta de formação pós-graduada em 'computadores e telemática', 'eletrónica e telecomunicações', 'genómica e bioinformática', 'engenharia de automação industrial'; 'sistemas de informação', entre outros, e doutoramentos em 'engenharia eletrotécnica', 'engenharia informática', 'telecommunications – MAP tele', e 'computer science – MAP i'. Também nas Escolas Politécnicas da UA existe formação nesta área, como por exemplo na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, nomeadamente licenciatura em engenharia eletrónica, licenciatura em sistemas de informação e cursos de especialização tecnológica em instalação e manutenção de redes e sistemas informáticos, em instalações elétricas e automação industrial, e em tecnologias e programação de sistemas de informação.

No DETI e nas duas Unidades de Investigação referidas existem atividades de I&D em praticamente toda a cadeia de valor associada ao desenvolvimento de uma 'região inteligente' (que precisa de ser sustentada a vários níveis: aquisição e monitoração de dados, o seu armazenamento e processamento inteligente), desde os dispositivos eletrónicos, às telecomunicações e à informática, tendo como grande mais-valia uma enorme pluridisciplinaridade. O conhecimento existente inclui o desenvolvimento de redes de sensores, redes de dispositivos móveis, redes de computadores, redes veiculares, machine-to-machine, robótica inteligente, aplicações na área da saúde e apoio a idosos, armazenamento e processamento de forma inteligente de toda a informação, em quantidades enormes (big data), na cloud, e sistemas que apoiem a governação eletrónica e a tornem mais transparente e de acesso universal. Isto potencia o desenvolvimento de serviços mais inclusivos, sustentáveis e inteligentes, que atravessam de forma transversal as várias características de uma região inteligente nomeadamente a economia, mobilidade, ambiente, pessoas, modo de vida, governação, etc.

Refira-se, ainda, no âmbito do tema das TICE, que a UA é associada do Polo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT, cuja sede é em Aveiro. Este Polo pretende envolver e mobilizar os principais atores das TICE nos processos de inovação, I&DT, transferência de conhecimento, formação avançada, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços, marketing e internacionalização. Também a aposta das TICE no Parque Ciência e Inovação evidencia o conhecimento existente e a importância que esta temática alcançou na UA e na Região.

A existência de elevadas competências científicas nesta área na Região, com centros de I&D universitários e autónomos, bem como a presença de um ambiente empresarial direcionado para o mercado das TICE e a existência de um tecido produtivo diversificado, que pode beneficiar com o uso intensivo das TICE (em áreas como a saúde, os materiais, o turismo...), demonstra a importância da área da TICE.

Materiais

A área dos Materiais foi pioneira na UA (juntamente com a eletrónica) tendo em conta as necessidades da Região e o seu tecido industrial, tratando-se de uma área de aposta estratégica, tendo estado na sua génese o Departamento de Engenharia de Cerâmica. Em Portugal, a indústria Cerâmica concentra-se nesta região daí ter surgido a licenciatura em Engenharia Cerâmica e do Vidro, primeira e única no país. A evolução nas áreas de investigação e a cooperação com o tecido empresarial fez com que o departamento alargasse a sua área de

intervenção e competências para outros materiais (metais, compósitos, cerâmicos técnicos, etc...) denominando-se, atualmente, Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica (DEMaC).

A atividade na área dos Materiais não se restringe ao DEMaC, estando também fortemente enraizada nos departamentos de Química, Física, Engenharia Mecânica, Geociências e Engenharia Civil.

Na UA, a principal Unidade de Investigação que desenvolve atividade nesta área é o Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos. No entanto, existem outras Unidades de Investigação com um papel relevante, nomeadamente, o Centro de Tecnologia Mecânica e Automação (TEMA), a Unidade de Investigação em Geobiociências, Geotecnologias e Geo-engenharias e o Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação - Física de Semicondutores em Camadas Optoelectrónicas e Sistemas Desordenados.

Em particular, o CICECO, que como já foi referido é o maior e o mais bem equipado laboratório português na área da Ciência e Engenharia dos Materiais, cruza investigadores provenientes dos Departamentos de Química, Engenharia de Materiais e Cerâmica, Física, Engenharia Civil e Biologia, o que demonstra a grande interdisciplinaridade existente subjacente à área dos Materiais.

Refira-se que na área da Ciência dos Materiais, de acordo com o Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan (2011 HEEACT ratings), a UA está classificada como a melhor em Portugal, a 32ª na Europa e a 120ª a nível mundial. Relativamente ao número de citações na área dos Materiais, a UA está classificada no 86º lugar do mundo e no 12º lugar na Europa. No Ranking das Universidades Internacionais com menos de 50 anos (2012), a UA encontra-se na 66ª posição no mundo (nº1 em Portugal), e é também a melhor Universidade portuguesa no Ranking de Leiden (2012).

Em termos de oferta formativa, a UA tem uma variedade de possibilidades de formação na área de Materiais em todos os ciclos: a Licenciatura em Engenharia de Materiais; o Mestrado em Engenharia de Materiais (sem especialização e com especialização em processamento cerâmico), o Mestrado em Engenharia de Materiais – Erasmus Mundus, o Mestrado em Materiais e Dispositivos Biomédicos e dois Programas Doutorais: um em Ciência e Engenharia de Materiais e outro em Nanociências e Nanotecnologia. Muita desta oferta formativa é ministrada em colaboração com outros departamentos da UA, nomeadamente, a Engenharia Mecânica, a Química, a Física, a Biologia, a Eletrónica, Telecomunicações e Informática e a Secção Autónoma das Ciências da Saúde. Existe ainda um curso de especialização em temas de engenharia cerâmica. Ao nível da oferta formativa das Escolas Politécnicas da UA, refira-se por exemplo a licenciatura em Tecnologia e Design do Produto e o curso de especialização tecnológica em Projeto de Moldes, ambos da Escola Superior Aveiro Norte.

Existem também diversos projetos a decorrer na UA em parceria com empresas importantes da Região, como por exemplo com o grupo Portucel/Soporcel (papel), a Bosch (cerâmicos técnicos), a Prio (bio-combustíveis), a Simoldes (moldes), a Vista Alegre (cerâmica), a Corticeira Amorim (cortiça), entre outras.

Refira-se que na UA foi criado o Instituto de Nanotecnologia de Aveiro (AIN) que visa a coordenação, integração e promoção de competências científicas e infraestruturas da Universidade de Aveiro ao nível da nanotecnologia e nanociências, a troca de conhecimentos, a otimização de recursos e a projeção nacional e internacional da investigação desenvolvida. Este

Instituto une os esforços de três centros de investigação de excelência da UA, designadamente o CICECO, o TEMA e o I3N-FSCOSD nesta área transversal de atividade que é desenvolvida em 7 unidades orgânicas da UA, a saber: departamentos de Engenharia de Materiais e Cerâmica, Física, Engenharia Mecânica, Química, Engenharia Civil, Biologia e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda.

É ainda de referir a participação da UA no Cluster Habitat Sustentável, cuja sede é em Aveiro. A UA é entidade parceira desde o seu lançamento, evidenciando o seu interesse na área dos Materiais, neste caso de construção sustentável, bem como na melhoria da competitividade empresarial deste setor.

Acresce que também a área dos Materiais é uma das cinco áreas de aposta estratégica do Parque de Ciência e Inovação.

O conjunto de unidades da UA com trabalho de investigação desenvolvido em cooperação com o setor empresarial na área dos Materiais, bem como a diversidade de oferta formativa disponível, dá à UA competências fortes para trabalhar com o setor empresarial da Região no âmbito dos seguintes domínios: Cerâmica (tradicional e técnica); Cortiça; Moldes; Papel; Polímeros; Indústria Química (tintas, vernizes, resinas, etc); Conversão Fotovoltaica; Biocombustível; Indústria Extrativa; e Indústria Eletrónica. Acresce a estes domínios, a Reciclagem, em particular dos efluentes líquidos, lamas e outros subprodutos industriais para outros setores além dos mencionados anteriormente mas importantes na região, nomeadamente, a Indústria Metalomecânica e de Componentes Metálicos.

Turismo

O Turismo é uma atividade relevante no país, sendo inclusivamente um dos sete domínios diferenciadores da Região Centro, destacando-se o turismo natureza, o turismo aventura, o turismo cultural e o turismo religioso como apostas futuras. Tratando-se de uma importante fonte de receitas, a melhoria da qualidade dos serviços e produtos disponíveis, bem como a diversificação de oferta para um aumento do tempo médio de estada na Região, são dois desafios de grande relevância.

A UA, desde a sua génese, uma universidade inovadora e aberta à sociedade e ao tecido económico em particular, cedo identificou a área do Turismo como uma área de oportunidade, consubstanciada nas suas 3 áreas de missão: ensino, investigação, e cooperação/ transferência de conhecimento.

Ao nível da oferta formativa, a UA foi pioneira na criação de cursos e ações de turismo ao nível universitário, sendo a única Instituição do Ensino Superior com os 3 ciclos de ensino na área de Turismo: licenciatura em Turismo, mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, e doutoramento em Turismo, todos do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

Em termos de investigação, a UA desenvolve investigação pioneira na área de turismo, tendo uma linha de investigação neste domínio no âmbito da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas - Linha de Investigação em Território, Desenvolvimento e Atratividade Turística. Refira-se também que a UA lançou a 1ª Revista Científica em Turismo em Língua Portuguesa - Revista de Turismo & Desenvolvimento e é responsável pela organização da maior conferência científica nacional, e uma das maiores em termos internacionais, na área do turismo – Conferência Internacional INVTUR.

Inclusivamente na área do Turismo, e a título de exemplo, a UA apostou na valorização do conhecimento gerado internamente, incentivando a criação de uma empresa spin-off – Idtour - Unique Solutions, Lda., cuja estrutura acionista integra a Universidade de Aveiro e um conjunto de investigadores da área do Turismo. Esta empresa tem por missão a aplicação prática e valorização do conhecimento gerado na área do turismo e o desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras para organizações que operam na área do turismo, como autarquias, empresas, entidades públicas e privadas ligadas ao setor.

Refira-se que a transversalidade da área do Turismo se estende a várias unidades da UA para além das referidas, e inclusivamente a algumas das áreas de aposta estratégica já referidas, como por exemplo Mar e Ria ou Área Agroalimentar e Florestal, sendo de destacar algumas das competências existentes na UA: políticas e estratégias para o setor do turismo aos níveis nacional, regional e local, marketing e formas de promoção, turismo sustentável nas zonas costeiras, turismo rural, conservação paisagística, geoturismo, desenvolvimento de programas de visitação associados aos recursos naturais, elaboração de roteiros de património cultural (ex. música), elaboração de roteiros associados ao património construído (Arte Nova, património azulejar, património religioso,...), desenvolvimento de rotas turísticas internacionais (ex. rota gastronómica luso-brasileira), construção de espaços museológicos em torno da música e artes performativas, realização de documentários sobre 'artistas' regionais, valorização de produtos e gastronomia regional (ovos-moles, pão-de-ló, sal, vinhos, kiwi, mirtilo,...), modelos de apoio a entidades do setor do turismo com recurso às TICE para melhorar processos de comunicação, marketing e gestão, entre outras.

Design

Num ecossistema global, extremamente exigente e competitivo, torna-se fundamental que se desenvolvam produtos e serviços inovadores através de conceitos e soluções de valor acrescentado com elevada incorporação de Design. As abordagens recentes ao Design direcionam-se para o conceito de Design Thinking, que consiste numa metodologia de inovação para gerar um produto ou serviço inovador, com valor, tendo em vista a satisfação do cliente. Com base na reflexão sobre as necessidades e os desejos do cliente, e organizando reuniões multidisciplinares, identificam-se oportunidades de inovação, que são testadas com recurso a protótipos e introduzidas no mercado.

A área do Desig é uma área absolutamente transversal e de oportunidade que a UA soube valorizar, oferecendo formação em Design no Departamento de Comunicação e Arte ao nível dos 3 ciclos de ensino – licenciatura, mestrado e doutoramento.

Em termos de investigação, evidencia-se o Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura (ID+), que é um instituto de parceria entre a Universidade de Aveiro e a Universidade do Porto,

em colaboração com uma rede extensa de empresas e instituições, reunindo designers, professores, investigadores, criativos, geeks e estudantes em equipas multidisciplinares imersivas de produção cultural e científica. O ID+, que visa investigar e gerar contributos para reduzir o défice simbólico dos produtos, sistemas e serviços portugueses, projetar nacional e internacionalmente a investigação em design, e a permanente transferência de conhecimento entre as dimensões profissional e científica do design, tem desenvolvido atividade em ambiente laboratorial, letivo e empresarial, cruzando e potenciando mais-valias presentes nestes ambientes habitualmente autónomos.

Refira-se que o Parque de Ciência e Inovação contempla na sua estrutura funcional uma Design Factory, conceito inspirado na unidade homóloga da Aalto University (Helsínquia). Trata-se de um espaço de estímulo à interação entre vários públicos (criadores, investigadores, empresários, estudantes), conjugando sinergias entre várias áreas de conhecimento, como a gestão, o design e as tecnologias que, num ambiente relacional de networking e estimulante para a inovação, proporciona a criação, produção e fruição de produtos e serviços.

Na UA foi inclusivamente criado um grupo informal de docentes/ investigadores da área do Design, da Gestão e das várias Engenharias existentes internamente, para criar dinâmicas internas que permitam substanciar e dinamizar a Design Factory, intensificando atividades que promovam o design como instrumento de inovação e competitividade do tecido empresarial da Região e do país, e também na perspetiva de promover o Design Thinking nas dinâmicas internas de investigação, desenvolvimento e inovação, e da promoção e internalização destas dinâmicas junto dos parceiros empresariais.

Importa, ainda, salientar que a UA é membro associado da Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (ADDICT), plataforma que, através do conhecimento, informação, promoção e coordenação do setor das Indústrias Criativas, contribui para o desenvolvimento do empreendedorismo e da economia criativa.

Saúde

A área da saúde e do bem-estar integra o conjunto dos sete domínios diferenciadores da Região Centro, assumindo cada vez mais importância na sociedade atual, que ambiciona melhor qualidade de vida, quer pessoal, quer profissional, melhores serviços, bem como um aumento da esperança média de vida, inevitavelmente associado a um aumento da população idosa.

A Universidade de Aveiro conta com duas unidades orgânicas dedicadas à área da Saúde, nomeadamente a Secção Autónoma de Ciências da Saúde e a Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro, oferecendo um vasto conjunto formativo específico, designadamente: licenciatura em Ciências Biomédicas, curso de especialização em Medicina Farmacêutica, mestrados em Biomedicina Farmacêutica, Ciências da Fala e da Audição, Gerontologia, Biomedicina Molecular, Materiais e Dispositivos Biomédicos, e dois programas doutorais em Ciências e Tecnologias da Saúde, e em Gerontologia e Geriatria.

Em termos de investigação, têm sido desenvolvidos projetos sediados em diversos laboratórios associados e unidades de investigação da UA, envolvendo um conjunto significativo de docentes e investigadores. Na área da Saúde, refira-se a título de exemplo competências da UA ao nível de: nanomateriais para técnicas de diagnóstico clínico, novos fármacos e agentes antimicrobianos, novos marcadores associados a patologias graves, alimentos funcionais e

nutracêuticos, termalismo e talassoterapia, dermocosmética, telemedicina, dispositivos biomédicos, entre muitas outras.

Neste âmbito da investigação, é ainda de destacar as duas linhas de investigação recentemente criadas – Biomateriais para uso em Medicina Regenerativa e Novas Estratégias Aplicadas a Distúrbios Neuropatológicos –, bem como a Cátedra Convidada Ilídio Pinho em Neurociências.

Tratando-se de uma área de oportunidade que a UA está a apostar, foi recentemente criado um Grupo de Missão para a Área da Saúde com o objetivo de desenvolver um plano estratégico que abranja os aspetos da investigação, da formação e da relação com a sociedade tendo em vista a mobilização concertada das valências da UA nesta área transversal de atividade e a definição de novos vetores de intervenção.

Dada a importância do envelhecimento ativo e saudável, sendo inclusivamente o tema de uma Parceria de Inovação proposta pela Comissão Europeia, de relevante importância para o crescimento e o emprego, importa evidenciar algumas competências existentes na UA neste domínio específico, nomeadamente: desenvolvimento de serviços de comunicação e relação dos públicos seniores com as tecnologias, inclusão digital de seniores, sistemas digitais de acompanhamento de seniores isolados, alimentação específica para seniores, profilaxia mental através de matemática lúdica, valorização da comunidade sénior na mediação entre saber local, escolas e instituições, formação para dirigentes, técnicos e assistentes do 3.º setor para lidar com seniores, entre outras.

Energia

Os desafios que a humanidade atualmente enfrenta, associados aos problemas que afetam a sustentabilidade da sociedade humana - alterações climáticas, utilização indiscriminada de combustíveis fósseis, gestão ineficiente de recursos naturais, etc. –, são uma oportunidade para a modernização e a renovação do tecido empresarial. Sendo um dos objetivos temáticos prioritários para a afetação de fundos em 2014/2020 apoiar a mudança para uma economia de baixo teor em carbono (em todos os setores), para além do objetivo de proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos e um terceiro objetivo que se refere ao transporte sustentável, o tema da Energia ganha particular destaque pela sua relevância e transversalidade.

O setor da Energia é uma área de oportunidade em que a UA tem apostado. São várias as unidades orgânicas que se envolvem em atividades nesta área, nomeadamente os Departamentos de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, de Mecânica, de Engenharia Civil, de Ambiente e Ordenamento, de Física e de Geociências. Existe na UA inclusivamente oferta formativa específica neste domínio: o Mestrado em Sistemas Energéticos Sustentáveis e o Curso de Formação Avançada em Eficiência Energética e Energias Renováveis, que pretendem responder às necessidades de formação no domínio das tecnologias energéticas, ambiente, gestão e desenvolvimento sustentável. Na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda existe ainda o Curso de Especialização Tecnológica em Energias Renováveis.

A transversalidade da área também se reflete na diversidade de unidades de investigação da UA que se dedicam à área da Energia, sendo de destacar o Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos, o Centro de Tecnologia Mecânica e Automação, a Unidade de

Investigação em Geobiociências, Geotecnologias e Geo-engenharias e a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas.

Um outro exemplo de relação da UA com o setor empresarial na área da energia é a parceria estabelecida com a Galp Energia, com o objetivo de desenvolver estudos e trabalhos relacionados com a procura de sistemas energéticos sustentáveis e com a certificação energética de edifícios.

A integração no Polo de Competitividade e Tecnologia da Energia, cuja ambição é fomentar o desenvolvimento Tecnológico e a Inovação neste setor, com vista à criação de Empreendedorismo Inovador e à Modernização da Indústria Portuguesa, bem como o facto de a energia ser uma das cinco apostas do Parque de Ciência e Inovação atesta o posicionamento de UA quanto a esta área.

As competências da UA a este nível são muitas, cruzando-se também com algumas das competências existentes nas áreas de aposta estratégica já referidas, como por exemplo Mar ou Materiais, sendo de destacar: geotermia de alta e baixa entalpia, desenvolvimento de materiais para isolamento térmico, desenvolvimento de materiais para fotocatálise, células de combustível e células solares, desenvolvimento de novos compostos para a produção de materiais de transferência de energia fotoinduzida, desenvolvimento de biocombustíveis, desenvolvimento de materiais orgânicos luminescentes, aproveitamento do potencial energético de maré, potencial eólico onshore e offshore e potencial solar, reservas de gás e hidratos de gás, desenvolvimento de materiais e tecnologias para energia fotovoltaica, desenvolvimento de materiais e tecnologias com maior eficiência térmica/refrigeração, simulação dinâmica de edifícios, gestão de frotas, desempenho do tráfego urbano, processamento de biomassa florestal residual na perspetiva de valorização energética, desenvolvimento e implementação de tecnologias para conversão energética de biomassa florestal residual, entre muitas outras.

Governança e Políticas Públicas

A qualificação das políticas públicas, particularmente com a inclusão de respostas inovadoras e com o aproveitamento dos novos recursos existentes, é uma área particularmente importante e das que apresenta maiores oportunidades na resposta aos desafios societais apresentados no Europa 2020.

A Universidade de Aveiro apresenta, a este nível, um conjunto importante de competências. O facto de disponibilizar, ao longo de vários anos, um conjunto de respostas de âmbito formativo, de investigação e de cooperação com a região, nas mais diversas áreas de políticas públicas, são disso prova evidente.

Para além das diversas unidades que, direta ou indiretamente, contribuem para o portefólio de competências da UA no âmbito da Governação, sublinha-se o facto de a Universidade ter constituído uma Unidade de Investigação cuja orientação é muito evidente. O GOVCOPP (Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas) procura orientar a sua investigação no sentido de contribuir para a análise, aprofundamento e construção do conhecimento científico nestas áreas, nas suas diversas aplicações, procurando contribuir para a reflexão, desenvolvimento de projetos de investigação e intervenção, promover a cooperação e

intercâmbio com outras unidades de investigação, nacionais e estrangeiras, e, em particular, promover a interação com a sociedade.

As Políticas Públicas são – e todo este documento o comprova – uma das áreas mais determinantes para o sucesso nas respostas aos desafios societais. Na sua conceção, formulação, implementação e avaliação, estas dependem cada vez mais de fatores associados à complexidade da governação contemporânea. O seu conhecimento, necessariamente especializado, e as competências para um mais eficiente e eficaz desenho e implementação, são críticos. A interação com outras áreas de saber (como é o exemplo das Smart Regions e a necessária articulação com as TICE) é, também, fundamental.

A Universidade de Aveiro, quer por via dos programas de formação de 1º, 2º e 3º ciclos (contando já com um Programa Doutoral em Políticas Públicas), quer pelas suas unidades de investigação (com significativa inserção em redes internacionais, nas mais diversas áreas) e da experiência de colaboração com as instituições públicas da região, tem vindo a demonstrar um conjunto importante de competências, relevantes para o sucesso na implementação de uma Estratégia regional de forma articulada e interinstitucional.

Educação, Competências e Aprendizagem ao Longo da Vida

A Educação e qualificação da população é um dos principais meios de desenvolvimento de uma sociedade. "Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida" faz parte do conjunto dos objetivos temáticos da União Europeia para 2014/2020, sendo uma das metas a alcançar na Região Centro, em consonância com este desafio da Europa 2020, ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior. Esta ambição engloba a redução da taxa de abandono escolar, o aumento de população formada superiormente, a melhoria das técnicas e condições de aprendizagem, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, o aumento das competências da população ativa e, inclusivamente dos próprios professores/ formadores, entre outras ações.

A UA conta com a oferta formativa dos seus 16 Departamentos e 4 Escolas Politécnicas e também com a UNAVE e a UINFOC. A UNAVE, unidade de interface da Universidade de Aveiro com a sociedade em geral na área da formação profissional continuada, concebe, organiza, realiza e gere ações de formação, em parceria com as Unidades Orgânicas da UA e com organizações públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, tendo como objetivo fundamental a promoção da formação profissional de excelência. A UINFOC é um centro de dinamização, coordenação científica, pedagógica e administrativa, e de apoio a atividades de formação e investigação sobre a formação ao longo da vida, de públicos tradicionais e não tradicionais, na Universidade de Aveiro. Esta unidade à semelhança da UNAVE, estabelece a interface entre as Unidades Orgânicas da UA e a sociedade, tendo em vista elaborar, propor, organizar e gerir a realização de ações de formação conducentes e/ou não conducentes a grau académico, para públicos tradicionais e não tradicionais, contribuindo, assim, para a formação de adultos ativos.

Para além da oferta formativa e das respostas dadas em termos de formação pela UNAVE e pela UINFOC, existem na UA competências aos mais diversos níveis em termos de Educação, Competências e Aprendizagem ao Longo da Vida, destacando-se algumas relacionadas com a preocupação da UA em dar resposta às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, como formação adequada às reais necessidades da sociedade e do mercado de trabalho,

nomeadamente com base numa rede regional de formação integrada envolvendo as 4 Escolas Politécnicas da UA, formação para incrementar a competitividade (competências de comunicação, liderança e gestão de grupos), formação para dar competências em empreendedorismo social e de base tecnológica e inovação e ensino integrado envolvendo museus, centro de ciência, empresas, entre outros tipos de instituições. Também existem competências mais direcionadas para as necessidades dos docentes, como por exemplo utilização de contextos não formais de ensino, formação de professores para áreas emergentes e relacionadas com a sociedade, métodos de ensino para docentes e desenvolvimento de recursos didáticos, bem como mais direcionadas para os estudantes dos vários níveis de ensino, como formação direcionada para o ensino básico para desenvolvimento de trabalho autónomo, formação para aquisição de competências em termos de definições de estratégias, desenvolvimento de softwares educativos para utilização personalizada ou campos de férias sobre áreas disciplinares. E de uma forma mais generalizada, refiram-se as competências em ensino à distância para qualificação ao longo da vida em contexto de trabalho, família e comunidade, oferta formativa especializada sobre diversos temas, como por exemplo sobre assuntos ambientais, divulgação da ciência, entre outras.

Criatividade, Cultura e Património

Criatividade, Cultura e Património é uma área estratégica para o desenvolvimento de uma Região. Com potencial de promover a competitividade local e regional, de gerar emprego e de contribuir para uma melhor qualidade de vida da população, a criatividade e os recursos culturais/ patrimoniais/ identitários tornam os territórios mais atrativos aos mais diversos níveis. Trata-se de uma área que potenciará também a internacionalização da Região e que poderá contribuir para dar resposta a alguns desafios da sociedade.

Neste âmbito, existem na UA competências nomeadamente ao nível de: Etnomusicologia aplicada e dialógica, Arte e Desenvolvimento Humano, Design, Novas Tecnologias da Comunicação, sendo destas áreas exemplos a elaboração de documentários de histórias de vidas de músicos, documentários de etnografias de festas em que a música tem um papel central, arquivos de partituras de bandas, organização de eventos musicais, elaboração de roteiros da música, entre outros. Refira-se também a formação de públicos para a criatividade, políticas públicas para o turismo relacionadas com o imaginário cultural, rotas gastronómicas, redes temáticas museológicas, conservação de património construído com enfoque na Arte Nova, património azulejar, entre outras competências.

Empreendedorismo e Inovação Empresarial

Subjacente a estas áreas existentes na UA de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, existe uma área que a UA tem apostado fortemente que é Empreendedorismo e Inovação Empresarial.

O Empreendedorismo, enquanto capacidade de um indivíduo ou de um coletivo para desenvolver ações no sentido de criar valor económico e social, é um fator crucial para o desenvolvimento económico, através da criação de riqueza, emprego e novos produtos/ serviços. Apesar da relevância dos grandes grupos empresariais na economia, são cada vez mais as pequenas e médias empresas, as criadoras de novos postos de trabalho. Por outro lado, o

empreendedorismo associado à inovação é indispensável para uma economia dinâmica e competitiva que contribua para elevar a qualidade de vida da sociedade.

A Universidade de Aveiro é um parceiro privilegiado de empresas e de outras entidades nacionais e internacionais, com as quais coopera em diversos projetos e programas e às quais presta importantes serviços, sendo por isso um espaço de investigação onde se desenvolvem produtos e soluções inovadoras que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia e do empreendedorismo.

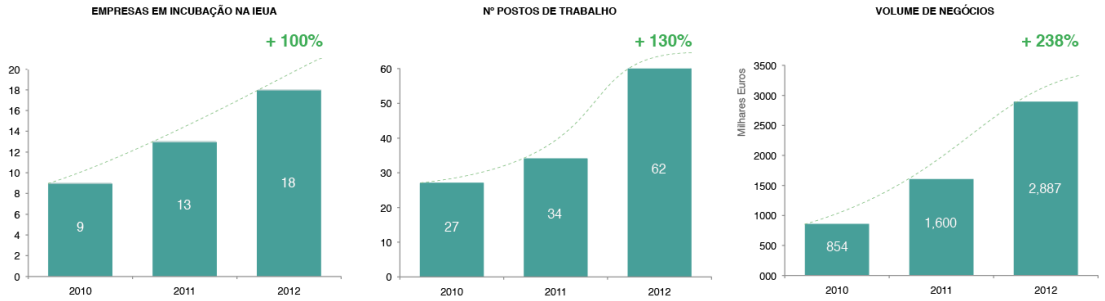
Inclui-se na missão da UA a promoção do empreendedorismo e a valorização económica do conhecimento, pelo que a UA dá competências nesta área ao nível dos 3 ciclos de ensino, destacando-se neste âmbito o Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, e possui conhecimento científico e tecnológico, e larga experiência nos domínios do empreendedorismo e da inovação, nomeadamente através da Incubadora de Empresas (IEUA) e da Unidade de Apoio à Transferência de Tecnologia (UATEC). A IEUA e a UATEC são duas unidades que a UA possui para apoiar os empreendedores a criarem o seu negócio.

A UATEC tem como missão apoiar a Universidade de Aveiro no seu objetivo de ser um centro de **excelência nacional de criação, divulgação e transferência de conhecimento (Figura 43).** As dinâmicas de promoção do empreendedorismo da UA centradas na UATEC são impulsionadas através de dois instrumentos principais: i) Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica; ii) Laboratório de Empreendedorismo da UA.

Figura 34 – Valências da UATEC

A IEUA incentiva e promove a criação, o desenvolvimento e o crescimento sustentado de projetos empresariais inovadores, através da promoção de ações de capacitação para o empreendedorismo e da disponibilização de espaços para a incubação de empresas, serviços de apoio ao empreendedorismo e uma rede de parceiros orientados para a criação de valor e para a concretização de ideias de negócio, denotando-se uma evolução significativa na atividade de incubação nos últimos anos (Figura. 44).

Figura 35 – Atividade da IEUA



Com a preocupação do desenvolvimento regional e da promoção das especificidades de cada município da Região de Aveiro, a UA promoveu a dinamização da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA) (Figura 45), que é uma incubadora constituída em agregação, voluntária e colaborativa, por várias incubadoras municipais da Região de Aveiro e pela IEUA, que apoia, qualifica e potencia a criação de novas ideias de negócio e novas empresas capazes de alavancarem o desenvolvimento económico, em especial, no aproveitamento do vasto leque de oportunidades que a Região oferece. A IERA funciona com serviços diferenciadores de apoio à incubação e à promoção do empreendedorismo, beneficiando de uma estratégia comum e da experiência dos serviços da IEUA e da UATEC, tendo em vista a promoção e o desenvolvimento de políticas de empreendedorismo ativas dos municípios, em sinergia com o conhecimento da UA e respetivo Portefólio de Competências e Serviços.

Figura 36 – Polos da IERA

De forte importância para o desenvolvimento da Região, é de salientar a liderança da UA no processo de criação do Parque de Ciência e Inovação, sendo inclusivamente detentora de 35% do capital social da sociedade anónima e assumindo a Presidência do Conselho de Administração. Este Parque constitui um instrumento fundamental de dinamização empresarial e de promoção, renovação e intensificação das formas de colaboração entre o sistema científico e tecnológico, o tecido empresarial e as comunidades locais da Região. Entre várias funções, o

Parque promove o apoio ao desenvolvimento de novos negócios durante o período de arranque, a capacitação de empresas de base científica e/ou tecnológica e a disponibilização de serviços diversificados, bem como apoio administrativo e espaços equipados (figura 46).

Figura 37 – Maquete do edificado do Parque de Ciência e Inovação

Refira-se, ainda, a preocupação da UA em dar respostas aos desafios da sociedade, tendo inclusivamente criado uma pró-reitoria nesta área que, em articulação com outras unidades internas, tem desenvolvido alguns projetos, dos quais se destaca a Plataforma Universitária para a Inovação Social em articulação com a Associação Académica da Universidade de Aveiro.

A Plataforma Universitária para a Inovação Social pretende criar uma cultura de valor social na Região, alicerçada em práticas de Inovação Social e com base na transferência de conhecimento científico, tendo em vista apoiar as comunidades académica e não académica regionais no desenvolvimento e implementação de projetos para a Inovação Social. Dada a relevância desta temática, esta experiência que está a ser criada no seio da comunidade académica poderá ser alargada para a Região com o envolvimento de parceiros regionais.

Também através da UATEC e da IEUA, a UA tem desenvolvido e promovido projetos, nomeadamente com a Câmara Municipal de Aveiro, na área da inovação social.

O potencial e o conhecimento existente nas áreas atrás referidas e nas áreas científicas de base da UA, nomeadamente nas Ciências (Química, Física, entre outras), nas Engenharias (Eletrónica, Materiais, Mecânica, Civil, entre outras) e na Economia e Gestão podem ser reforçados na ligação ao tecido empresarial, nomeadamente à indústria transformadora, à indústria química, incluindo a petroquímica, à indústria metalomecânica, à indústria cerâmica, entre outras.

Refira-se que a UA está organizada para dar resposta às solicitações das entidades externas, através do seu Gabinete Universidade-Empresa, que tem como principal missão dinamizar a cooperação entre a Universidade de Aveiro e as empresas, autarquias e outras entidades públicas e privadas, em articulação com os Departamentos e Escolas, Unidades de Investigação e de Interface, promovendo de forma estruturada o Portefólio de Competências e Serviços da UA.

Este Portefólio inclui o vasto leque de competências e de serviços instalados na Universidade de Aveiro, tratando-se de uma ferramenta que facilita a interação entre a UA e as referidas entidades.

A.3. Orientações estratégicas: comunitária, nacional e regional

Nota: Tendo em consideração que o processo de elaboração do Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro teve início em Dezembro de 2012 e que a primeira análise que consubstancia este anexo A.3. se efectuou nos primeiros meses de 2013, é natural que ainda não haja referências concretas à documentação mais recente e às orientações que foram sendo produzidas quer pela CCDRC, quer pelo Governo Português, nomeadamente os – entretanto elaborados - Plano de Ação Regional, Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) da Região Centro, Programa Operacional Regional e Portugal 2020.

Naturalmente que, no processo de revisão e actualização entretanto levado a cabo pela equipa responsável pelo QCIRA, à medida que os referidos documentos foram sendo apresentados, e dada a articulação com a CCDRC no primeiro semestre de 2014, a versão agora apresentada da Estratégia de Desenvolvimento Territorial e do Plano de Ação da Região de Aveiro (de que este documento constitui anexo), é já resultado dessa análise e articulação.

Não se justifica, assim, a necessidade de rever este Anexo A.3. já que o mesmo corresponde à análise efectuada aquando do início deste processo na Região de Aveiro que, tal como recomendado pela estratégia Europeia para este período 2014-2020, procurou antecipar e fornecer informação e opções estratégias respeitando o princípio *bottom-up* sugerido.

As linhas prioritárias de intervenção a definir para a Região de Aveiro devem estar articuladas com as estratégias comunitárias, nacionais e da Região Centro. Importa, por isso, sistematizar as principais linhas de orientação decorrentes desses documentos de natureza supralocal.

A.3.1. Documentos comunitários de orientação estratégia de referência

O novo ciclo de programação comunitária 2014/2020 tem três elementos de referência propostos pela União Europeia (UE): i) a comunicação da Comissão "Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo"[5]; ii) uma proposta de elementos para um "Quadro Estratégico Comum (QEC)"[6] e um pacote legislativo de apoio ao próximo período de programação; iii) a "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu sobre a PAC no horizonte 2020". Neste contexto importa ainda referir o "5º Relatório Sobre a Coesão Económica, Social e Territorial"[7] enquanto instrumento que apresenta uma avaliação das políticas de coesão e identifica os desafios e as oportunidades para o novo período de financiamento comunitário.

Paralelamente, a Comissão Europeia tem vindo a atribuir particular relevância à dimensão territorial das políticas públicas, estimulando o debate em torno destas questões[8] e procurando o

[5] Comissão Europeia (2010), "Comunicação da Comissão EUROPA 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", Bruxelas, OM(2010) 2020 final.
[6] Comissão Europeia (2010), "Commission Staff Working Document: Elements for a common strategic framework 2014 to 2020", Bruxelas, SWD(2012) final.
União Europeia (2011), "Política de Coesão 2014 -2020: Investir no crescimento e em empregos", Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
[7] Comissão Europeia (2010), "Investir no futuro da Europa. Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial", Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia.
[8] Consultar, por exemplo, Bohme, K. et al (2011), "How to strenghten the territorial dimension of 'europe 2020' and the EU cohesion policy", Varsóvia.

desenvolvimento de documentos de âmbito territorial com capacidade de influenciar a futura política de coesão, nomeadamente, a Agenda Territorial 2020 e a Declaração de Toledo.

As próximas tabelas sintetizam a análise de cada um dos documentos acima referidos, enquadrando-os, indicando os seus principais objetivos e os respetivos domínios de intervenção.

EUROPA 2020	
Enquadramento	Face ao incumprimento de muitos dos objetivos da Estratégia de Lisboa esta estratégia foi lançada em 2010 para relançar a economia social europeia num quadro de crise económica e financeira, estabelecendo as grandes linhas de orientação estratégicas para a UE até 2020.
Objetivos	Promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Neste sentido prevê-se a manutenção dos principais objetivos da Estratégia de Lisboa (lançamento de uma economia baseada na inovação, nas competências), colocando-se contudo um maior enfoque na sustentabilidade. Prevê-se também uma implementação mais coordenada, em que a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu assumem uma maior responsabilidade de coordenação e onde os países têm um maior grau de responsabilização. A supervisão desta implementação passa, nomeadamente, por ser feita através de relatórios produzidos no âmbito dos Programas Nacionais de Reformas e do Pacto de Estabilidade e Convergência.
Domínios de intervenção	O <u>crescimento inteligente</u> tem como grande objetivo o desenvolvimento duma economia baseada no conhecimento e na inovação. Ainda que abranja um leque alargado de áreas temáticas, o principal enfoque centra-se no desenvolvimento da inovação, da sociedade da informação e das competências. Este eixo contou com o lançamento de três 'iniciativas emblemáticas' que visam desenvolver, de forma mais aprofundada, áreas consideradas chave neste eixo: a Juventude em Movimento, a Agenda Digital para a Europa e a União da Inovação. O <u>crescimento sustentado</u> assenta na promoção da eficiência como forma de quebrar o elo entre o crescimento económico e o crescimento na utilização de recursos. Para além da qualidade ambiental ou as fontes de energia, é abordada a competitividade da União Europeia através da dinamização de políticas industriais. Assim, a par da iniciativa emblemática ligada ao uso eficiente de recursos, este eixo lançou ainda uma iniciativa que pretende promover a sustentabilidade da base industrial europeia. O <u>crescimento inclusivo</u> visa o desenvolvimento de uma economia de elevado emprego, que salvaguarde a coesão económica, social e territorial. As duas iniciativas emblemáticas deste eixo são a Agenda para as Competências e a Plataforma Europeia contra a Pobreza.

5º RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL	
Enquadramento	O quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial visa fazer um balanço das políticas de coesão na União Europeia e apontar caminhos para aumentar a eficácia das medidas. Em particular, a política de coesão deve alinhar-se ainda mais com os objetivos da Europa 2020 e numa melhor coordenação de todos os atores.
Objetivos	**Geral:** – Apoiar a Europa 2020 e destacar o papel das regiões e da política de coesão na persecução dos seus objetivos, realçando a importância do local e a apropriação destes objetivos pelos atores no terreno. **Específicos:** – O reforço da programação estratégica que passa pela integração dos fundos e políticas ou do contrato de parceria de cada Estado membro; – A concentração temática dos fundos; – O aumento do impacto das medidas, através do estreitamento das relações entre a Política de Coesão e a Política económica da União – A melhoria da avaliação através da fixação *ex ante* dos objetivos e indicadores de resultados mensuráveis; – O apoio do uso de novos instrumentos financeiros (ex.: articulando os subsídios com empréstimos, estimulando as parcerias público-privadas); – A maior flexibilidade na organização dos programas operacionais de forma a melhor refletir a natureza geográfica do desenvolvimento; – A manutenção do apoio do Fundo de Coesão às regiões onde o RNB *per capita* é inferior a 90 % da média comunitária; – A continuada aposta na dimensão territorial da cooperação e das parceiras.

Domínios de intervenção	– Competitividade e convergência
	  – Globalização e integração interna
	  – Fontes de crescimento
	  – Inovação
	  – Infraestruturas
	  – Desenhos institucionais
	  – Competitividade
	– Bem-estar e exclusão
	  – Esperança de vida e saúde
	  – Condições de vida
	  – Rendimento, pobreza e privação
	– Sustentabilidade ambiental
	  – Alterações climáticas
	  – Qualidade ambiental

QEC & PACOTE LEGISLATIVO	
Enquadramento	Na sequência da discussão em torno das políticas de coesão (e nomeadamente o 5º relatório sobre a política de coesão) o Quadro Estratégico Comum surge como uma forma de enquadrar os diferentes fundos e maximizar o impacto do investimento comunitário. O pacote legislativo, que atualmente se encontra em discussão, pretende dar corpo às grandes orientações do QEC, harmonizando as abordagens seguidas em cada um dos Estados membro.
Objetivos	**Gerais:** – O QEC pretende melhorar a coordenação de modo a garantir a concentração de recursos na prossecução dos objetivos da Europa 2020, a simplificação de processos, o enfoque nos resultados, a harmonização de regras de elegibilidade, a simplificação para reduzir os custos administrativos. Neste sentido, pretende-se uma melhor articulação entre os diferentes fundos (FSE, FEDER, FC, FEADER e FEAMP), evitando sobreposições e valorizando-se a criação de sinergias e a sua plena integração na governação económica da UE e nas outras políticas europeias (e.g. PAC). – O Pacote Legislativo pretende definir a arquitetura para a nova geração de programas e financiamentos para 2014/2020 e alinhá-las com aquilo que são os grandes objetivos da Europa 2020. **Específicos:** – Pretende-se que os fundos tenham um papel central no desenvolvimento da Europa 2020 nos contextos nacionais e regionais, onde a coesão económica, social e territorial ganha uma particular relevância. A continuada adaptação dos fundos aos objetivos será também garantida através do contrato de parceria celebrado entre a Comissão e cada Estado membro. – Prevê-se ainda que seja dada prioridade ao investimento que estimule o crescimento, tal como a educação, a investigação, a inovação, a energia, os serviços de emprego e as políticas ativas para o mercado de trabalho, com enfoque no desemprego jovem e no acesso ao financiamento por parte das PMEs. O papel de cada fundo deverá ser: – FEDER: contribuição para todos os objetivos temáticos e investimento ligados ao contexto em que as empresas operam e à disponibilização de serviços aos cidadãos; – FC: centrado na melhoria do ambiente, desenvolvimento sustentável e TEN-T; – FSE: emprego, mobilidade laboral, educação, qualificações e aprendizagem ao longo da vida; combate à pobreza e capacidades administrativas; – FEADER: crescimento sustentável e inclusivo na agricultura, alimentação e florestas assim como no desenvolvimento rural; – FEAMP: diversificação de setores marinhos, competitividade e viabilidade da pesca e aquacultura, coesão social em comunidades pesqueiras e sustentabilidade ambiental.

Domínios de intervenção	– Condições de financiamento (ex.: estabelecimento de condicionalismos que criem um forte incentivo ao alcance das metas da Europa 2020: *ex ante* e *ex post* e macroeconómicas);
	– Princípios de gestão, de controlo, de avaliação e da abordagem geral que deve ser seguida na programação:
	  – Programação integrada, que prevê a adoção de regras financeiras e de elegibilidade comuns e a introdução de programas multifundos para o FEDER, FSE e FC;
	  – Instrumentos financeiros (que poderão funcionar como uma alternativa mais eficiente ou um método complementar aos subsídios tradicionais);
	  – Políticas intersetoriais, interjurisdicionais e inter-fronteiras;
	  – Cooperação.
	– Dimensão territorial na prossecução dos objetivos da Europa 2020:
	  – Identificação das principais características da região e das principais áreas para a intervenção, a priorização e concentração que devem ocorrer;
	  – A ligação dos objetivos da Europa 2020 aos atores locais e regionais através de uma coordenação multinível em que os Contratos Parceira podem assumir uma importância fulcral;

PAC NO HORIZONTE 2020	
Enquadramento	Dado o fim do anterior período de programação, pretende-se fixar as principais linhas de orientação da PAC e, simultaneamente, adequá-las às orientações estratégicas mais amplas da EU.
Objetivos	**Geral** Face aos desafios que se colocam a longo prazo, a PAC no horizonte 2020 estabelece os principais eixos estratégicos de intervenção e aponta pistas para a necessária articulação com outros programas de medidas. Em termos temáticos, o principal objetivo da PAC será dar reposta aos desafios em termos de alimentação, recursos naturais e territoriais, mantendo o duplo pilar que tem pautado a PAC (agricultura e desenvolvimento rural). **Específicos** – Aumentar os rendimentos agrícolas e reduzir a sua volatilidade; – Melhorar a competitividade do setor e aumentar a sua quota de valor na cadeia alimentar; – Compensar as dificuldades de produção em zonas com condicionantes naturais; – Garantir a disponibilização de bens públicos ambientais; – Promover a economia rural; – Mitigar os impactos e promover a adaptação às alterações climáticas.
Domínios de intervenção	– Crescimento ecológico centrado na inovação; – Emprego rural e tecido social das zonas rurais; – Economia rural (promover a diversificação, melhorar as condições das pequenas explorações e dos mercados locais); – Alterações climáticas.

AGENDA TERRITORIAL 2020	
Enquadramento	A agenda territorial 2020 é uma atualização da anterior Agenda Territorial de 2007, tendo em consideração o 5º relatório sobre a coesão económica, social e territorial, a Europa 2020 e o Estado e Perspetivas Territoriais da UE.
Objetivos	**Geral** Estabelecer orientações estratégicas sobre o desenvolvimento territorial, promovendo a integração da dimensão territorial nas diferentes políticas e a implementação da Europa 2020 de acordo com os princípios da coesão territorial. **Específicos** – Considerar o nível territorial das políticas como uma forma de promover a coesão territorial, garantir o acesso aos serviços infraestruturas e bens públicos e valorizar a solidariedade; – Coordenar as diferentes políticas setoriais no nível regional como forma de maximizar o impacto e garantir a coerência; – Garantir a subsidiariedade através de uma governação multinível; – Considerar a diversidade e a importância das identidades locais e regionais; – Promover a coordenação entre regiões, a cooperação transfronteiriça e as abordagens integradas; – Promover o policentrismo e redes de cidades, evitando a polarização em grandes metrópoles; – Incentivar políticas integradas que visem promover a ligação rural-urbano e reconheçam as especificidades rurais e urbanas.
Domínios de intervenção	– Coesão territorial: acesso a serviços, infraestruturas e bens públicos; – Integração de políticas e governação multinível; – Identidades locais e regionais; – Coordenação entre regiões; – Policentrismo e redes de cidades; – Ligação rural-urbano; – Valores paisagísticos, culturais e ecológicos das regiões.

DECLARAÇÃO DE TOLEDO	
Enquadramento	A declaração de Toledo surge como tentativa de delinear caminhos para as cidades ultrapassarem o atual contexto de crise em função dos objetivos da Europa 2020 e, simultaneamente, responder aos grandes desafios estruturais que se lhes colocam (alterações demográficas, globalização, degradação do ambiente urbano, etc.).
Objetivos	**Geral** O objetivo principal desta declaração é a promoção de um ambiente urbano mais inteligente, sustentável e inclusivo, considerando todo o vasto conjunto de estratégias, políticas e declarações que foram já feitos neste sentido. **Específicos** – Considerar de forma integrada o desenvolvimento urbano (abordar as várias dimensões da cidade, incluindo o máximo de agentes, apostando na valorização do capital urbano, na regeneração urbana em sentido amplo promovendo, nomeadamente o capital social dos bairros a intervir); – Melhorar a articulação entre as questões e agendas territoriais e urbanas, realçando a dimensão urbana da coesão territorial; – Promover a participação cidadã; – Salientar a importância de renovar o parque habitacional e de melhorar a qualidade da paisagem urbana (nomeadamente requalificando o espaço público) e dos centros das cidades; – Prestar atenção às áreas degradadas articulando-as com o funcionamento da cidade enquanto um todo; – Alinhar as cidades com metas ambientais e a ecoeficiência, com destaque para a reciclagem urbana e/ou o planeamento compacto, favorecendo a reabilitação e limitando a dispersão urbana; – Tornar o metabolismo urbano mais eficiente, incluindo transportes, logística, água ou energia; – Promover as fontes energéticas alternativas e aumentar a eficiência energética do parque habitacional existente e a construir; – Proteger as áreas naturais, agrícolas, etc. em torno das cidades.
Domínios de intervenção	– Desenvolvimento urbano; – Regeneração urbana; – Coesão territorial; – Participação cidadã; – Requalificação do espaço público urbano; – Ecoeficiência e reciclagem urbana; – Metabolismo urbano (transportes, logística, água ou energia); – Fontes energéticas alternativas e eficiência energética do parque habitacional; – Planeamento compacto.

A.3.2. Documentos nacionais de orientação estratégia de referência

A visão, os objetivos e as políticas estabelecidas ao nível da União Europeia são posteriormente traduzidos para os Estados-membro através de um conjunto diversificado de instrumentos. A par das estratégias que são definidas para o país e que ultrapassam o alcance estrito dos diferentes quadros comunitários (temático ou temporal), tal como o Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (PNPOT), destacam-se ainda os documentos que resultam diretamente de negociações com a Comissão Europeia, no sentido de alinhar as políticas nacionais com os objetivos da UE. Entre estes ganham relevância o Programa Nacional de Reformas e o Contrato Parceria, que estabelecem amplos projetos de reforma e de restruturação macroeconómica que se pretendem articular com o novo período de financiamento.

As tabelas seguintes sintetizam o enquadramento, objetivos e domínios de intervenção das mencionadas estratégias.

PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS	
Enquadramento	Este programa resulta da consulta de diversas entidades e da negociação com a Comissão Europeia e equaciona uma intervenção sobre as relações laborais, a qualificação dos trabalhadores e dos gestores, o desenvolvimento científico e a inovação, a justiça e o combate à informalidade, a redução da dependência energética, a reabilitação urbana e o aproveitamento dos recursos endógenos.
Objetivos	**Geral** Garantir a consolidação orçamental e a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, reforçando-se a competitividade, o crescimento e o emprego e construindo condições para que o país se passe a situar na média europeia nos indicadores da Europa 2020. **Específicos** – Reduzir o défice público; – Aumentar o peso das exportações; – Aumentar a intensidade em I&D; – Reduzir o abandono escolar precoce; – Aumentar a proporção da energia produzida com base em fontes endógenas e renováveis e contribuições para baixar a emissão de CO2; – Aumentar a taxa de emprego; – Reduzir o nível de pobreza.

Domínios de intervenção	– Educação e formação
	  – Nova geração de técnicos;
	  – Oferta doutoral;
	  – Comunidades educativas;
	  – Novas oportunidades;
	  – Cursos de especialização;
	  – Empregabilidade;
	– I&D
	  – Redes de C&T orientadas para a exportação;
	  – Reorganização, estimulando a concentração e os consórcios;
	  – Parcerias internacionais e cooperação científica;
	  – Atração de fundos;
	– Agenda digital

	– Redes de nova geração (RGN); – Governação; – Educação de excelência; – Saúde de proximidade; – Mobilidade inteligente; – Inovação – Quadro fiscal para promover inovação e incorporação do investimento próprio nas empresas; – Eco-inovação, clusters e polos de competitividade; – Capacidade empreendedora; – Energia/clima – Planeamento para as alterações e redução de emissões; – Energias renováveis; – *Smart grids*; – Mobilidade; – Emprego – Certificação; – Formação nas empresas; – Estágios profissionais; – Requalificação dos licenciados; – Identificação de profissionais essenciais no futuro; – Ligação formação – mercado de trabalho.

CONTRATO PARCERIA & COMMISSION POSITION PAPER (PORTUGAL)	
Enquadramento	Este documento fornece indicações sobre a abordagem a que deve obedecer a programação dos fundos do quadro estratégico comum 2014/2020. Esta abordagem deve estar fortemente alinhada com a prossecução dos objetivos da Europa 2020, os condicionalismos de base em que é implementado o programa, a concentração temática e a eficiência na sua aplicação.
Objetivos	À semelhança do defendido pelo Programa Nacional de reformas ou, geralmente, pela Europa 2020, pretende-se: – O recentramento do investimento na ótica do desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo; – A incidência na inovação, nas PME, na educação e qualificação; – Um mercado de trabalho que promova o emprego de qualidade e a inclusão; – O aumento da produtividade; – A eficiência na utilização dos recursos; – A promoção de uma economia de baixo carbono. O impacto dos diferentes eixos e medidas deve ser maximizado através de uma implementação integrada, ultrapassando barreiras administrativas nacionais e internacionais, e da seleção criteriosa de intervenções que possam alavancar o investimento privado. Geralmente devem ser privilegiados investimentos coerentes e inovadores, reavaliando e justificando-se criteriosamente os investimentos (mesmo se teoricamente elegíveis) em algum tipo de infraestruturas: rodoviárias, banda larga, educacionais ou desportivas.
Domínios de	– Competitividade da economia portuguesa

intervenção	– Empreendedorismo, inovação e serviços avançados para as empresas; – Mecanismos de financiamento para as PMEs; – Transferência de conhecimento, desenvolvimento dos sistemas de I&D das empresas e de ambientes favoráveis à inovação; – Governação; – Desemprego, qualificações e integração – Medidas ativas e eficientes para a inserção do mercado de trabalho (promoção da mobilidade geográfica e setorial, aprendizagem ao longo da vida, economia social, etc.); – Participação de jovens no mercado de trabalho (oferecer serviços de aconselhamento e requalificação para áreas mais relevantes no mercado de trabalho, aumentar o investimento para a formação inicial); – Qualidade da educação e formação (melhorar o acesso a cuidados da infância precoces, combate ao abandono escolar, mecanismos de orientação de carreiras, formação especializada e profissionalizada, melhorar a formação em áreas como a agricultura e as pescas, ligação entre formação e o mundo profissional, etc.); – Integração de pessoas em risco de exclusão (promoção de formação para desempregados de longa duração e de baixas qualificações, economia social); – Ambiente e eficiente utilização de recursos – Economia eficiente e de baixo carbono (fontes de energia renováveis, eficiência na utilização de recursos em PMEs e em edifícios públicos, redução de emissões da agricultura, etc.); – Estratégias de adaptação às alterações climáticas (sistemas de monitorização, prevenção de desastres, minimização de riscos); – Proteção ambiental; – Medidas para promover a alteração modal para modos de transporte amigos do ambiente e a ligação a redes europeias e internacionais (prioridade dada ao investimento nos portos articulada com o desenvolvimento das ligações principais nacionais e internacionais, eletrificação das linhas, financiamento de transportes limpos em cidades médias ou clusters de cidades, etc.).

PNPOT	
Enquadramento	O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é o principal instrumento de ordenamento, cuja elaboração ficou a cargo da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). O objetivo primordial deste programa é o estabelecimento das grandes linhas estratégicas que devem pautar o desenvolvimento do ordenamento e do planeamento territorial no país. Visa, por um lado, servir como quadro de referência para o desenvolvimento dos planos regionais e municipais e, por outro lado, promover a cooperação com os demais Estados membro de forma a harmonizar o desenvolvimento territorial na União Europeia (art.º. 26º do D.L. 380/99). Pretende, no fundo, transmitir para o território as estratégias definidas no plano nacional de desenvolvimento económico e social.
Objetivos	**Gerais** – "Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos; – Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços

	ibérico, europeu e global; – Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; – Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; – Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; – Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições." (Plano de Ação do PNOT: 15). **Para o Centro Litoral** – Desenvolver dinâmicas industriais; – Valorizar o novo quadro de acessibilidades resultantes do investimento na infraestrutura de transportes e logística; – Promover o policentrismo da "constelação urbana de Aveiro" e a cooperação interurbana; – Promover o eixo ensino, ciência e inovação tecnológica; – Valorizar grandes projetos hidroagrícolas e da horticultura; – Compatibilizar o modelo de urbanização e industrialização difusa com as atividades agropecuárias, pesca, agricultura e turismo e salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos e naturais; – Favorecer o reordenamento industrial; – Gerir a pressão urbano-turística das zonas costeiras (recursos naturais, paisagísticos e riscos); – Despoluição da bacia do Vouga e da Ria de Aveiro.
Domínios de intervenção	– Configuração do sistema urbano; – Redes de infraestruturas e equipamentos de interesse nacional; – Desenvolvimento rural; – Áreas de interesse em termos ambientais ou patrimoniais; – Localização dos grandes investimentos públicos.

A.3.3. Documentos regionais de orientação estratégia de referência

A nível regional está atualmente a decorrer o CRER 2020, no sentido de desenvolver uma discussão ampla do futuro da Região Centro no contexto da preparação do próximo período de programação da Política de Coesão da UE para 2014/2020. Num outro nível, encontra-se em fase de aprovação o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C). Este programa estabelece os grandes objetivos de desenvolvimento para esta região, que necessitam de ser integrados com os objetivos comunitários para estabelecer a estratégia política deste novo período de financiamento comunitário.

Segue um quadro que analisa o enquadramento, os objetivos e os domínios de intervenção do PROT-C.

PROT-C	
Enquadramento	A elaboração dos planos regionais está prevista no art.º 7 e no art.º 8 da Lei n.º 48/98 (Leis de Bases do Ordenamento do Território) e é da competência das CCDR, considerando as estratégias nacionais e locais já estabelecidas. O PROT-C encontra-se atualmente em fase de aprovação.
Objetivos	**Gerais** – "Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos setoriais; – Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional; – Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais; – Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território." **Específicos** – Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da Região; – Definir o modelo de organização do território regional; – Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade; – Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo; – Estruturar o ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas; – Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto.
Domínios de intervenção	– Ativos estratégicos de internacionalização da Região (portos, âncoras de dinâmicas transfronteiriças, etc.); – Conhecimento, tecnologia e competências; – Atratividade da Região; – Eficiência coletiva empresarial de base regional; – Desenvolvimento rural e territórios de baixa densidade; – Recursos turísticos, culturais e patrimoniais; – Acessibilidades e transportes; – Proteção e valorização ambiental; Riscos naturais e tecnológicos.